

CELISA DOS SANTOS PIRES DE CARVALHO

**GUINÉ-BISSAU: A INSTABILIDADE COMO
REGRA**

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais

Lisboa

2014

CELISA DOS SANTOS PIRES DE CARVALHO

**GUINÉ-BISSAU: A INSTABILIDADE COMO
REGRA**

Dissertação para obtenção do Grau de
Mestre em Ciência Política Cidadania e
Governança no Curso de Mestrado em
Ciência Política Cidadania e Governança,
conferido pela Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor José Filipe
Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais

Lisboa

2014

1

Dedicatória

Dedico esta Dissertação à Guiné-Bissau e a todos os guineenses, com a firme convicção de que, após todos estes anos de incertezas, tenha chegado finalmente o momento de contruirmos um futuro risonho para as gerações vindouras.

Agradecimentos

Hoje estou a cumprir mais uma etapa porque o Professor Calisto Evangelista, sem me conhecer, acreditou e permitiu que eu cumprisse o sonho de ingressar a faculdade. A si Professor, todos os obrigados seriam insuficientes para expressar a minha gratidão.

Ao meu amigo e companheiro de todas as horas, que, apesar das nossas dificuldades, esteve sempre presente a tirar do meu caminho todos os obstáculos, tornando mais leve esta jornada.

Aos meus filhos, obrigado por terem suportado imensas vezes a minha ausência sem se queixarem. À minha «Cutchicá». ajudante de primeira hora, cujo apoio contribuiu de forma decisiva para a concretização de mais esta etapa. Obrigada, obrigada, obrigada. Ao meu «trapumpo», uma das grandes razões do meu viver, obrigada por fazer parte da minha vida e, apesar da vida atribulada, teres enriquecido a minha existência. Acima de tudo por seres o exemplo de superação e por dares à vida o sentido da palavra nobreza.

Ao prof. José Filipe Pinto, obrigada pela paciência, incentivo e apoio prestado na realização deste trabalho.

Aos Drs. Carlos Cardoso, Carlos Sangreman, Eduardo Fernandes, Julião Soares e Leopoldo Amado, cuja simpatia, disponibilidade e contribuição foram decisivas, porque não só enriqueceram este trabalho, mas também permitiram um melhor conhecimento sobre o tema e a realidade da Guiné-Bissau.

Aos meus irmãos, de sangue e de coração, obrigada por terem sido muitas vezes a minha inspiração. Apesar da distância de alguns, nunca estiveram efetivamente longe. A vós dedico este trabalho.

À família Fragoso um obrigado cuja grandeza ultrapassa as folhas deste trabalho.

Um obrigado especial ao meu amigo ministro Costa, que, durante este trabalho, não houve fim-de-semana ou madrugada que não estivesse disponível para me auxiliar com os seus sábios conselhos.

Finalmente às minhas musas inspiradoras, Camila dos Santos e Emília Araújo, cujo amor incondicional, valores e ensinamentos fizeram de mim o que hoje sou e que, apesar de já não pertencerem a este mundo, continuam tão presentes, por continuarem a validar a

certeza de ser a minha proteção e o meu porto de abrigo. Obrigada por nunca se terem afastado.

Resumo

A Guiné-Bissau foi a primeira colónia portuguesa de África a declarar unilateralmente a independência, fruto de um brilhante percurso na luta contra o colonialismo.

A primeira República, dirigida pelos homens da luta, não foi capaz de criar o tão desejado desenvolvimento, deixando a descoberto os desvios que se tentou combater durante a luta.

A democracia, não interiorizada foi aceite para que o país continuasse a beneficiar das ajudas, mas revelou-se insuficiente para criar instituições fortes, não foi capaz de resolver a maior parte dos problemas do país e trouxe novas formas de luta pelo poder em que todas as armas são válidas: da corrupção ao narcotráfico, da instrumentalização étnica aos sucessivos golpes de estado.

O Estado é hoje praticamente inexistente nas áreas mais básicas como a saúde, educação ou justiça. A instabilidade tornou-se realidade, com assassinatos, e desrespeito pelas leis, sempre com os políticos e militares em primeiro plano.

Inserido num contexto regional instável e longe dos grandes palcos do mundo, a Guiné-Bissau tem sido vítima de lutas geoestratégicas, com repercussões desastrosas para o povo.

Apesar dos percalços, existe a esperança de que um futuro diferente é possível, basta que os bons filhos da Guiné queiram.

Palavras-chave: Estado Frágil, Instabilidade, Golpe de Estado, Conflitos Étnicos, Comunidade Internacional.

Abstract

The Guinea-Bissau was the first African Portuguese colony to declare independence unilaterally, result of a brilliant process in the fight against colonialism.

The first Republic, led by men of the fight, was not able to create the desired development, leaving bare the deviations that have attempted to combat during the fight.

Democracy, not interiorized, was accepted so that the country would continue to benefit from the aid, but it has proved to be insufficient to create strong institutions, it was not able to solve most of the problems of the country and it brought new forms of struggle for power in which all weapons are valid: from corruption to drug trafficking, from the exploitation of ethnic to successive coups.

The State is now practically non-existent in the areas more basic such as health, education or justice. The instability has become a reality, with murders, and disregard for the laws, always with the politicians and the military in the foreground.

Inserted in an unstable regional context and far from the great stages of the world, Guinea-Bissau has been victim of geopolitical struggles, with disastrous consequences for the people.

In spite of the mishaps, there is the hope that a different future is possible, if the good sons of Guinea want.

Keywords: Fragile State, Instability, Coup D'etat, Ethnic Conflicts, International Community.

Siglas

- AD – Ação para o Desenvolvimento.
- ANG – Agência de Notícias da Guiné.
- ANP – Assembleia Nacional Popular.
- APA – *American Psychological Association*.
- BIT – Bureau Internacional do Trabalho.
- BM – Banco Mundial.
- BNU – Banco Nacional Ultramarino.
- CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.
- CEMGFA – Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas.
- CEPAL – Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas.
- CGC – Comité de Gestão de Crise.
- CMT – Comissão Multipartidária de Transição.
- CNBV – Comissão Nacional de Boa Vontade.
- CNE – Comissão Nacional de Eleições.
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa.
- CSL – Conselho Superior da Luta.
- DEA – *Drug Enforcement Administration*.
- DENARP – Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza.
- EU – União Europeia.
- EUA – Estados Unidos da América.
- FAO – *Food and Agriculture Organization*.
- FARP – Forças Armadas Revolucionárias do Povo.
- FDDE – Fórum da Diáspora para o Diálogo e o Desenvolvimento da Guiné-Bissau.
- FDS – Frente Democrática Social.
- FGUIRIN – Frente Guineense para a Revolução e Independência Nacional.
- FLING – Frente de Libertação Nacional da Guiné.
- FLNG – *Front de Liberation Nacional Guinéen*.
- FMI – Fundo Monetário Internacional.

FULGUIBI – Forças Unidas para a Libertação da Guiné-Bissau.

IPEA – Instituto de Pesquisa Económica Aplicada.

ISCTE – Instituto Superior do Trabalho e da Empresa.

JAAC – Juventude Africana Amílcar Cabral.

JURG – Juventude Unificada Revolucionária dos Guineenses.

LGHD – Liga Guineense dos Direitos Humanos.

MFDC – Movimento das Forças Democráticas de Casamansa.

MISSANG – Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau.

MLG – Movimento de Libertação da Guiné.

MNSCPDD – Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento.

OANG – Organização Anticolonialista da Guiné-Bissau.

OGE – Orçamento Geral do Estado

ONG – Organização Não Governamental.

ONU – Organização das Nações Unidas.

ONUDC – Organização das Nações Unidas contra a Droga e Crime.

OPEP – Organização dos Países Produtores e Exportadores do Petróleo.

OUA – Organização da Unidade Africana.

PAD – Pioneiros Abel Djassi.

PAE – Programa de Ajustamento Estrutural.

PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo-Verde.

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde.

PDONG – Partido Democrático Orgânico da Guiné.

PEEF – Programa de Estabilização Económica e Financeira.

PIB – Produto Interno Bruto.

PM – Primeiro-ministro.

PORR – Programa de Desmobilização, Reinserção e Reintegração.

PRS – Partido da Renovação Social.

RGB – Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá.

RSDS – Reforma do Setor de Defesa e Segurança.

RSS – Reforma do Setor de Segurança.

SDN – Sociedade das Nações.

SNV – Agência Holandesa de Desenvolvimento.

SWOT Analysis – *Strength Weaknesses Opportunities and Threaths Analisis.*

UDEMU – União Democrática das Mulheres.

UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.

ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

UM – União para Mudança.

UMOA – União Monetária da África Ocidental.

UNOGBIS – Gabinete das Nações Unidas de Apoio à Consolidação da Paz na Guiné-Bissau.

UNOMIL – Forças de Manutenção da Paz na Libéria.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

USD – *United State Dollar.*

ZEE – Zona Económica Exclusiva.

Índice Geral

Dedicatória	1
Agradecimentos.....	2
Resumo	4
Abstract	5
Siglas	6
Índice de Quadros.....	12
Introdução.....	13
Metodologia.....	22
Capítulo 1 – Amílcar Cabral e a Formação de uma Nação	25
O PAIGC: O Projeto da Luta e o Ideal da Independência	25
Mobilização das Massas e a Consciência Nacional	26
1.1.2 Áreas de Ação	27
1.1.3 A Formação de um Homem Novo	28
O PAIGC no Período Colonial	30
1.2.1 Divergências Históricas e a Política Colonial	30
1.2.2 A Questão da Unidade Guiné-Cabo Verde	32
1.2.3. A Justiça na Luta	34
1.2.3.1 Tribunal Militar	34
1.2.3.2 Intrigas	37
O PAIGC na Fase Pós-Independência: Movimento Reajustador	39
1.3.1 Antecedentes	39
1.3.2 Razões Invocadas	41
1.3.3 - Medidas Implementadas	42
1.3.4 Consequências.....	43
Capítulo 2 – Guiné-Bissau, os Guineenses e as suas Instituições	45
2.1. Conceito	45
2.1.1. Estado.....	45
2.1.2. O Desafio da Construção do Estado na Guiné-Bissau	46
2.1.3. O Regime Político e as suas Consequências	49
2.1.4. Os Partidos Políticos na Guiné-Bissau.....	53
2.2. Conceito de Nação	54
2.2.1 A Consciência Nacional	55
2.2.2 Guiné-Bissau: Nação ou Nações	56
2.2.3 O Exacerbar do Sentimento Nacional	57
2.3. Conceito de Sociedade Civil.....	58
2.3.1. A Sociedade Civil na Guiné-Bissau	59
2.3.2. A Sociedade Civil e a Crise	61
2.3.3. Sociedade Civil e a Política.....	63
2.4. O Papel/Contribuição da Diáspora	65

2.4.1. A Emigração na Guiné-Bissau	65
Gráfico 1: Predominância migratória de algumas etnias (2008-2009).....	66
Gráfico 2: Principais polos de concentração migrante de origem guineense (2007). .	67
2.4.2 A Contribuição da Diáspora.....	68
2.4.3. A Diáspora e a Política.....	69
Capítulo 3	72
3.1. Instabilidade.....	72
3.1.1 Conflitos Étnicos versus Estratégias Políticas – A Dinâmica Social	73
3.1.2 Conflitos Étnicos: Realidade ou Manipulação	75
3.2. Forças Armadas/Militares e a Instabilidade	79
3.2.1 Alteração da Ordem Constitucional	79
3.2.2 Reforma das Forças Armadas	80
3.2.3 Captura ou não do Poder pelos Militares	82
3.3. A Posição Geográfica como Fator de Instabilidade	84
3.3.1 Sub-região	84
3.3.2. O Narcotráfico.....	86
Gráfico 3 Apreensões de droga (em Kg) por país de transito para a Europa (2008)..	87
3.3.3 – O Potencial Guineense, as Riquezas Naturais.....	92
3.3.4 – Comunidade Internacional	94
Conclusão	98
Bibliografia.....	101
Índice Onomástico.....	109
Apêndices	113
Anexo	166

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Predominância migratória de algumas etnias.....	66
Gráfico 2 – Principais polos de concentração da população migrante de origem guineense.....	67
Gráfico 3 – Apreensões de droga (em kg.) por país de trânsito.....	87

Índice de Quadros

Quadro 1 – Alguns poderes do Presidente da República consagrados na constituição...51

Quadro 2 – Atividade relativa ao narcotráfico na Guiné.....90

Introdução

Portugal, pequeno país da Península Ibérica, foi a potência colonizadora em África de Angola, Cabo-Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau, terceiro país mais pequeno dos cinco, descoberto em 1446 com a chegada da “expedição de Álvaro Fernandes” (Rodrigues, 1994, p.67).

Embora quase insignificante, tendo em conta o tamanho, a resistência à colonização foi imensa, sobretudo nos séculos XIX e XX.¹

A nível internacional, o séc. XX foi marcado pela emergência de organizações de carácter universalista como é o caso da Sociedade das Nações, com o objetivo de promover a paz, na sequência da I Guerra Mundial.

Impulsionada pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson, “tinha como objetivo garantir a paz, e promover a cooperação económica, social e cultural entre os estados-membro” (Rodrigues, 1994, p.292). No mesmo sentido, Lello (1972, p.1954) afirma que a Sociedade das Nações tinha como um dos principais objetivos “garantir a paz e a segurança mútuas”.

Embora tendo os objetivos bem definidos, a Sociedade das Nações não conseguiu evitar a II Guerra Mundial. Esta afirmação é corroborada por Rodrigues (1994, p.292) que salienta que “embora gozando de algum prestígio durante os anos 20, a SDN não conseguiu cumprir inteiramente os objetivos para que foi criado, definhando completamente durante os anos 30”.

Em 1945, com o fim da II Guerra Mundial, nasceu a Organização das Nações Unidas (ONU), “constituída pelos estados que aceitaram cumprir as obrigações previstas na Carta das Nações Unidas²”(Lello, 1972, p.1831).

¹ De acordo com Marques (1998, p. 230), foi “longa a lista das revoltas, massacres, expedições punitivas e atos de vassalagem na história oitocentista da Guiné. A região mais difícil de submeter foi sempre a de Bissau, contando-se os povos *papéis* entre os mais insubmissos. Em 1844, 1853, 1871, 1883-84, 1891, 1893-94, etc ... houve guerra contra os *papéis* que, por duas vezes atacaram Bissau. Os *fulas* ou *futa-fulas* também causaram problemas, por exemplo em 1880, 1882 e 1886-87. Os *fulas* massacraram uma força portuguesa de 52 homens em 1878. Os *balantas* atacaram em 1878, 1893, 1897 e 1909, pelo menos. Os *biafadas* os *manjacos* os *oincas*, os *mandingas* e outros não estiveram inativos, obrigando as forças portuguesas a um esforço constante de defesa e contra-ataque (1883, 1894, 1897, 1902, 1904, 1907, 1908, etc...)”.

A nova ordem criada trouxe para a ordem do dia, entre outras coisas, o respeito pelos direitos humanos, a liberdade e autodeterminação dos povos, como se pode constatar nos nº2 e 3^o do Capítulo I, artigo 1.

Desde então, as Nações Unidas têm tido um papel muito importante na regulação das relações internacionais e na implementação de uma política descolonizadora. Por isso foi essencialmente após este período que os países africanos adquiriram, pelo menos no plano jurídico-político, as suas independências.

Potências como a Inglaterra e a França iniciaram processos de reconhecimento da independência das suas colónias embora, como afirma Antunes (1992, p.82) “A Inglaterra, França e a Bélgica, fizeram das suas colónias de África apoios complementares das economias europeias e integraram-nas no mercado mundial” e a liberdade das mesmas estabelecerem ligações com a Commonwealth é a prova disso⁴.

Portugal, por seu turno, esforçava-se para manter o assunto das suas colónias fora de qualquer discussão a nível internacional, ignorando a nova ordem mundial, como afirma Pinto (2005, p.105).

Portugal, país neutro durante a II Guerra Mundial, esteve à margem dos trabalhos diplomáticos de regresso à paz e reordenamento do novo sistema internacional. Anos mais tarde, Salazar manteve a sua política, que se confirmou no discurso proferido a 18 de Fevereiro de 1965, no qual reconhecia o isolamento dizendo: “combatemos sem espetáculo e sem alianças, orgulhosamente sós”⁵. É de referir também que, anos antes, em 1960, o seu ministro de Negócios Estrangeiros Franco Nogueira afirmara “o ocidente está a ser derrotado nas Nações Unidas, a propósito da eleição de um comité que ouviria as reclamações dos territórios da África Portuguesa” (Antunes, 1992, p.294)

² “Documento assinado em São Francisco, em 26 de Julho de 1945, pelos delegados de 50 nações e que entrou em vigor, em 24 de Outubro de 1945, após a ratificação da maioria dos estados. Constitui o estatuto da ONU” (Lello, 1972, p.1831)

³5- Objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas.

Cap. I, artº I Nº2- Desenvolver relações de amizade entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal; Nº3- Realizar a cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião [www.infopedia.pt/\\$carta-das-nacoes-unidas1945#](http://www.infopedia.pt/$carta-das-nacoes-unidas1945#). Consultada a 26/02/2013

⁴ Cf. (Droz & Rowley, 1991, p.180).

⁵ www.fmarioares.pt/aed/dossier15/pdfs/B-03.pdf. Acedido a 26/02/2013

Face a esta postura portuguesa, começaram a surgir pressões no sentido do respeito pelas decisões da nova organização internacional. Assim, o pedido de adesão de Portugal à ONU de 1946, embora apoiado pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, “foi vetado pela URSS com o argumento de que o Estado Novo continuava a ser um regime fascista”(Rodrigues, 1994, p.344). Esse veto da URSS manteve-se durante 9 anos, chegando Nikita Khrushchev a apelar à ofensiva final contra o colonialismo, tendo a “Assembleia Geral das Nações Unidas aprovado três resoluções, nas quais explicava a obrigação do governo de Salazar de prestar informações sobre os territórios coloniais da Ásia, África e Oceânia, e cumprir as disposições do artigo 73º” (Antunes, 1992, p. 40). Além disso, na votação a favor da resolução que condenava Portugal por se recusar a prestar informação sobre Angola, “83 membros do Trusteeship Committee da Assembleia Geral das Nações Unidas votaram contra Portugal, sendo as exceções, a Espanha e a África do Sul que votaram ao lado de Portugal, com a abstenção da França e da Bolívia” (Antunes, 1992, p. 294).

A cruzada contra o colonialismo seguia o seu curso desde a “aprovação de uma moção contra a política ultramarina portuguesa, acompanhada de uma proibição virtual da venda de armas ao Governo Português por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas” (Rodrigues, 1975, p.50), até ao “encontro entre os dirigentes dos movimentos de libertação e o Papa em 1970” (Pinto, 2001, p.47).

Entretanto a resistência dos povos colonizados por Portugal parece ter-se iniciado há muitas décadas como é o caso da Junta de Defesa dos Direitos Africanos, criada em 1912, em Lisboa. No mesmo sentido, Houtart e Rosseau (1976, p.109) referem que era “já antiga a história da reação anticolonial nas colónias portuguesas de África. Remonta a 1920, com a criação, em Lisboa, da *Liga Africana*, ramo do Movimento Panáfrica que agrupou um certo número de intelectuais”.

Lançadas as sementes para consciencialização dos africanos, nas décadas seguintes surgiram movimentos de cariz tão diverso que iam da cultura às artes, sendo as políticas as mais numerosas. A Casa dos Estudantes do Império, fundada em 1944, e o Centro de Estudos Africanos, criado em Lisboa em 1951, mais tarde consideradas por Mário Soares como “o berço das chefias africanas” (MacQueen, 1998, p.38) foram exemplos.

Importa referir que para/em cada um dos países foram sendo criados partidos/movimentos, alguns inclusivamente anteriores à data acima mencionada.

No caso da Guiné, surgiram a Frente de Luta pela Independência da Guiné-Bissau (FLING) e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), como os mais destacados, sendo este último reconhecido mais tarde pela ONU “como único e autêntico representante das populações da Guiné e Cabo-Verde” (Guerra, 1988, p. 37).

O PAIGC, fundado em 1959 tinha como líder o carismático Amílcar Cabral, nascido em Bafatá, Guiné-Bissau, com infância passada entre a Guiné e Cabo-Verde (Sousa, 2011, p. 54).

Cabral, depois de terminar “os estudos secundários em S. Vicente”, partiu para Lisboa “onde ingressa no Instituto Superior de Agronomia” e, depois de ter terminado o curso, “em 1952 partiu para a Guiné nomeado diretor do posto agrícola do Pessubé” (Lemos, 2001, p.181).

Com o PAIGC consolidado, iniciou-se então, a luta armada, desencadeada após o massacre de Pidjiguiti. Como constatou Marques (1998, p.553), “A partir desse facto e as suas repercussões locais, os dirigentes do PAIGC entenderam que estavam criadas as condições mínimas para uma luta clandestina contra o Governo português”.

No campo militar, as hostilidades começaram “em Janeiro de 1963, assaltando um quartel em Tite” (Marques, 1998, p.553) e num espaço de “dois anos, o PAIGC levou a sua atividade militar a um terço do território” (Guerra, 1988, p.36). E acrescenta Marques (1998, p.553) que “em finais da década de 60 caíra em poder do PAIGC, quer por conquista quer por abandono português, entre um terço a metade de todo o território da Guiné”.

A nível social, o PAIGC “conduzia intensa atuação, criando nas áreas que controlava, estruturas de ensino e de saúde e uma administração própria” (Guerra, 1988, p.36).

Diplomaticamente, o PAIGC ia somando vitórias, como foi o caso, em 1972, com a visita oficial de uma missão da ONU e, também “o envio de quadros técnicos e material de guerra sofisticado, nomeadamente mísseis antiaéreos que exercera efeito deplorável sobre o moral das forças portuguesas, paralisando praticamente a ação da aviação” (Marques, 1998, p.554).

No mesmo ano, com eleições realizadas nas zonas libertadas, “o PAIGC obteve o estatuto de observador das Nações Unidas” (Guerra, 1988, p.37).

Amílcar Cabral foi assassinado em Conacri, a 20 de janeiro de 1973, e, ao contrário do que se podia prever, “a República da Guiné-Bissau foi proclamada a 24 de Setembro de 1973, numa assembleia reunida no interior do país” (Guerra, 1988, p.37) e “no espaço de algumas

semanas, a Independência da Guiné fora reconhecida por cerca de 80 estados” (MacQueen, 1998, p.65) e depois “admitido na FAO e na OUA” (Guerra, 1988, p.38).

Se, por um lado, o PAIGC conseguiu pressionar militarmente e vencer diplomaticamente, por outro, nunca conseguiu rentabilizar o legado de Amílcar Cabral⁶ e unir as suas etnias mais representativas.

Depois do 25 de Abril de 1974 e das negociações que levaram Portugal a reconhecer a independência da Guiné-Bissau, até 1980, o PAIGC supervisionou o país realizando eleições em 1976 e o 3º Congresso, cujo objetivo principal, “era a criação de uma democracia revolucionária” (Pinto, 2005, pp.136-137).

Após 7 anos do assassinato de Amílcar Cabral, Nino Vieira liderou um golpe de estado a 14 de novembro de 1980 que depôs o Presidente Luís Cabral, reacendendo “tensões, há muito existentes na direção do PAIGC entre cabo-verdianos e mestiços por um lado e guineenses por outro” e pondo termo a qualquer perspectiva de unificação Guiné-Cabo Verde “tão entusiasticamente proposta na luta da independência” (MacQueen, 1998, p.264).

No mesmo diapasão, Zeverino (2003, p.42) afirma que com “o golpe de 1980, o sonho de união entre Cabo-Verde e a Guiné-Bissau desapareceu de vez”. Porém, este golpe não afastou a instabilidade dentro do PAIGC, havendo inúmeras tentativas de insurreição que foram sendo sanadas, com afastamentos dos alegados autores, bem como algumas execuções “como foi o caso Paulo Correia em 1986”.

Depois, de acordo com Lemos (2001, p.462), “em 1994 realizaram-se pela 1ª vez, eleições multipartidárias na Guiné-Bissau ganhas por maioria absoluta pelo PAIGC, sendo que Nino Vieira venceu por margem mínima a Koumba Yalá após uma 2ª volta”.

No entanto, a estabilidade ainda não estava garantida e, a 7 de junho de 1998, deu-se uma insurreição militar “liderada pelo Brigadeiro Ansumane Mané que, dias antes, tinha sido exonerado do Cargo de Chefe do EMGFA” (Silva, 2010, p214).

Este conflito durou quase um ano, terminando apenas em 8 de maio de 1999, com a declaração de rendição de Nino Vieira, que partiu para o exílio.

⁶“Amílcar Cabral foi o teórico mais profundo dos dirigentes nacionalistas na África Portuguesa. Para ele, a descolonização não só era mais um processo contínuo do que um acontecimento singular, como também algo cujo alcance transcendia a mera transferência formal do poder pelo Estado colonial. Para Cabral, portanto, a simples substituição do Estado colonial por um estado ‘nacional’ não atingia por si só a categoria de ‘descolonização’, o que exigia uma luta contínua, não apenas política, ou até económica, mas também profundamente psicológica. Era o tipo de posição que criaria tensões dentro do PAIGC durante a luta armada e que complicaria a sempre difícil situação de uma chefia dominada por não guineenses” (MacQueen, 1998, p 41.).

Alcançado o acordo “Francisco Fadul assume transitoriamente um governo de Unidade Nacional [...] e a 14 de Maio, Malam Bacai Sanhá assumia interinamente a presidência da república” (Lopes, 2003, p.42).

Em 2000, houve novas eleições, desta vez ganhas por Koumba Yalá que, na opinião de muitos, foi uma grande desilusão, tomando decisões impensáveis “como a dissolução do parlamento, afastamento e prisão de juizes” (Lopes, 2003, pp. 42-43), ao ponto de, em 2003, ter sido preso e afastado pelos militares, situação seguida de outra tentativa de reposição da ordem constitucional democrática, com a formação de um governo de transição liderado por Artur Sanhá, sendo Henrique Rosa o presidente interino.

Depois haveria novas eleições em 2005, ganhas por Nino Vieira que veio a ser assassinado a 3 de março de 2009.

Entre intencionalidades e invenções, o país voltou a viver no período de alguma acalmia em que as instituições lá iam funcionando. Parecia nascer de novo a esperança no «finalmente parece que vai resultar».

Liderada pelo então Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior, a Guiné experienciou o renascer da tão ansiada estabilidade e eis que, a 12 de abril de 2012, se verificou novo golpe de estado, após o não reconhecimento por parte de alguns partidos dos resultados da 1ª volta das eleições presidenciais, marcadas na sequência do falecimento do presidente Malam Bacai Sanhá, vítima de doença.

Kumba Yalá, não só não reconheceu os resultados que apontaram para uma segunda volta, como dizia a 25/03/2012 à Radiotelevisão da Guiné Bissau: “queremos que as eleições sejam anuladas, para evitar convulsões no País”, e ameaçava: “quem se atrever a fazer campanha será responsabilizado”.

Algumas horas depois da consumação do golpe, surgiu o autodenominado «Comando Militar» que assumiu a autoria do golpe, demarcando-se da posição dos contestatários.

O motivo apontado foi “um alegado acordo secreto com Angola ou de o Primeiro-Ministro ter escrito uma carta ao Secretário-Geral das Nações Unidas a solicitar o envio de uma missão de estabilização da ONU constituído por Angola, Brasil e Gana.” (Sousa, 2012, pp.103-104).

Justificaram esta ação como sendo em defesa dos interesses e da integridade nacional, pois estas estariam a ser violadas por parte da MISSANG⁷ que, segundo os mesmos, teria violado o acordo de cooperação técnico-militar “ao ter enviado clandestinamente material de guerra para a Guiné-Bissau.”

Como é sabido, a reforma do sector da defesa e segurança na Guiné-Bissau é um assunto há muito em debate, com avanços e recuos, tendo a UE “desistido da Guiné ao suspender os programas de ajuda à reforma do sector da defesa e segurança.” (Sousa, 2012, p.104)

Inicialmente, a condenação do golpe veio de todos os quadrantes, tanto internos como internacionais.

Internamente, o PAIGC⁸, partido que sustentava o Governo, condenou o golpe e não participou em nenhuma negociação. Essa posição foi expressa no comunicado do seu «bureau político» que responsabilizava os 5 candidatos pela incitação e execução do golpe e pelos danos causados ao país.

No plano internacional a “CPLP suspendeu a Guiné-Bissau da organização e vários outros países e instituições internacionais, como o Banco Mundial, o FMI, os EUA, o Brasil, o BAD e a UE, interromperam a cooperação que mantinham com o país” (Sousa, 2012, p.104).

Entretanto houve inúmeras ações no sentido de restabelecer a ordem interrompida pelo golpe e foi visível a rivalidade entre a CPLP e a CEDEAO, esta última a reclamar para si direito ao papel principal nas negociações.

Por fim, e de forma surpreendente, “a CEDEAO não só rejeitou a proposta do PAIGC que defendia o regresso de Raimundo Pereira e Carlos Gomes Júnior, como impôs para a presidência da República, Manuel Serifo Nhamadjo” (Sousa, 2012, p.105). Esta atitude da CEDEAO causou estranheza não só aos guineenses, mas também a toda a comunidade internacional e deixou latente a divisão sobre este assunto, sendo que as restantes organizações continuaram a não reconhecer as autoridades impostas pela CEDEAO.

⁷ MISSANG- Missão Angolana de apoio à cooperação técnico-militar, para a reforma do setor da defesa. Este acordo de cooperação foi assinado em Luanda “a 10 de Setembro de 2010 pelos Ministros da Defesa de Angola e da Guiné-Bissau [...] tendo a sua atividade a 1 de Abril de 2012” (Sousa, 2012, p.104)

⁸ A 22/04/2012, o partido retirou confiança ao candidato Serifo Nhamadjo, à altura dos acontecimentos, Presidente da Assembleia, candidato às eleições, um dos 5 contestatários do resultado das eleições e atual Presidente de transição imposto pela CEDEAO.

Assim, desde meados de 2012 que o caos e a desordem fazem parte do dia-a-dia dos guineenses, como a falta de eletricidade, água, combustíveis, etc...

O narcotráfico, assunto há muito na ordem do dia, está mais do que confirmado, prova disso foi a prisão do Contra-Almirante Bubo Na Tchuto pelo departamento de luta antidroga americana Drug Enforcement Administration (DEA). Esta detenção segundo o blogue «Ditadura do Consenso» deu-se em águas internacionais, através de uma armadilha montada pela DEA para apanhar em flagrante os suspeitos, o que acabou por acontecer.

É de salientar que existe um mandato de captura internacional para outras figuras de destaque na cena política guineense, onde se destaca o Chefe de Estado Maior da Forças Armadas António Indjai⁹.

Recentemente, a revista *Jeune Afrique*¹⁰ publicou um artigo sobre este assunto onde espelha os tentáculos do narcotráfico e o envolvimento das autoridades guineenses também no que se refere ao tráfico de armas.

Assim, e mais uma vez, foram deitados por terra todos os esforços de pôr a Guiné-Bissau no caminho do desenvolvimento e, enquanto isso, o povo vai sofrendo.

Por tudo isto, começam a surgir vozes a questionar se a Guiné-Bissau ainda é um Estado ou uma miragem deste.

De 1998 aos dias de hoje, multiplicam-se os assassinatos, só de chefes de EMGFA foram três, aos quais se juntam outras figuras do universo político guineense.

Todos estes acontecimentos contribuíram de forma decisiva para o atual estado em que se encontra o país e, citando António Soares (2003, p.40), “o país soma derrotas e isola-se mais e mais na cauda dos mais atrasados situando-se entre os três últimos”.

Assim, e como guineense, a mestrandia pretende saber/compreender as causas destes problemas e apontar caminhos para a mudança deste curso, tendo como base as seguintes perguntas de partida:

- Será a Guiné-Bissau uma nação?
- Será que as divisões tribais na Guiné estarão na base da instabilidade política?
- Por que motivo tem sido difícil unir os políticos guineenses em torno da consolidação de um Estado democrático, como aconteceu no período da luta pela independência?

⁹ www.ditaduradoconsenso.blogspot.com. Acedido a 26/04/2013.

¹⁰ Jeune Afrique N° 2729-2730 de 28/04 a 11/05 de 2012/13.

- De que forma a posição geográfica da Guiné-Bissau favorece os interesses geopolíticos, geoestratégicos e económicos de outros Estados no fomento de instabilidade?
- Estará a Guiné-Bissau condenada a transformar-se num Estado falhado?

Metodologia

Tendo em conta a natureza do próprio trabalho, e no sentido de cumprir com o objetivos propostos para o mesmo, optou-se por fazer uma pesquisa qualitativa, devido a conveniência ao próprio estudo. Richardson (1985, p.38) afirma que “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenómeno social”, acrescenta que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” e finaliza dizendo que podem “contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos” (p. 39).

O método adotado é o explicativo, tendo em conta, mais uma vez, os objetivos que passam por contribuir para uma melhor compreensão desta temática. Como afirma Andrade (2002, p.20) este método “além de registrar, analisar, classificar e interpretar os fenómenos estudados, procura identificar os seus fatores determinantes”, salienta ainda que “tem por objetivo aprofundar o conhecimento da realidade, procurando a razão, o porquê das coisas”. No entanto, e em jeito de confirmação, Raupp e Beuren (2006, p.82) afirmam que “o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos”.

A temática em análise levou a escolher como metodologia, essencialmente a pesquisa bibliográfica tendo em conta o objetivo pretendido, cuja vantagem “reside no facto de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2007, p.45).

Será dada relevância a artigos não só jornalísticos e de opinião, dado que a investigação se debruça sobre questões de natureza recente. Se tal se justificar, serão consultados alguns «sites» e «blogs» cuja base principal seja a análise imparcial dos temas em estudo.

A entrevista também foi eleita como técnica para o trabalho, como forma de aprofundamento dos assuntos em estudo, na medida em que permitirá não só complementar a pesquisa, mas também recolher informação de personalidades eminentes de reconhecido mérito e conhecimento, da realidade em questão e dos assuntos em análise. Será utilizada a entrevista “semidirectiva ou semiestruturada” (Quivy & Campenhondt, 2003, p.74), uma variante da entrevista porque vai ao encontro do que se pretende aferir com este trabalho. Na opinião de (Quivy & Campenhondt, 2003, pp.292-293) a entrevista é “semidirectiva no sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas” e por dar ao entrevistador a possibilidade de “reencaminhar a entrevista para os objetivos propostos cada vez que o entrevistado deles se afastar”.

Devido a constrangimentos de vária ordem que impediram a deslocações ao país, todo o trabalho de pesquisa foi realizado em Portugal. Para o enquadramento do tema recorreu-se à biblioteca da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, onde foram consultadas obras de referência. Para análise mais aprofundada da realidade guineense foi escolhida a biblioteca do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa cujo departamento dos estudos africanos oferece uma panóplia de obras sobre o assunto em estudo, bem como revistas referência como *Soronda* que contribuiu enormemente para a compreensão do tema. Recorreu-se, também, à Hemeroteca Municipal de Lisboa onde foram consultados periódicos – jornais e revistas – que se debruçaram sobre o assunto.

Na «web» foram consultados «links» de referência como «hdl//handle» onde constam artigos sobre o assunto. Pelas mesmas razões, algumas entrevistas serão realizadas via net – Skype.

Relativamente às citações, diretas e indiretas, foram respeitadas as normas para a elaboração e apresentação de dissertação vigentes na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT) aprovado pelo despacho nº 101/2009 de 26 de maio, e optou-se por uma das normas recomendadas, a norma da «American Psychological Association» (APA).

Este trabalho encontra-se dividido em três grupos distintos. No primeiro grupo, encontra-se a Introdução onde está exposta, de forma compilada, o que se vai tratar ao longo da investigação.

O segundo grupo é o corpo do nosso trabalho. Este grupo encontra-se dividido em três capítulos, todos divididos em subcapítulos.

Assim, o primeiro capítulo está dividido em três subcapítulos, na qual serão analisadas os primórdios da formação da Guiné como Estado, através de acontecimentos, decisões, ações e dinâmicas do período acima referido.

Serão também analisados os impactos desses fatores na vida pública.

No segundo capítulo será dada ênfase aos guineenses como principais atores na construção – ou não – da Nação. Este capítulo encontra-se dividido em quatro subcapítulos.

O terceiro capítulo encontra-se dividido em quatro subcapítulos e debruçar-se-á sobre a instabilidade, um problema crónico da Guiné-Bissau. Serão questionados/ analisados os fatores étnicos, militares, políticos e também geográficos, no sentido de perceber quais as reais e as aparentes contribuições dos mesmos na situação atual do país.

Os atores externos também serão visados no sentido de avaliar qual a quota-parte de cada um num problema que já ultrapassa as fronteiras da Guiné-Bissau.

Qual a contribuição de todos e de cada um será o mote para este capítulo, como forma de tentar perceber o quão empenhados estão na formação de um Estado verdadeiramente democrático e próspero para todos os guineenses. Procurar-se-á, ainda, ver se, efetivamente, existem várias pequenas nações num todo que é a Guiné-Bissau.

Finalmente o terceiro grupo será a análise em resumo de toda a informação recolhida ao longo da investigação de forma a apresentar um contributo para esse debate e, se possível, apontar caminhos para a solução ainda que de problemas menores.

Capítulo 1 – Amílcar Cabral e a Formação de uma Nação

O PAIGC: O Projeto da Luta e o Ideal da Independência

O projeto da luta preconizado por Amílcar Cabral continha várias vertentes e várias fases, desde a mobilização das massas até à luta armada se necessário fosse, como acabou por acontecer. O repúdio de Cabral pelo uso da violência é confirmado por Sousa (2011, p.319) que afirma que “Cabral não concebia a violência de forma gratuita e leviana” posicionando-se, até de forma contrária à atuação do Movimento de Libertação da Guiné (MLG), liderado por Kankoila Mendy¹¹, em julho de 1961, “quando este movimento fez os primeiros ataques a norte da Guiné”.

Este processo pôs assim em evidência os valores defendidos desde a primeira hora. Como constata Teixeira (1998, p.71), “Cabral, pedagogo da moderação devido à sua proximidade afetiva e cultural aos portugueses, pretende ainda resolver pela negociação a questão colonial”. Foi com o intuito de evitar o recurso à violência que, de acordo com Santos (2006, p.51), “deu ao Governo Português a oportunidade de uma solução cirúrgica do cancro colonial da Guiné”.

E em dezembro de 1960 propôs ao governo português “a realização de eleições gerais e livres na Guiné e Cabo-Verde” às quais “deveriam, ser fiscalizadas por uma Comissão Especial das Nações Unidas constituída exclusivamente por países africanos” (Sousa, 2011, p.338).

Como Portugal não aceitou a proposta, defendeu outra ideia junto dos seus camaradas dizendo: “Camaradas, nunca é demais repetirmos que o objetivo fundamental da nossa resistência armada é realizar aquilo que não conseguimos só com a política” (Cabral, 1974, p.132).

¹¹ François Kankoila Mendy nasceu na Guiné. Foi Secretário-geral do MLG/Dakar nos primórdios dos anos 60, cargo que depois perdeu devido a profundas divergências que enfermavam aquele movimento. Nos anos 90, com a abertura pluripartidária, fixou-se em Bissau onde dirigia a FLING (Sousa, 2001, p.549).

Mobilização das Massas e a Consciência Nacional

Apesar de defender a ação armada como último recurso em todo o processo, ela acabou por se concretizar em 1963, impulsionada pelos acontecimentos de 3 de agosto¹² de 1959. Para Cabral (1984, pp.74-45) “o massacre de 3 de agosto, com todo o seu terrível conteúdo de horror e desespero, servira para acordar a consciência de muitos nacionalistas hesitantes. Veio provar a necessidade de lutar por todos os meios para destruir o colonialismo”.

Internamente, a mobilização das massas foi para Amílcar Cabral, a par da luta armada, um dos pontos essenciais para o cumprimento dos desígnios da independência, porque “não concebia a luta de libertação desprovida de uma base teórica, mais ou menos consentânea com a realidade concreta do meio” (Sousa, 2011, p.320).

O reconhecimento da importância do conhecimento do meio por parte de Cabral foi expresso por este em 1966, em Cuba, onde afirmou: “Sabemos também que no plano político, por mais bela e atraente que seja a realidade dos outros, só poderemos transformar verdadeiramente a nossa própria realidade com base no seu conhecimento concreto” (Sousa, 2011, p.321).

Disse também que “a primeira condição para resistência política, camaradas, é unir as pessoas [...]. Unir, criar, a pouco e pouco a consciência nacional, porque nós partimos de um ponto em que não tínhamos uma consciência nacional” (Cabral, 1974, p.75).

Essa consciência nacional estava ligada à unidade da Guiné com Cabo Verde, ideia fervorosamente defendida por Cabral como fator determinante para o sucesso da luta.

Nesse sentido disse Cabral (1974, p. 169): “O nosso primeiro trabalho é criar num certo número da nossa gente, a consciência nacional, a ideia da unidade nacional, tanto na Guiné como em Cabo Verde”.

¹² Intitulado “Massacre de Pidjiguiti” foi um massacre de trabalhadores que deu um poderoso impulso ao surgimento da guerrilha: em 3 de agosto de 1959, foram mortos cinco dezenas de estivadores grevistas no cais de Pidjiguiti, em Bissau. Esta greve de resultados suicidas obrigou o PAIGC a uma alteração estratégica: em vez de concentrar os seus esforços pró-independência no frágil tecido urbano, o movimento virou-se para os camponeses. (Teixeira, 1998, p.71)

Cabral não defendia só a unidade nacional, mas também o repúdio por comportamentos e atitudes que já nessa altura deixavam marcas no próprio partido. A esse propósito disse: “a unidade nacional saiu, contra todos os traidores, contra os oportunistas, contra todos os imorais. Não podemos fazer unidade nacional com ladrões mentirosos, com bandidos”, ou seja, era preciso fazer “a unidade nacional, com um objetivo certo: combater o inimigo, lutar contra o inimigo, mas também ao mesmo tempo lutar contra todos os fatores negativos do nosso meio.” (Cabral, 1974, p.16)

1.1.2 Áreas de Ação

Essa unidade foi um dos grandes feitos da luta pela independência, mas também o seu maior «Calcanhar de Aquiles», como adiante se verá. No plano económico, naquela altura, Cabral já se preocupava com questões que se prendiam com as decisões/rumos a seguir após a independência, como era o caso do mercado. Afirmou “que para o futuro, temos outros problemas, muito importantes, como desenvolver e estabilizar o nosso mercado, [...] desenvolver o máximo a troca com outros países [...] temos de estudar profundamente o problema dos preços” (Cabral, 1974, p.60).

Também já era sua preocupação as vias da comunicação cuja importância comparou à dos vasos sanguíneos e artérias para o corpo humano. Nesse sentido e reconhecendo a vantagem que o país apresentava, defendeu que a Guiné-Bissau era “rica nos canais, caminhos de água para fazermos escoamentos dos nossos produtos e criar novas possibilidades para isso amanhã. E ao mesmo tempo, possibilidades de garantir uma ligação entre o nosso continente e as nossas ilhas de Bijagós e ilhas de Cabo Verde” (Cabral, 1974, p.55).

No campo diplomático, não só privilegiou a tentativa de diálogo com as autoridades portuguesas, como também a mobilização da opinião pública internacional para a causa da luta com denúncias sistemáticas das ações da política colonial. Nesse sentido, o objetivo principal, explicou Cabral (1974, p.21), era o de “conquistar aliados, conquistar apoio político e isolar o inimigo politicamente”. Para o efeito, a estratégia foi a de participar nas reuniões e conferências internacionais “de modo a apresentarem os problemas para serem ouvidos e também procurar todo o tipo de apoio e assim isolar o inimigo no mundo” (Cabral, 1974, p.22).

Os frutos, entre outros, foi o reconhecimento por parte da ONU do “PAIGC como único e autêntico representante das populações da Guiné e de Cabo Verde” (Guerra, 1988, p.37), bem como a condenação de Portugal pela mesma organização.

A nível social e enquanto decorriam outras ações, o PAIGC também desenvolveu atividades junto das populações com a criação de “estruturas de ensino e de saúde e uma administração própria” (Guerra, 1988, p.36) nas zonas libertadas. Não menos importante foi a realização de eleições em 1972 para “Assembleia Nacional Popular em que votaram, no interior do país, cerca de 80 000 eleitores” (Guerra, 1988, p.37).

Importa, ainda, referir que o projeto da luta não foi concretizado só por Amílcar Cabral, mas sim sob sua égide e que, embora hoje se possa dizer que foi muito bem conseguido, não deixou de enfrentar dificuldades, muitas das quais com ecos ainda presentes.

No que diz respeito a essas dificuldades, Amílcar nunca deixou de falar abertamente sobre elas transmitindo o seu ponto de vista.

1.1.3 A Formação de um Homem Novo

Outras das áreas importantes deste enorme projeto da luta de libertação foi, sem dúvida, a «formação de um Homem novo», que, segundo Cabral, seria o garante do cumprimento pleno das aspirações da independência.

Ao longo dos anos da luta, Cabral informou todos quantos tiveram a oportunidade de com ele partilhar a dura experiência da luta dos valores que deveriam nortear a sua vida, no sentido de evitar desvios que poriam em causa a todos em geral e cada um em particular.

Esta ideia de um «homem novo» não era única de Cabral, parece que era acompanhada por muitos daquela época. Frantz Fanon (1961, pp.311-312), que também era próximo de Cabral, na sua obra intitulada *Os condenados da Terra*, expressou de forma clara a importância de um Homem Novo dizendo que “A Humanidade espera alguma coisa de nós que não seja essa imitação caricatural e em geral indecorosa”. Para ele, se queriam transformar a “África numa nova Europa, a América numa nova Europa”, bastava confiar “aos europeus os destinos dos nossos países. Saberão fazê-lo melhor que os mais dotados de nós”.

Porém, se os africanos queriam que a Humanidade avançasse com audácia, se queriam levá-la “a um nível diferente do que foi imposto pela Europa”, então era fundamental “inventar e descobrir”, pois para “responder às esperanças dos nossos povos, não devemos fixar-nos apenas na Europa”.

Em suma, “Pela Europa, por nós e pela humanidade, camaradas, é necessário mudar de pele, desenvolver um pensamento novo, tratar de formar um homem novo”.

Para Cabral, a formação deste homem novo devia assentar na educação, pois de nada adiantava lutar pela independência e até conquistá-la se se continuasse a pensar como o colonizador.

Era a educação que trataria de providenciar a libertação intelectual.

O sentido de responsabilidade foi em muitos domínios amplamente debatido por Cabral, que chegou a criticar/alertar os camaradas de factos tidos como de menor importância, mas que para ele faziam todo o sentido. Como “estar sempre arranjado, importar-se com a perfeição no trabalho, manter os espaços limpos, auxiliar o camarada em coisas ditas pequenas” ou esclarecer dúvidas por parte de quem tivesse alguma habilitação.

Ainda no campo das responsabilidades, Cabral alertava para a falta de cumprimento dos horários. Disse certa vez que não tinha sido o relógio que fez os povos da Europa avançar. Tinha sido “o trabalho a horas” que lhes tinha permitido criar “o relógio moderno”. Na verdade “o relógio antigo toda a gente tem, basta espetar um pau no chão, porque a sombra diminui e dá a volta ao pau, e conforme o sítio onde está a sombra, é assim a hora. É um relógio de sol.” (Cabral, 1974, p.92).

Pondo a tónica na educação, abordou a questão da literacia e disse que “nós sabemos que não são os analfabetos que podem fazer uma terra boa. É preciso gente que lê e escreve. Toda a gente que sabe ler e escrever deve ensinar aqueles que não sabem” (Cabral, 1974, p.84).

No entanto, não deixou de alertar que era preciso “evitar complexos de superioridade da parte daqueles que sabem alguma coisa e o complexo de inferioridade da parte daqueles que não sabem” (Cabral, 1974, p.99).

Na conceção de Cabral o homem novo seria o homem imbuído dos mais nobres valores culturais, políticos, mas, acima de tudo, morais. Valores que deveria ser capaz de transmitir e fazer cumprir.

O PAIGC no Período Colonial

1.2.1 Divergências Históricas e a Política Colonial

As divergências no seio do partido que conduziu a luta de libertação são tão antigas quanto o próprio partido. Para muitos, essa divergência gravita não só, mas essencialmente, em torno do problema entre cabo-verdianos e guineenses. Os primeiros, supostamente, eram privilegiados, desempenhavam invariavelmente funções de destaque e estavam quase sempre longe do teatro das operações. Os segundos nativos eram relegados para segundo plano e carne para canhão, pois eram os que essencialmente se encontravam na frente de batalha.

Não se pode deixar de constatar que a diferença entre uns e outros tinha alguma razão de ser. Culturalmente eram óbvias as diferenças, uma vez que o nível académico dos cabo-verdianos era bastante superior ao dos guineenses, o que era normal visto que Cabo Verde teve escolas dezenas de anos mais cedo do que a Guiné.

A própria atitude das autoridades portuguesas também contribuiu para acentuar essa diferença porque, se aos cabo-verdianos já era permitido frequentar o ensino nos finais da década de 20¹³, relativamente aos guineenses, ficou por cumprir uma das exigências da Liga Guineense no sentido de “uma maior atividade escolar na Guiné-Bissau com vista à elevação do nível cultural dos guineenses” (Pereira, 2003, pp.34-35).

De facto, o primeiro liceu da Guiné data dos finais da década de 50, concretamente o Antigo Liceu Honório Barreto, posteriormente designado Kwame N’krumah.

Ainda em torno do problema guineenses *versus* cabo-verdianos, pode apontar-se a tendência elitista por parte dos cabo-verdianos porque, como descreve Pereira (2003, p.91), “o colonialismo teve sempre uma grande preocupação, em Cabo-Verde”, isto é, “meter na cabeça do cabo-verdiano que ele era um preto especial, que estava muito próximo dos portugueses” chegando ao ponto de se afirmar que “o cabo-verdiano era considerado português” (Pereira, 2003, p.32). Essa atitude “criou uma ambiguidade na cabeça dos cabo-verdianos que só começou a mudar aos poucos com a luta de libertação” (Pereira, 2003, p.91).

¹³ Liceu Infante D. Henrique, criado em 1917, posteriormente designado Liceu Nacional de Cabo-Verde, substituiu o seminário Liceu de São Nicolau. No ano letivo 1926-27 o estabelecimento contava 178 alunos, sendo 31 de raça branca e 147 mista (situação impensável nas outras províncias ultramarinas, onde estes são frequentados à época, quase exclusivamente por filhos de colonos) (Ramos, 2008).

Essa tendência elitista não era só dos cabo-verdianos, mas também da pequena burguesia guineense. Como contou Ana Maria Cabral, “em Conacri, os da pequena burguesia não se misturavam com os outros, que se formavam grupo mediana a classe social. No intuito de minimizar este fosso conta que Cabral quase impôs um modelo de farda para todos”. Deixou isso bem patente e, “numa das suas alocuções referiu-se a este facto, pela ausência de interação entre uma classe e outra, sobre questões fraturantes da luta, visto que muitos estavam mais interessados na própria vida.” (Pereira, 2003, p.340).

Defende ainda Ana Maria Cabral, que é redutor cingir a questão à diferença entre cabo-verdianos e guineenses. Era algo muito mais profundo. Não seria demais invocar razões históricas como base da picardia entre guineenses e cabo-verdianos porque a “Guiné pertenceu a Cabo-Verde até 1878, uma época marcada pela escravatura” (Pélissier, 1989, pp.166-167). Esse facto histórico pode eventualmente ter contribuído para a desconfiança ou até alguma animosidade dos guineenses para com os cabo-verdianos. Mas não deixa de ser importante salientar que também houve um governante de origem guineense, Honório Pereira Barreto, nomeado em 1837, que sempre defendeu a coroa portuguesa.

Segundo Pélissier (1989, pp.65-66), Barreto foi mais longe quando “a 11 de Abril de 1844, em seu nome pessoal e a expensas suas” se fez “comprador de terrenos em Afínham e Jagubel” e, depois, “por procuração comprou em dezembro de 1844 e Janeiro de 1845, mais oito terrenos a norte e quatro a sul do rio Casamansa”, com a finalidade de se antecipar “aos franceses”, e os entregar “gratuitamente ao Estado (Maio de 1845) que os aceita”.

Este episódio da História foi referido por Aristides Pereira em entrevista concedida a Leopoldo Amado, para desvalorizar as teses de desconfiança dos guineenses relativamente aos cabo-verdianos, pela sua relação de proximidade aos portugueses dizendo: “o guineense foi-o também, e até com registos pouco abonatórios! Aliás, o próprio Honório Barreto, oriundo da Guiné, que tanto fez para dar satisfação aos colonialistas portugueses, que estes acabaram por erigir várias estátuas na Guiné à sua memória” (Pereira, 2003, p.382).

Relativamente às atitudes burguesas por parte dos cabo-verdianos, Aristides Pereira reconheceu-as, mas atribuiu-as à atuação das próprias autoridades portuguesas que fomentavam estas atitudes justificando que “isso deve-se a uma certa ação durante o tempo colonial, que, por exemplo, foi ao ponto de convencer os cabo-verdianos de que não são africanos, de que o cabo-verdiano é superior ao africano.” Exemplificou, “via-se claramente

no Ato Colonial e na nova estruturação que o Marcelo Caetano fez que o Cabo-Verdiano não era considerado “indígena”. Era cidadão português, “mesmo que fosse de segunda ou terceira classe, mas era cidadão português!” Com a agravante “de haver indigenato na Guiné, em Angola e em Moçambique, levou o Cabo-Verdiano a acreditar que, de facto, ele é um fulano, à parte” (Pereira, 2003, p.392).

1.2.2 A Questão da Unidade Guiné-Cabo Verde

Outro aspeto fraturante que se pensa ter contribuído imensamente para aumentar as divergências no seio do PAIGC foi, certamente, a questão da unidade entre a Guiné e Cabo Verde, sonho fervorosamente acalentado por Amílcar Cabral.

Embora acerrimamente defendida por Cabral, a ideia de união da Guiné com Cabo Verde teve oposição de muitos que a criticaram por não acreditarem na sua concretização, devido a motivos que vão desde a ordem cultural até à antropológica.

Para Cabral, este projeto era tão somente a confirmação do óbvio e argumentava “com base em elementos históricos e culturais. Assim a circunstância dos escravos transportados para as ilhas terem sido exclusivamente originários da Guiné explicava a paridade da língua (o crioulo) nas duas colónias” (Sousa, 2011, p.226).

Da ala cabo-verdiana do partido estariam contra a unidade Guiné-Cabo Verde “Paulo Dias, Luís da Silva, José Francisco Gomes e José Leitão da Graça” (Sousa, 2011, p. 228). Este último defendia não haver ligações históricas entre os dois territórios e mais dizia que “a Guiné tem mais laços com o Senegal e a Guiné-Conacri do que com Cabo-Verde”. Acrescentou, ainda, que a dinâmica das posições ocupadas pelos dois países “gera nos povos da Guiné, um ódio indelével para com os cabo-verdianos e nestes, uma atitude colonialista-racista ou paternalista para com os guineenses” (Sousa, 2011, p.227).

Da ala guineense dos contra, constavam os nomes de Umaro Canó, Benjamim Pinto Bull e Sambel Baldé, que chegaram a apresentar “comunicado escrito em francês, intitulado *Sortout pas d'apartheid en Guiné-Bissau*” e questionando que fosse possível “a um só homem tentar libertar dois territórios diferentes e separadas pelo mar”. (Sousa, 2011, p.229)

Alguns cabo-verdianos também defendiam, ou pelo menos acreditavam, que a guerra feita na Guiné, só beneficiaria este território após a independência. Chegou a haver reuniões

com Cabral no sentido de dar mais atenção à luta em Cabo Verde. Foi, inclusivamente, elaborado um plano para desembarque de cabo-verdianos nas ilhas após formação militar em Cuba, o que não chegou a acontecer.

António Leite, que também defendia esta ideia, refere que nos estatutos do PAIGC se dizia “claramente que, após a independência dos dois países, os Guineenses governariam a Guiné e os Cabo-Verdianos, Cabo-Verde” (Pereira, 2003, p.345).

Tal desembarque não aconteceu devido a questões de logística que não permitiram abrir outra frente de luta e assegurar as condições mínimas para o seu sucesso. Aristides Pereira, que não partilhava da opinião favorável à extensão da luta armada a Cabo Verde, salienta que era “impossível” porque “desenvolver uma luta armada em Cabo-Verde pressupunha dispor de grandes meios, mas o Partido não tinha ainda meios [...] seria absolutamente insensato” (Pereira, 2003, p.393).

Para além de todas as situações anteriormente referidas, existiram também tentativas das autoridades portuguesas de aliciar não só os que não se reviam nos princípios defendidos pelo PAIGC, como de membros do próprio partido.

Esta política concebida por Spínola consistia em explorar as debilidades não só internas, mas também através de campanhas de aproximação à população no sentido de conseguir o seu apoio junto dos guerrilheiros, através dos chefes das tabancas, porque a prolongada guerra teve consequências que “como não podia deixar de ser, eram evidentes a nível do cansaço psicológico (Sousa, 2011, p.412).

Tratou-se de uma estratégia conduzida pelos majores Pereira da Silva, Passos Ramos e Magalhães Osório e o alferes Joaquim Mosca no sentido de “convencer os chefes de guerrilha de chão Manjaco-André Gomes, Quintino Vieira, Braima Camará e Luís Correia – a baixarem as armas” (Catarino & Assor, 2010, p.91), convencendo-os de que seriam “enquadrados nas Forças Armadas Portuguesas” (Teixeira, 1998, pp.73-74). Conta Bobo Keita que houve tentativas de “infiltrar nas nossas bases, testar a coesão dos camaradas. Chegaram mesmo a oferecer cigarros, *whisky*, imaginando poder «comprar» com essas coisas as consciências dos nossos homens [...]. Depois de alguns encontros, os camaradas resolveram pôr termo àquilo” (Carvalho, 2011, pp.208-209).

Outra das ideias de Spínola seria “oferecer a Amílcar Cabral o cargo de Secretário-geral na Administração da Guiné Portuguesa” (Teixeira, 1998, p.74), embora também fosse ele o mentor da operação Mar-Verde¹⁴.

A todos estes problemas acrescem situações como o aliciamento, por parte da FLING, dos guerrilheiros do PAIGC, a juntarem-se à sua causa “contra os soldados portugueses e seus suportes, os cabo-verdianos usurpadores da direção política da luta nacional” (Sousa, 2011, p.399). Estas movimentações da FLING terminaram no fuzilamento de Paulo Dias, “apanhado em flagrante nos territórios controlados pelo PAIGC.”

Tcherno Djaló (2012, p.262) afirma que “se o princípio da unidade Guiné/Cabo-Verde e de um partido binacional foi a invenção mais original do PAIGC, foi também a principal causa do seu fracasso devido à hegemonia elitista dos mestiços guineenses e originários do Arquipélago”.

Esta Dissertação considera que os problemas que o PAIGC teve de enfrentar foram enormes e de várias ordens e que, com o passar dos anos, a realidade mostrou que os problemas vão muito para além da simples diferença entre cabo-verdianos e guineenses, pois continua atual.

1.2.3. A Justiça na Luta

1.2.3.1 Tribunal Militar

Toda a existência do PAIGC tem sido marcada pela violência, de todo o género e intensidade, ora infligida por uns, ora infligida por outros, e muitas vezes esses outros, são exatamente os combatentes e também as populações. Segundo Djaló (2000, p.25) a história contemporânea da Guiné-Bissau “tem sido uma sucessão de atos de violência política e institucional que marcaram profundamente a memória coletiva do seu povo, influenciando de

¹⁴ Denominada operação «Mar Verde», consistiu em recrutar grupos dissidentes opositores de Sekou Touré onde se destaca a Front de Liberation Nacional Guinéen (FNLG), treiná-los, para depois levarem a cabo um golpe de estado substituir o regime de Sekou Touré por um governo favorável aos interesses portugueses. Outro dos objetivos da operação seria capturar Amílcar Cabral e destruir a frota aérea estacionada em Konakri, e libertar 26 militares portugueses na prisão de La Montaigne. Comandada por Alpoim Calvão, a operação teve lugar a 22 de Novembro de 1970, em que o único objetivo cumprido foi a libertação dos presos, todos os outros foram um redondo fracasso. (cf. Catarino e Assor, 2010 pp.96-101).

certa forma a sua cultura política”. Mais acrescenta que “nesta ótica importa sublinhar que a luta de libertação nacional em si foi um ato de violência política.”

Ainda que os objetivos justificassem a ação, esta violência pode ter marcado de forma acentuada toda a sociedade guineense.

Qualquer processo, seja de que âmbito for, na maioria dos casos passa por um período de adaptação, de reformulação, de modo a encontrar o formato adequado. E o PAIGC não foi exceção. Durante todo o período da luta e após a independência, foram inúmeros os casos de desvios de conduta, de abusos de poder, de desmandos cometidos no seio do partido cujas vítimas invariavelmente eram outros membros do partido ou a população.

Observando este fenómeno à luz da época, como não podia deixar de ser, o PAIGC pode ser considerado ele próprio vítima dessa violência, pois havia muitas condicionantes que facilmente permitiam tais acontecimentos. Uma dessas condicionantes era “a falta de comunicações permanentes, rápidas e fiáveis entre os dirigentes políticos e os comandos de região e entre estes e os chefes militares das bases de guerrilha”, situação que “ permitia aos últimos uma larga autonomia, pelo que alguns portavam-se mais como chefes de bandos armados do que propriamente como membros de um exército.” (Nóbrega, 2003, p.200)

Outra das condicionantes é certamente a interpretação que cada um fazia do seu próprio papel no contexto do partido e da própria luta. Contou Luís Cabral (1984, p.157) que numa visita à Quetafine, teve conhecimento de problemas no sector Norte e Sul e que, ao tentar questionar o comandante de Quetafine, ele referiu que era “muito complicado” porque não queria que alguém pensasse que andava a estragar-lhe o nome, uma vez que havia “notícias que correm, mas não tenho elementos suficientes para informar a direção sobre estes boatos. O povo é difícil. Nem sempre podemos ir atrás das suas conversas, porque depois é ele mesmo que se põe contra ti.”

A tudo isto deve ser adicionada a própria idade dos comandantes, como é caso do de Quetafine, Manuel Saturnino Costa, “com dezanove anos de idade [...] um dos mais novos chefes de guerrilha” (Cabral, 1984, p.155) e no punhado de jovens em que confiara Amílcar e a direção superior do partido, “a média de idade não ultrapassava os vinte e quatro anos” (Cabral, 1984 pp.166-1667). Por isso é compreensível, mais uma vez à luz da época, que se tenham sucedidos os tais desvios.

Esta afirmação vai ao encontro daquilo que é descrito por Carlos Lopes (1987, p.50) que reconhece a existência de “chefes muito jovens, caracterizados por uma grande audácia e

coragem e munidos de um comportamento individual”. O mesmo autor assinala que “a guerrilha exige muita iniciativa e abnegação que pode levar à ignorância do verdadeiro espírito de luta, essencialmente político. É assim compreensível que comecem a aparecer pequenos ditadores, ou militaristas, com uma certa auréola anti-democrática”.

O PAIGC usou de violência inúmeras vezes para com os chamados «traidores» em que invariavelmente a decisão era o fuzilamento dos mesmos. Os traidores eram todos que dentro e fora do partido prejudicavam ou tentavam prejudicar ou denegrir a imagem do mesmo. Destes casos podem ser referidos, por exemplo, os fuzilamentos dos cabecilhas do PDONG¹⁵, Honório Sanches Vaz e Miguel Embaná¹⁶ e o fuzilamento de Paulo Dias da FLING¹⁷ (Sousa, 2011, p.400).

Retomando a questão dos desvios, o PAIGC embora também usando de violência, ainda que por falta de condições para solução destes problemas por outra via, não deixou de tentar encontrar uma forma para a minimizar, através das denúncias, com o objetivo de inibir tais comportamentos. Mas, como é sabido, as denúncias em muitos casos transformam-se em mais problemas. Nesse sentido, a cúpula do partido observou “que era necessária uma reunião geral dos quadros responsáveis do partido, e para se poder discutir e aprofundar esta grave questão, de maneira a tirar dela todas as lições para o futuro” (Cabral, 1984, p.161). Reunião que depois se transformaria no Congresso de Cassacá, pela forma como decorreu e pela profundidade das questões debatidas.

O Congresso de Cassacá, entre todos os assuntos debatidos e decisões dele emanadas, teve o grande mérito de pôr frente a frente as vítimas dos desmandos e os seus carrascos. Este congresso deu origem a um PAIGC completamente renovado e, como diz Tchernó Djaló (2012, p.262) citando Amílcar Cabral, “passamos de um movimento disperso, sem ideologia clara e animado pelo tribalismo, a um partido hierarquizado, disciplinado e profundamente politizado.”

¹⁵ PDONG, Partido Democrático Orgânico da Guiné. Esta dissidência, liderada por Honório Sanches Vaz e Miguel Embaná, teria sido descoberta, tendo sido fuzilados os dois cabecilhas em Boé e alguns dos seus apoiantes presos (Sousa, 2011, pp.397-398).

¹⁶ Cf. Sousa, (2011, p.398).

¹⁷ A FLING pretendia, entre outras coisas, ocupar as bases do PAIGC de Kubagoré, Kandjabari, Sambuia, Fáquina, Ingoré, instalar-se na margem direita do rio Farim.

Neste trabalho de aliciamento das bases do PAIGC destacou-se, desde 1977, Paulo Dias, presidente da FLING Progressista em que se transformou a antiga frente, que, detido em flagrante nas áreas controladas pelo partido de Amílcar Cabral no norte do território, viria a ser fuzilado. (Sousa, 2011, p.400).

Renovado, o PAIGC criou uma estrutura político-administrativo nas regiões libertadas onde se podem destacar a criação de tribunal de guerra e tribunais de aldeia¹⁸ com objetivo não só de pôr cobro aos desmandos mas também transferir gradualmente o poder para as populações.

Não obstante toda esta reorganização do partido, muitos dos acusados presentes no congresso foram fuzilados e os que não se encontravam também o foram como foi o caso dos acusados da frente sul a que pertencia “Watna¹⁹, chefe da base de Nhais em Cubissecó” (Cabral, 1984, p.179), a quem foi dada ordem de prisão. Segundo os relatos de Luís Cabral (1984, p.190) “os responsáveis pelos assassínios dos chamados feiticeiros foram todos presos e alguns deles, que tentaram resistir, foram executados diante das populações que sofreram diretamente os seus crimes”. Mais referiu que “Watna foi o que deu mais trabalho” e afirmou que “foi imediatamente abatido”, o que configura outro ato de violência, ainda que não se vislumbra-se outra solução no momento em questão.

Foi posteriormente publicada a Lei da Justiça Militar como forma de instituir uma legalidade democrática ao país. Toda a lei foi escrita por Amílcar Cabral, com a colaboração de dois juristas, um dos quais José Araújo, primeiro licenciado em Direito a chegar ao Secretariado-Geral²⁰.

1.2.3.2 Intrigas

O tribunal militar muitas vezes foi chamado a julgar membros do partido por crimes como a corrupção. Foi o que aconteceu a Inocêncio Cani em 1971²¹, mais tarde libertado por não se ter provado a veracidade dos factos.

A juntar a esta situação temos os casos de “Abdulai Seck, Momo Turé e Eduardo Pinto” a quem Amílcar Cabral pediu desculpas por alegadamente terem sido presos

¹⁸ cf. Djalo (2012 p.265)

¹⁹ Watna, chefe da base de Nhais, em Cubissecó, deve ter sido o mais terrível criminoso que apareceu nesse ano sombrio que se seguiu à chegada das armas e à vitoriosa libertação de vastas áreas do país. Era relativamente jovem, troncado, de estatura média. Não tinha uma orelha e por isso usava sempre uma boina preta inclinada sobre esse lado. Fez parte do grupo de jovens *balantas* – os «blufos» – que o Nino na mobilização no sul (...), marcou toda uma vasta área com requintes de abusos e de crimes que aquela geração nunca presenciara, nem mesmo durante o domínio colonial (Cabral, 1984 p.179).

²⁰ Cf. Cabral (1984, p.269).

²¹ Cf. Sousa (2011, p.409)

injustamente²². Muitas situações de intrigas foram levadas ao tribunal e acabaram em condenação. O tribunal foi muitas vezes utilizado para tentar afastar inimigos ou criar cisões dentro do próprio partido.

Se por um lado muitas passaram pelo crivo do tribunal, por conduta imprópria perante a população, outras não o foram, como foi Osvaldo Vieira, que implementou e aplicou castigos corporais juntamente com Inocêncio na base de Morés pela qual eram responsáveis. Chegou a dizer a Luís Cabral (1984, p.265), quando questionado sobre esse facto, “que a nossa gente não compreendia outra linguagem e que o Amílcar era bom demais” e que “se não agisse com dureza, tanto em relação aos combatentes como em relação aos elementos da população que fugiam ao cumprimento das ordens estabelecidas, estavam perdidos”.

Importa referir que Osvaldo Vieira, juntamente com Fidelis Almada, presidiram ao tribunal em Boé em que “duas pessoas foram condenadas à morte e executadas” (Pereira, 2003, p.339).

Tanto em relação a Inocêncio como a Osvaldo – por sinal muito próximos – ²³ sempre pairou alguma desconfiança relativamente à conduta e à posição face à estrutura e à condução da luta por parte do PAIGC. Ainda assim, ao Osvaldo foi confiada a presidência de um tribunal. Contou Ana Maria Cabral que “Cabral já desconfiava da possibilidade de o Osvaldo poder trair²⁴, pela forma sistemática como criticava o desleixo a que se entregou nos últimos tempos” (Pereira, 2003, p.342), chegando este a acompanhá-lo a uma missão numa ida ao estrangeiro. Perante esta constatação levantou-se uma questão pertinente: como é que, por exemplo, Nino Vieira, responsável da zona sul (onde após o Congresso de Cassacá acabou por ser morto Watna) e Osvaldo, defensor dos castigos corporais nunca enfrentaram tribunal?

Criados com o objetivo de democratizar o partido e a luta como anteriormente mencionado, os tribunais tiveram dificuldades na produção de provas porque quase, senão toda, a informação recolhida assentava nas narrativas dos envolvidos direta ou indiretamente nos casos, o que é impensável à luz dos nossos dias. E não é de estranhar que, ao invés de

²² Cf. Pereira, (2003, p.339).

²³ O antigo embaixador de Cuba em Conakry, Oscar Oramas, escreve mesmo, no seu livro que Inocêncio tinha boas relações com Osvaldo Vieira, o que faz supor que ambos fariam parte do grupo que contestava a liderança de Cabral e dos elementos de origem cabo-verdiana. Em geral, dentro do PAIGC (Sousa, 2011 p.409).

²⁴ Contou Ana Maria Cabral que a posição do Osvaldo Vieira era muito estranha, acrescentando “o Oramas disse-me que o viu, quando foi lá, depois dos tiros, junto a um grupo de gente armada perto da casa onde vivia o camarada Aristides Pereira.” (Pereira, 2003, p.341).

resolver os problemas, os tribunais acabassem por criar outros, ainda que não deliberadamente.

Ainda assim, e apesar dos muitos percalços e contratempos por que passaram, é de reconhecer o mérito que tiveram na resolução de alguns problemas e o caráter e o princípio democrático que certamente terão incutido a muitos.

O PAIGC na Fase Pós-Independência: Movimento Reajustador

No dia 14 de novembro de 1980, a cidade de Bissau anoiteceu sobressaltada, ao som de tiros e movimentações do corpo militar. A rádio foi silenciada. Falava-se em problemas dentro do partido, com muitas prisões do pessoal da cúpula, mas também de morte/assassinato de alguns.

Foi anunciado, entretanto, pelo então Primeiro-Ministro Nino Vieira, a tomada do poder por um grupo de homens como forma de contrariar as atuais políticas do presidente Luís Cabral, que eram contrárias às definidas durante a luta e cujas consequências eram visíveis, sobretudo no âmbito económico.

Apelidado de Movimento Reajustador, objetivava também o saneamento dos graves problemas internos do PAIGC e a aplicação de medidas que conduziriam ao gozo pleno da liberdade conquistada durante a luta contra o colonialismo e a tão ansiada prosperidade que tardava a chegar.

Apesar do nome pomposo, o Movimento Reajustador não foi mais do que um golpe perpetrado contra Luís Cabral, cujo significado se reveste de uma importância crucial, bem como as razões que o motivaram.

1.3.1 Antecedentes

O Movimento Reajustador foi tão somente o catalisar de uma série de situações que vinham fervilhando desde a independência. Carlos Lopes (1988, p.40) por exemplo, aponta a inexistência de “um projeto nacional a curto prazo”. A luta entre as classes dominantes também jogou um papel importante no referido meio, “resultando do desequilíbrio crescente

do poder entre o Estado e o Partido, a étnica, isto é, conflito entre Guineenses e Cabo-Verdianos, mascarava um conflito muito mais fundamental: a oposição entre a tendência tecnocrata reunida em torno de Luís Cabral” por um lado, “e a tendência militar-populista e negrófila reunida em torno de Nino Vieira” (Djaló, 2012, p.271), por outro.

Esta ideia talvez justifique um certo complô por parte de Nino Vieira²⁵, sobre quem recai a orquestração do golpe, porque, sendo parte integrante da cúpula do PAIGC, também se encontrava vinculado a todos os fracassos com os quais justificava o golpe. Delfim Silva (2003, p.129) escreveu inclusive que “publicamente Nino concordava, em privado Nino reprovava tudo.”

Nos anos seguintes à independência, a crise económica agravou-se, pondo a nu as fragilidades da nação recentemente formada, pela in experiência neste domínio em particular porque, “o regime procedeu à nacionalização dos setores produtivos nacionais e embarcou num plano de investimentos em grandes projetos na área industrial e agro industrial” (Nóbrega, 2003, p.221), o que, como disse Chabal (1987, p.155), “para além de esgotar os recursos das áreas rurais, pouco beneficiava o país”. Tanto assim é que, dias antes do golpe de estado, “não havia nos mercados da capital nem arroz, nem batatas, nem leite nem pão” (Lopes, 1988, p.43).

Numa outra perspetiva, Joshua Forest (1993, p.79) explica este fenómeno pelo “baixo funcionamento do governo, o insuficiente número de veículos e gestores mal preparados [...] aliados aos baixos preços de compra e aos fracos incentivos de troca”, todos estes fatores “levaram os camponeses a reduzirem a quantidade das suas colheitas vendidas aos Armazéns do Povo nos anos 70”.

Quanto aos fatores Delfim Silva (2003, p.101) aponta como uma das causas a “alteração da conjuntura internacional”.

A agricultura, definida por Amílcar Cabral como motor principal para a independência económica, não teve o «upgrade» devido, e “sofreu uma recessão espetacular [...] as produções de arroz e de amendoim – as mais importantes – desceram na ordem dos 30% depois da independência”.

À sustentabilidade das finanças públicas foi dada pouca importância na medida em que foram tomadas medidas altamente prejudiciais, como, por exemplo, a lei nº7/75 em que

²⁵ Nino Vieira por sua vez, estaria a ser vítima de um tal conluio por parte do núcleo de Luís Cabral (através da nova constituição) com o objetivo de o afastar dos órgãos militares e ANP cuja atribuição era controlar o presidente do Conselho de Estado, e também as promoções feitas a elementos próximos de Luís Cabral em detrimento dos fiéis a Nino Vieira (cf. Lopes, 1988 p. 46).

aos combatentes da liberdade da Pátria, o tempo de serviço seria contabilizado pelo dobro, o que significava uma tamanha sobrecarga para o sistema de segurança social²⁶.

A corrupção foi outro fator determinante no golpe de estado de 14 de novembro de 1980. Os recém-chegados à administração do bem público, novidade para a maioria, pareciam terem-se deliciado com as comodidades trazidas pelo poder, esquecendo os sábios ensinamentos de Cabral.

Em matéria de comércio, a corrupção era promovida pelas empresas estrangeiras, “o Presidente Luís Cabral fazia visitas de cortesia num avião a jato batizado Sakala” (Lopes, 1988, p.42), e tais situações já eram tão evidentes que se falava à boca grande. E “em 1977, o congresso do partido acusava, formalmente, no relatório do C.S.L, alguns dirigentes do Partido de não responderem às suas tarefas militares e de chegarem a favorecer o nepotismo, a corrupção e o dirigismo” (Lopes, 1982, pp.95-96).

Não se conhece a posição da população às primeiras horas, mas não é difícil supor-se que as dificuldades, a escassez de alimentos e a corrupção, aliadas à situação folgada em que alguns dirigentes do partido viviam, tenha facilitado uma adesão da população ao movimento, conferindo a este uma suposta legitimidade ainda que não declarada

1.3.2 Razões Invocadas

Em qualquer domínio é essencial munir-se de informações de modo a poder justificar toda e qualquer ação praticada e o 14 de novembro não foi exceção. Assim, os seus protagonistas também se prepararam para apresentar uma longa lista de razões como forma de conquistar simpatia, tanto no campo interno como no externo. As razões invocadas foram as seguintes:

- Contrariar a crescente hegemonia do poder por parte de Luís Cabral (Lopes, 1988, p.46);
- A nova Constituição em que a cabo-verdiana abolia a pena de morte e especificava que o presidente devia ser cabo-verdiano, enquanto a guineense não especificava²⁷;

²⁶ Cf. Silva (2003, p.100)

²⁷ Cf Chabal (1987, p.187);

- Acabar com a conspiração e assassinato clandestino de vozes divergentes – “detenções sem processo, atos de tortura, execuções sumárias” (Djaló, 2000, p.27);
- Reivindicação constante das FARP por melhores salários e pagamentos atempados²⁸.

Uma vez reunidas as condições para o golpe o que era prática de quase todos do partido passou a ser culpa só de alguns, muito poucos por sinal. Toda a conjuntura era suscetível a propiciar tais acontecimentos, onde mais uma vez, como bode expiatório, serviu na perfeição a clivagem entre guineenses e cabo-verdianos.

1.3.3 - Medidas Implementadas

Uma vez confirmado o golpe de estado, Nino Vieira preparou-se para tomar medidas que visavam pôr cobro às situações consideradas contrárias às orientadas pelo partido.

Na verdade, Nino manteve praticamente tudo na mesma, “liderado por um Conselho de Revolução” (Silva, 2010, p.196) que em termos efetivos “não alterou substancialmente o modelo político nem o modelo económico, mantendo a mesma classe governante, embora com a exclusão dos ditos *burmedjos*”. Tomou para si todos os cargos contestados a Luís Cabral e mais alguns, e “as alterações institucionais efetuadas vieram reforçar o poder do presidente. O Ministério das Forças Armadas e o Ministério da Segurança Nacional foram incorporados diretamente no gabinete do Presidente” (Zeverino, 2003, p.43).

Luís Cabral foi preso, bem como os membros mais próximos deste, e mais tarde alguns foram expulsos do PAIGC, incluindo o ex-presidente. Os adversários foram perseguidos e presos. Alguns acabaram por morrer na prisão após humilhações e tortura. Essas perseguições não se resumiram à Guiné, estenderam-se aos “militantes e dirigentes de movimentos rivais [...] no exílio no Senegal (FLING e FGURIN), de França (FLING) e de Portugal (OANG, JURG, RGB/Movimento Bafatá e FULGUIBI)²⁹.

Nino não só não eliminou a restrição da liberdade à população, que vinha do tempo de Luís Cabral, como manteve o monopólio do Estado pelo PAIGC, situação denunciada por Raúl Mendes Fernandes, citado por Nóbrega (2003, p.224), ao dizer que “não apenas sobre a

²⁸ Cf. Nóbrega (2003, pp.222-223)

²⁹ Cf. Sousa (2012, p.37).

economia mas também sobre a vida social dado que a vida privada dos cidadãos estava sujeita a uma estreita vigilância do aparelho policial”. Porque “este aparelho militar criou tribunais de exceção que dispunha do direito de vida e de morte sobre os cidadãos”.

A maior parte das decisões tomadas pelo «staff» anterior foram revogadas ou abandonadas. Em jeito de exemplo pode ser referida a anulação das patentes anteriormente atribuídas, “surgiu uma série de coronéis”, mas “Comandante de Brigada finalmente passou a haver só um – o próprio Nino” (Silva, 2003, p.110). Além disso, continuou o insólito caso entre Iafai Camará e Paulo Correia em que este último “esteve sempre acima do Iafai Camará quer na hierarquia militar quer na ordem política”, mas que, por força do reajustamento, acabaram ajustados com a patente de coronéis.

Em sentido contrário, relativamente à perseguição de opositores, Mendy (1993, p.31) afirmou que o Movimento Reajustador “trouxo uma drástica diminuição da repressão política, das prisões e detenções arbitrárias e dos flagrantes abusos dos direitos humanos”.

1.3.4 Consequências

O Movimento Reajustador teve consequências desastrosas, não só para o país de forma geral, mas de forma particular para o PAIGC, e, apesar do tempo decorrido, continuam a ser sentidas talvez de forma mais violenta nos dias de hoje.

Uma das consequências imediatas foi o corte de relações com Cabo Verde que resultou na criação do PAICV, matando definitivamente o sonho de Cabral. Com a separação confirmada, muitos cabo-verdianos abandonaram a Guiné, «deixando descalça» a administração pública pela experiência que detinham. Esta fora a grande questão posta por José Carlos Schwarz que perguntava: “sem cabo-verdiano, e depois? Iríamos nós, guineenses, conseguir ser tão bons ou melhores do que esses nossos camaradas cabo-verdianos [...] todos eles exemplares como chefes de família, como intelectuais, como trabalhadores empenhados e irrepreensíveis?” (Silva, 2003, p.177). Uma questão motivada pela pouca experiência dos guineenses neste campo.

As nomeações sem observância dos critérios minimamente democráticos resultou na criação de fações que adubaram e fizeram crescer intrigas no seio do PAIGC e, mais tarde,

resultaram em crises ou denominadas tentativas de golpe de estado que serviram para assassinar antigos aliados no Movimento Reajustador. Como contou Delfim (2003, pp.162-163), “o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 (orquestrado por militares) que derrubou o Presidente Luís Cabral, e o golpe do poder, o chamado «caso 17 de outubro» (preparado pela Polícia Política) e que terminou com os fuzilamentos” de Paulo Correia e Viriato Pã, são provas disso.

O Movimento não conseguiu resolver ou atenuar a grave crise económica, senão através de algumas ajudas de países amigos em géneros alimentares. Ajuda que servira para calar as vozes imediatas, pois a crise permaneceu, devido ao abandono de projeto do governo anterior, cujo financiamento se teve que pagar, mas cujo retorno não chegou a acontecer. São exemplos: “fábrica de artigos de plástico; fábrica de curtumes; fábrica de fundição e oficinas metalo-mecânicas; uma unidade de transformação de castanha de cajú; fábrica de farinha e óleo de palma de Cacheu e Bijagós; centrais elétricas em Portogole, Gabú, Bissorã, Farim e Cacheu” (Sousa, 2012 p.37).

O novo executivo elaborou novos projetos mas “nunca foi capaz de executá-los. Sempre que havia financiamento, o dinheiro simplesmente se evaporava num mar de corrupção” (Sousa, 2012, pp.37-38)

A Primeira República, que todos acreditavam que traria a tão almejada liberdade, que a muitos custou a alcançar, e consolidaria a prosperidade, revelou-se um tremendo fracasso deitando por terra o sonho de Cabral não só para a Guiné mas também pela unidade Guiné-Cabo Verde. A Primeira República foi a incubadora de todos os vícios, contrariando em toda a linha a figura do homem novo de que tanto falava Cabral.

A inexperiência dos novos governantes certamente contribuiu – e muito – para tal falhanço, mas também trouxe para a ribalta e de forma violenta todos os desvios que já despertava e que se tentou combater durante a luta.

Capítulo 2 – Guiné-Bissau, os Guineenses e as suas Instituições

2.1. Conceito

2.1.1. Estado

Ao tentar definir o conceito de Estado, a Mestranda depara-se com o contraditório entre vários cientistas que se debruçaram sobre a questão.

Hall e Ikenberry (1990, p.12) dizem que “existe entre os cientistas sociais um grande consenso quanto à maneira como o Estado deve ser definido” contrariamente ao que afirma Della Porta (2003, p. 18): “a própria definição do conceito de Estado ainda não está de modo algum bem definida: basta recordar que já em 1931, se encontraram bem 145 definições diferentes”. Autor que afirma, ainda, que “em geral, o conceito de Estado refere-se a um ordenamento político específico, que surgiu na Europa a partir do séc. XIII”.

Fernandes (1995, p.84) definiu o Estado como “uma instituição social equipada e destinada a manter a organização política de um povo, interna e externamente” e recorda também que “o Estado já foi definido como a instituição das instituições (p. 80)”. Por sua vez, Maurice Duverger (1983, p.157), que chamou o Estado de “sociedade global” diz que “é uma coletividade suprema que não depende de nenhuma outra, isso quer dizer que as autoridades desta coletividade são autoridades supremas, que não dependem de nenhuma outra autoridade”.

Quanto à função, Zippelius (1997, p.68) diz que o Estado como “estrutura organizada de poder e ação, desempenha a função de garantir entre os homens uma convivência ordenada de forma harmoniosa e segura, sobretudo a de manter a paz e a segurança jurídicas”. A mesma opinião tem Lavroff (2006, p.169) que diz que o “Estado é criado para se obter a paz”.

Parece que a expressão «estrutura organizada» se refere a uma máquina que deve ter a capacidade organizativa de modo a poder intervir em todos os campos da sociedade onde se insere. Daí ser atribuído ao Estado o poder de gerir a comunidade dos homens. Assim, Georges Burdeau (1970, p.17) diz que “os homens inventaram o Estado [...] e fizeram dele a sede e o suporte da potência cuja necessidade e peso experimentam todos os dias, mas que, desde logo que seja imputada ao Estado, lhes permite vergarem-se a uma autoridade [...]. O Estado é uma forma de poder que enobrece a obediência”. A interpretação da obediência de Burdeau é próxima de consenso porque o mesmo também entende o Estado como “a forma

pela qual o grupo se unifica submetendo-se ao direito” (Burdeau, 1970, p.63), ou seja, o Estado é a “sede de um poder cujos agentes de exercício são os governantes” (Burdeau, 1970, p.121).

2.1.2. O Desafio da Construção do Estado na Guiné-Bissau

Relativamente à Guiné-Bissau, a construção do Estado pós-colonial iniciou-se ainda antes da independência com a criação de estruturas e instituições que dariam continuidade – ainda que reformuladas – ao Estado criado pela administração colonial. A luta serviu de mote para a criação do tão desejado Estado da Guiné-Bissau, o advento do fim de todos os problemas até então atribuídos ao colonialismo.

Hoje, passados mais de 40 anos, questiona-se cada vez mais, se alguma vez a Guiné-Bissau chegou a ser um Estado. As respostas são divergentes. A Guiné não é um Estado, mas aspira ser uma Nação, embora se encontre ainda numa fase embrionária³⁰. De forma mais ou menos concordante, Ferran Iniesta³¹ diz que a Guiné-Bissau não funcionava há já anos e que atualmente não é praticamente um País³².

Tendo havido um projeto de Estado, até com instituições criadas de modo a dar forma a esse Estado, conquistou-se a independência, o que atribuiu legitimidade a esse mesmo Estado. Pela natureza do desafio, Carlos Sangreman diz que a construção de um Estado é outra luta e mais difícil pela maior evidência das contradições que desaparecem quando existe um inimigo externo bem identificado – colonialismo – e passa a disputar-se o poder internamente.³³

Os novos governantes, não souberam dar continuidade ao projeto, por manifesta incapacidade de compreensão dos novos desafios que se impunham. Não conseguiram criar instituições públicas fortes capazes de “executarem os objetivos de funcionamento a que se propõem, por lei”. E, “portanto, a passagem à prática das decisões de política económica é

³⁰ Cf. Silva (2012, p.14)

³¹ Ferran Iniesta Vernet, criou o Centro de Estudos Africanos da Universidade de Barcelona, onde é professor titular de História da África desde 1989. É membro fundador da revista científica *Studia Africana*. É diretor e professor do Mestrado em Estudos Sociais em Espanha (ACUP e URL) e em África (UCAD, DAKAR, Antananarivo e Yaoundé).

³² Entrevista concedida à jornalista Paula Borges da RDP África, à margem da conferência sob o tema «Clientelismo e Corrupção em África» organizada pelo ISCTE, transmitida pela mesma rádio a 26/06/2012.

³³ Entrevista 5

lenta e difícil”, criando “desilusões nas populações que têm como expectativa um aumento do nível de bem-estar proporcionado por essas instituições” (Proença, 2000, p.178). E os sonhos e as miragens que serviram de «leitmotiv» à luta de libertação diluíram-se e os outros atores revelaram-se incapazes de compreender e interpretar os novos tempos e os novos desafios³⁴.

A Guiné-Bissau transformada em Partido-Estado-Exército, motivado pela luta armada e pelo estado colonial³⁵ teve o PAIGC a tentar evitar a desunião no seu seio motivado pelo antagonismo dos seus militantes, de um lado os camponeses e de outro os urbanos. O partido sobrepôs-se ao Estado e foram os antigos guerrilheiros que passaram a dirigir o aparelho do Estado porque, como afirmou Lopes (1982, p.83), os departamentos do Estado eram “dirigidos por pessoas notoriamente incompetentes [...] um bom chefe guerrilheiro não faz não faz necessariamente um bom chefe de empresa”.

Esta situação foi catastrófica para o país e também ocorreu porque muitos destacados combatentes não puderam ter acesso à formação, muito defendida por Amílcar Cabral. Porém, após a independência, muitos não a tomaram como essencial, e, como disse Delfim da Silva (2003, p.105), passaram “a pensar o futuro em função do seu passado «glorioso» do seu passado de valentia”, dando, assim, início às lutas internas no partido que assumiu a condução dos destinos do país, tendo este descurado o cumprimento das suas funções.

Na opinião de Carlos Cardoso, o Estado assumiu e chamou a si determinadas funções que depois progressivamente se mostrou “incapaz de cumprir” tornando-se num “Estado Mega-célafo com uma grande entrada de pessoas na administração pública e outras instituições do Estado” que ainda assim se mantiveram inoperantes, resultando não só “crise governativa mas também, crise de liderança” porque não se soube colocar pessoas certas nos locais certos³⁶.

A corrupção tomou conta do aparelho do Estado, com os novos senhores a exibirem comportamentos pouco ortodoxos e diametralmente contrários aos que nortearam a luta pela independência. Apesar da crise instalada – económica e financeira –, havia dirigentes a viver num luxo exuberante, que contrastava com a miséria galopante da maioria empobrecida, fazendo “férias nas Canárias ou na Suécia” (Lopes, 1988, p.43).

A luta pelo controlo do poder e do aparelho do Estado travado no seio do PAIGC precipitou a deriva do que era o objetivo final da luta pela independência. Embora não sendo a

³⁴ Entrevista 2.

³⁵ Cf. Lopes (1982, p.81)

³⁶ Entrevista 3

Guiné-Bissau caso único em África, seguiu o percurso a que Rui Carvalho chamou de esgotamento progressivo do modelo pós-colonial³⁷, muito motivada por fatores de ordem interna e externa. Internamente, verificou-se a adoção de um modelo de desenvolvimento económico pouco adaptado à realidade local, pois “a prioridade dos investimentos era dada à indústria, concentrando-se na capital (51% dos investimentos para 16% da população em 1979 e 1980)”. Todos esses “projetos de prestígio, tais como a construção de um complexo agro-industrial em Cumeré, extremamente sofisticado e, desproporcionado em relação à situação económica do país”, com o tempo, “mostravam o desvio em relação às posições sempre assumidas pelo PAIGC em matéria de estratégia de desenvolvimento” (Lopes, 1988, p.43).

O PAIGC herdou, ainda, a situação difícilíssima do Banco Nacional Ultramarino (BNU) quase em pré-falência. A OPEP decidira, também, quase triplicar o valor do barril de crude, obrigando, no caso da Guiné, a procurar cada vez mais divisas de modo a poder comprar petróleo para abastecimento do mercado interno. Deste modo, “as despesas públicas e parapúblicas aumentaram sob o efeito de um recurso crescente do Estado e, em consequência, este desviou-se das suas funções” (Carvalho, 2003, p.51).

No início dos anos 80, a situação do país era catastrófica em todos os sentidos e até aos finais da mesma década, a “Guiné-Bissau continuava a figurar no grupo dos países mais pobres do Mundo, fruto da política e dos planos económicos desajustados, implementados após a independência” (Amado, 2005, p.124). O Estado deixou assim de poder cumprir com as suas funções mais básicas em todas as áreas, mas sobretudo a nível da saúde, educação, alimentação e segurança.

Com a colaboração do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) foi implementado, em 1983, o Programa de Estabilização Económica (PEEF), substituído posteriormente, em 1986, pelo Programa de Ajustamento Estrutural (PAE).

No entanto, a situação financeira e económica do país não teve melhoria, pois o resultado dos mesmos para a Guiné-Bissau – e não só – e foi um tremendo fracasso³⁸. A contestação foi generalizada em todos os setores de atividade, gerando instabilidade cujo resultado também foi o levantamento militar de junho de 1998.

³⁷ Cf. (2003, p.51)

³⁸ Cf. Amado (2005, p.125).

2.1.3. O Regime Político e as suas Consequências

Após a independência, como já foi dito, foi implementado o regime autoritário com o PAIGC, reconhecido na Constituição da República da Guiné-Bissau, no seu artigo 4º, como “a força política dirigente da sociedade e do Estado” (Ampagatubó, 1995, p.118). Deste modo “instituiu-se um regime de partido único com uma forte orientação nacionalista socialista e um forte legado militar (Azevedo, 2009, p.140).

De acordo com Amado (2005, p. 124), o PAIGC conduziu os destinos do país até ao início da década de noventa, altura em que foi introduzido o multipartidarismo. Denominado processo de transição democrática, não é nada mais nada menos que uma imposição, que o regime vigente teve de cumprir como forma de poder continuar a beneficiar dos apoios internacionais - do FMI e Banco Mundial –, para resolução da grave situação económica do país. Resumindo, “o processo de transição democrática teve a sua origem sobretudo em circunstâncias de origem externa, destacando-se entre elas, as de matriz económica”.

Para a alteração do regime no país de modo a acompanhar a reorganização política que se vinha impondo, criou-se a “Comissão Multipartidária de Transição, uma dos mais importantes do processo de transição, órgão transitório, da qual emanaram os textos de Revisão Constitucional, a nova lei eleitoral e propostas relativas quer ao recenseamento eleitoral, quer à criação e funcionamento da Comissão Nacional de Eleições” (Amado, 2005, pp.127-128).

Da Comissão Multipartidária de Transição (CMT) faziam parte os “representantes de todos os partidos então legalizados” (Ampagatubó, 1995, p.138). Um dos impasses que a comissão teve foi a discordância entre o PAIGC e os partidos da oposição quanto à preferência oposta entre ambos pela realização das eleições legislativas e presidenciais, facto muito aproveitado por Nino Vieira através da máxima: «Se eles não se entendem, como poderão governar?»³⁹.

As primeiras eleições multipartidárias tiveram lugar em 1994 e, 20 anos depois, “a consolidação da democracia está ainda longe de ser uma realidade” (Azevedo, 2009, p.139), devido a múltiplos fatores, mas onde a figura do Presidente da República tem tido destaque,

³⁹ Cf. Ampagatubó (1995, p.139).

motivando opiniões pouco abonatórias tendo em conta o desempenho e a atuação que se espera de um Presidente.

A história da Guiné mostra que o papel do Presidente sempre foi o da principal figura do Estado – em todos os sentidos – desde a independência, com poderes sucessivamente reforçados. Com o multipartidarismo houve necessidade de adaptar esses poderes de acordo com a nova configuração constitucional. Ainda assim, não obstante a nova realidade, na Guiné-Bissau os presidentes continuam no centro das decisões políticas, fruto dos poderes que lhe são atribuídos pela Constituição.

Alguns poderes atribuídos ao Presidente e consagrados na Constituição da República da Guiné-Bissau são:

ARTIGO 68º

- a) Representar o Estado Guineense,
- b) Defender a Constituição da República;
- c) Dirigir mensagem à Nação e à Assembleia Nacional;
- d) Convocar extraordinariamente a Assembleia Nacional Popular sempre que razões imperiosas de interesse público o justifiquem;
- g) Fixar a data das eleições do Presidente da República, dos deputados à Assembleia Nacional Popular e dos titulares dos órgãos de poder local, nos termos da lei;
- i) Nomear e exonerar os restantes membros do Governo, sob proposta do Primeiro-Ministro, e dar-lhes posse;
- j) Criar e extinguir ministérios e secretarias de Estado, sob proposta do Primeiro-Ministro;
- m) Empossar os juízes do Supremo Tribunal de Justiça;
- p) Nomear e exonerar, ouvido o governo, o Procurador-Geral da República;
- q) Nomear e exonerar os Embaixadores, ouvido o Governo;
- s) Promulgar as leis, decretos-lei e os decretos.

ARTIGO 69º

- a) Dissolver a Assembleia Nacional Popular, em caso de grave crise política, ouvidos os Presidente da Assembleia Nacional Popular e os partidos políticos nela representados e observados os limites impostos pela Constituição;
 - b) Demitir o governo, nos termos do n.º 2 do artigo 104º da Constituição;
- Como se verá mais adiante, nem sempre esta observância foi respeitada.

O sistema de governo na Guiné resultou num “sistema semipresidencial com alto pendor presidencialista” (Azevedo, 2009, p.139). Para esta autora são inúmeras as razões subjacentes à escolha deste modelo, designadamente: a Constituição ter sido elaborada por três juristas portugueses; os juristas africanos envolvidos terem sido formados nas universidades portuguesas; países vizinhos terem adotado o mesmo sistema ou a própria dinâmica interna, incluindo a história do PAIGC⁴⁰.

A tentativa de redução do poder do Presidente no texto constitucional acabou por sofrer um revês ao ser alterada com a introdução na fase final de mais uma alínea ao artigo 68º, “esta alínea atribuiu ao presidente o poder de presidir ao Conselho de Ministros sempre que o entendesse” (Azevedo, 2009, p.144).

Tendo poderes tanto legislativos como não legislativos constata-se que estes poderes são “mais importantes no domínio não legislativo” (Azevedo, 2009, p.149) como se pode observar através do quadro seguinte.

Quadro: 1 Poderes do Presidente da República consagrados na Constituição

Poderes do Presidente da República			
Poderes legislativos		Poderes não legislativos	
Art. 69º	Poder de Veto - Só ultrapassável por maioria de dois terços dos deputados em efetividade de funções	Art. 69º	Poder de dissolução da Assembleia - com algumas restrições
Art. 70º	Poder de Decreto - Autoridade para emitir decretos é limitada	Art. 98º	Poder de formação de Governo - O Presidente nomeia o Governo tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidos os partidos representados na ANP.
		Art. 104º	Poderes de demissão do Governo - O Presidente demite o Governo apenas em circunstâncias específicas

Fonte: Constituição da república da Guiné-Bissau. Elaborado pela Mestranda

⁴⁰ Cf. Azevedo (2009, pp.142-143)

Por exemplo, no mandato de Kumba Yalá, a Assembleia ao tentar a revisão constitucional, onde se previa a redução dos poderes do presidente, acabou dissolvida porque, como constata Nóbrega (2003, p.299), “se vinha revelando um foco de contra-poder à presidência”, ato que Kumba Yala classificou “de insurreição” (Azevedo, 2009, p.164).

Nino Vieira por exemplo, após o seu regresso em 2005, pouco tempo depois de assumir a presidência ganhou as eleições, demitiu o governo maioritário de Carlos Gomes, servindo-se da instabilidade interna do PAIGC, o que acabou consumado a “28 de outubro de 2005, e a nomeação, em Novembro desse mesmo ano, de Aristides Gomes como primeiro-ministro” (Sousa, 2012, p.77).

Tanto Nino Vieira quanto Kumba Yalá nomearam e exoneraram vários primeiros-ministros durante os respetivos mandatos. Provavelmente para esse facto teve influência o sistema semipresidencialista adotado pelo Estado, mas não será certamente o único fator. Pareceu que a observância estrita das leis que se espera dos detentores de cargos públicos não foi respeitada porque nas nomeações e exonerações foram muitos os atropelos à lei bem como aos superiores interesses da Nação. Assim, e como concluiu Azevedo (2009, p.169), “os presidentes da Guiné-Bissau têm sido mais agentes de conflito do que conciliadores”.

Se a democracia na maior parte dos casos - falando do Ocidente - serviu para acabar com as ditaduras e efetivar o cumprimento das leis e o respeito pela Constituição, na Guiné-Bissau, infelizmente, como constatou Julião Soares (2012, p.168), “trouxe novo tipo de abusos graves e atropelos sistemáticos à Constituição, assim como pouco zelo pelo princípio da separação de poderes, autoritarismo, a par da confusão entre o público e o privado e o dirigismo”. E acrescenta: “enfim, todos os males contrários ao sistema democrático”.

Apesar de a Guiné ter uma constituição que assegura a separação de poderes, a garantia e o respeito pelos princípios fundamentais, assiste-se continuamente à interferência dos militares na política, a desmandos dos Presidentes, à subjugação do poder político ao poder militar, ao atropelo das leis, à promoção de clientelismo e à promiscuidade sem pejo pela ética e deontologia que dignifique a classe política nacional.

Cabe concluir que, embora se procure incessantemente a implementação de um regime democrático efetivo, constata-se que as inúmeras eleições não têm sido suficientes, pelo menos por enquanto, para a sua verdadeira implementação.

2.1.4. Os Partidos Políticos na Guiné-Bissau

A democracia trouxe à cena política guineense outros partidos que passaram a poder competir com o PAIGC. Inicialmente, a maioria dos partidos legalizados era constituída por formações políticas que derivaram de situações conflituosas dentro do próprio PAIGC, cujos líderes optaram por abandonar as fileiras do partido. Desse grupo podem destacar-se: a União para a Mudança (UM), o Partido da Renovação Social (PRS), a Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá (RGB-MB) ou a Frente Democrática Social (FDS). Não obstante alguns entraves que se verificaram na legalização dos mesmos, os partidos foram proliferando na Guiné, mas a sua base ideológica é quase impossível de identificar. Lars Rudebeck (2001, p.50) disse mesmo que “é difícil distinguir os partidos políticos da Guiné-Bissau baseando-se apenas nos seus programas. É mesmo impossível. As palavras de ordem são quase idênticas em todos eles”. Isto porque “todos asseguram defender a democracia, justiça e direitos humanos e também apoiarem uma economia de mercado em que exista responsabilidade social”. Sendo assim, “as diferenças existentes entre os partidos têm mais a ver com raízes sociais ou étnicas/culturais, financiamento, ligação histórica entre os líderes e adeptos assim como qualidades do próprio líder” porque, como também confirmou Cardoso (2002, p.27), “a base social dos partidos é de difícil identificação”.

A proliferação de partidos mantém-se nos dias de hoje. Parece exagerado que num país como a Guiné-Bissau, com pouco mais que 1 500 000 habitantes, existam mais de 20 partidos. Para além da manifesta falta de cultura democrática, o que estará por detrás da criação de tantos partidos? Esta reflexão ficará em aberto. No entanto, não se pode deixar de observar que, como diz Eduardo Fernandes, na Guiné-Bissau o maior empregador é o Estado e isto cria problemas muito graves. O setor privado é débil, portanto os cidadãos normalmente procuram ir para a política porque sabem que através da política podem chegar ao governo e à administração⁴¹.

O enriquecimento do debate político e o aumento da qualidade da democracia, que deveriam ser função dos partidos, não se têm visto muito. O que se tem assistido é a comportamentos pouco abonatórios de alguns líderes e membros de alguns partidos que desacreditam a própria classe. Comportamentos que vão desde filiações duvidosas, alianças

⁴¹ Entrevista 4.

inexplicáveis, guerras internas constantes que invariavelmente resultam na criação de novos partidos, ou seja, “a instauração de uma prática democrática consequente tarda a chegar” (Cardoso, 2002, p.26).

2.2. Conceito de Nação

Falar-se hoje da Guiné-Bissau quase que se remete única e exclusivamente para a grande questão, do momento que é: será a Guiné uma nação? Sê-lo-á um dia? Mera utopia ou será possível aspirar a tal feito? Tais conjecturas remetem para um contrassenso, uma vez que durante a luta da independência se ouviu, incontadas vezes, referir-se a Guiné-Bissau como uma Nação forjada na luta. Mas, ainda assim, esta é uma questão que faz todo o sentido levantar-se face à atual situação do país.

Questiona-se então: mas a Guiné já foi uma Nação e deixou de ser? Ou não foi efetivamente uma nação na perspetiva dos que ansiavam a sua construção? Isso remete para o que os estudiosos consideram ser uma nação. Após a pesquisa, foi notório a disparidade de definições que os cientistas sociais atribuem ao conceito de nação, pois alguns incluem como fator principal a língua, outros a cultura e outros até questões de semelhança física.

Luís Elias (2006, p.101) definiu a nação como “uma comunidade em que se formou consenso acerca de motivações de existência coletiva comum, como resultado de uma sedimentação histórica, no plano cultural, assim como socio-económico”. Esta definição remete para a conclusão de que dos fatores importantes na construção da nação se encontram o tempo e a comunhão de vontades. No entanto, La Palombara (1982, p.48) diz que “uma nação é uma abstração a partir de certo número de indivíduos que têm certas características comuns, e são estas características que os tornam membros da mesma nação”. Retém-se, então, a expressão «abstração», tal como em Echaudemaison (2001, p.271) que diz que “uma nação é uma abstração, uma ideia, um projeto em permanente construção”.

Ainda e com o objetivo de entender de forma mais abrangente o conceito de Nação de modo a encontrar alguma aproximação ao objeto do estudo, a investigação depara-se com o sentido dado por Fernandes (1995, p.83) que diz que a Nação é:

“a reunião em sociedade dos habitantes de um mesmo país, regidos pelas mesmas leis, unidos pela identidade

de origem, de conformação física e de disposição morais produzidas por uma longa comunidade de interesses e sentimentos e pela comunhão de vida no decorrer dos séculos.”.

Carlos Lopes (1982, p.103) na sua conceção de nação diz que esta “existe como resultado da reação dum grupo de homens face ao meio social e aos problemas existentes e da sua ação conjunta para enfrentar esses problemas, na medida em que tenham uma aspiração comum”.

Em todas as definições aqui apresentadas, a nação é vista como um todo, porque, como afirma Adriano Moreira (2003, p.350), “a nação acabou por se demonstrar como sendo o grupo que melhor ampara o individuo e que nele suscita com maior intensidade a aceitação dos grandes sacrifícios e a participação nas grandes tarefas coletivas”.

Da pesquisa efetuada, ficou claro que para além da cultura ou da língua são necessários outros fatores para a construção de uma nação, como a vontade de partilhar o mesmo território ou se submeter às mesmas leis e “um desejo de viver em comum (Fernandes, 1995, p.84)”.

Como se viu anteriormente sobre o facto da construção da nação ser um processo dinâmico e em constante adaptação, também Fernandes acrescenta que “a nação não é, pois, apenas o presente, mas também as gerações passadas e as vindouras, uma corrente ininterrupta de sentimentos que una os destinos cumpridos aos destinos a cumprir”.

Assim, e abordando a questão dos sentimentos, esta frase remete para a solidariedade como sendo o sentimento que fortalece as nações. Retoma-se, então, a pergunta anteriormente feita: e a Guiné é uma nação?

2.2.1 A Consciência Nacional

Baseando nas referências deixadas pelas várias definições, a partilha do mesmo território há séculos é sem dúvida um dos pontos que une o povo guineense, mas só isso não basta. Pode-se então referir a língua como outro ponto de união. Como se sabe, na Guiné há várias etnias que formam o mosaico cultural, a maioria com dialeto próprio, entretanto o povo adotou o crioulo, sobre o qual Tchernó Djaló (2012, p.152) diz que, “o que era apenas uma

língua franca ao início, tornar-se-ia ao longo do tempo, não apenas um meio de comunicação entre as diferentes etnias do país (sem utilizar o português), mas igualmente um símbolo de resistência a uma total aculturação europeia”. E que “hoje em dia, o crioulo, mais do que qualquer outro símbolo, representa incontestavelmente o primeiro indicador da identidade guineense” porque a criação de uma língua é indispensável à criação da nação⁴².

É consensual hoje que quase todas as etnias que compõem a Guiné-Bissau, ao longo dos séculos do domínio português se revoltaram inúmeras vezes, ou seja, independentemente das razões que se possam apontar, foi claro que, mesmo de forma desorganizada, o povo guineense jamais tolerou a convivência com o colonialismo. Esse facto, mais tarde, facilitou imenso o processo de mobilização para a luta anticolonial de que já se falou. “Esse facto poderá estar ligado à criação de uma consciência nacional (Lopes, 1982, p.101). E essa tomada de consciência nacional revelou-se na adesão massiva, sobretudo dos camponeses, à causa da luta, e uniu largamente o povo na conquista do objetivo comum, a conquista da independência.

2.2.2 Guiné-Bissau: Nação ou Nações

Cada vez mais faz sentido tentar compreender o que se construiu ao longo dos tempos, como forma de esclarecer se a consciência nacional evoluiu para o estágio de nação ou para um país formado por pequenas nações.

É evidente que foram dados passos muito importantes para a construção de uma nação na Guiné-Bissau. A noção de pertença a um todo é mais que evidente, quando se observa o comportamento/atitude do «Povo», pois esse sim representa a essência, a verdadeira «guineidade». A solidariedade foi sempre uma característica dos guineenses e ela tem-se revelado nos momentos mais conturbados da vida nacional.

O conflito de junho de 1998 espelhou de forma inegável este sentimento solidário e de apoio aos que pertencem a um todo. Os deslocados do conflito, independentemente da sua origem ou proveniência, puderam contar com o apoio das populações das zonas onde não havia combates. Assim, como conta Mamadu Jao (2000, p.16), “não foram raros os casos em que os moradores dos corredores por onde passavam os deslocados vindos de Bissau

⁴² Cf. Della Porta (2003, p.29)

colocavam comida, água e outros víveres junto à estrada para o livre consumo das populações que vinham abandonando a capital”. E dá como exemplos “os corredores Bissau/Gabu e Bambadinca/Buba”.

Não houve casos em que tivessem sido referidas situações de recusa de apoio, motivadas por questões de natureza étnica, religiosa etc...

O mesmo autor vai mais longe dizendo que “foi o momento mais alto da expressão de solidariedade entre os guineenses, talvez mesmo jamais visto”. Não era raro ouvirem-se entre comentários como este: “Provocaram guerra entre eles e agora somos nós a pagar os custos; temos de nos ajudar”. Foi “esta filosofia que orientava o comportamento da população” (p.17).

Embora tenha havido solidariedade, com o prolongar do conflito as relações deterioraram-se, não só porque o conflito juntou pessoas que anteriormente não se conheciam e entre as quais não existia nenhuma afinidade, mas também porque começaram a escassear os recursos ou, ainda, “por motivos de segurança sobretudo sanitário” (Jao, 2000, p.118).

Esta situação de fricção entre deslocados e hospedeiros, ao que parece, foi mais visível entre pessoas da mesma família, motivados pelo antagonismo campo-cidade. Exemplos apresentados por Jao (2000, p.121) foram sobre “casos em que famílias do interior não quiseram receber os seus parentes vindos de Bissau, alegando que estes desde o momento que foram para a cidade, nunca mais se lembraram deles”. Neste conflito não se apresentou nenhuma situação em que por razões étnicas os deslocados tivessem evitado alguma zona em particular, ou que tenham ocorrido situações motivadas por questões étnicas.

2.2.3 O Exacerbar do Sentimento Nacional

O conflito de 1998 pareceu um acontecimento a partir do qual se podem retirar ilações sobre o povo guineense. Desde a independência que não se assistia ao exacerbar do sentimento nacional como aconteceu durante este conflito.

O que de início foi entendido como ajuste de contas entre Nino Vieira e Ansumane Mané, logo se transformou em questão nacional, com o desembarque das tropas senegalesas e guineenses de Conacri. Sobre este facto, Francisco Silva (2012, p.526) escreve que “veio

despertar na população uma rejeição muito acentuada e veemente dos estrangeiros invasores e portanto gerar um sentimento patriótico genuíno, que se generalizou”, e este pedido de ajuda do Nino certamente lhe terá custado a perda de alguns apoios. Este autor acrescenta ainda que “a chegada das tropas estrangeiras desencadeou de imediato uma onda de nacionalismo e de patriotismo que há muito não se via na Guiné”.

Este sentimento patriótico e nacional foi demonstrado com alguma violência até contra alvos bem definidos, ou seja os invasores, e, após queda de Nino, o povo “descarregou a sua fúria sobre a Embaixada e Centro Cultural franceses, assim como sobre a Embaixada senegalesa. Os nacionais destes dois países tiveram que recorrer à proteção da Embaixada portuguesa” (Zeverino & Branco, 2000, p.35). Mais uma vez a população fez questão de demonstrar o seu desagrado em relação ao que apelidaram de invasores, através dos festejos aquando da saída das tropas senegalesas.

Será a Guiné então uma nação? Talvez sim, talvez não, embora se possa concordar que o tempo e as dinâmicas entre o povo têm dado fortes indicações de que existem todos os ingredientes para a criação da nação, e até com boas perspetivas de resultar num prato de excelência, mas também é mais do que óbvio que não tem aparecido um «chef» com sabedoria e traquejo para incorporar os tais ingredientes, nos tempos certos e momentos exatos para que no final, se possa resultar nesse prato de excelência.

2.3. Conceito de Sociedade Civil

Na atualidade, é incontornável o papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil em todas as áreas. Estas organizações, normalmente, estão presentes em todas as vertentes da vida pública, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento das sociedades.

Norberto Bobbio (1982, p.35) chamou a sociedade civil de “conteúdo ético do Estado” e explica ainda que “sociedade civil compreende todo o conjunto das relações materiais entre os indivíduos no interior de um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas. [...] portanto, transcende o Estado e a nação” (p.31).

Funcionando em estreita colaboração com o Estado, as organizações da sociedade civil ou cívicas, ocupam os espaços em que o desempenho ou cobertura do Estado é deficitário. Neste sentido, Lavallo (2011, p.11) afirma que “a sociedade civil constitui instância privilegiada – se não exclusiva – de produção de consensos morais e, a um só tempo, fonte de fluxos comunicativos de assédio direcionados a sintonizar o funcionamento das instituições do mercado e da política com tais consensos”.

Na opinião de Guerra et al (1998, p.123) “a sociedade civil pode ser o contrapeso para o poder do estado e permitir a existência de canais de expressão pública, de forma a articular os desejos da sociedade”.

Como é sabido, a democracia permitiu o desenvolvimento e a afirmação das organizações da sociedade civil e estas, por sua vez, contribuíram de forma decisiva para o fortalecimento da democracia. A corroborar esta afirmação, encontra-se a opinião de Guerra et al (1988, p.124) que diz que “a sociedade civil cria organizações e grupos que operam, entre o estado e o povo [...] são, todas elas instituições que sustentam as responsabilidades democráticas”.

2.3.1. A Sociedade Civil na Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau, embora com poucas décadas como país independente, as atividades de grupos de cariz cívico remontam há alguns séculos⁴³.

Importa referir que, durante a vigência do regime de partido único, o PAIGC criou organizações que constituíam a sua base social de apoio: em 1974/1975 a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e os Pioneiros Abel Djassi (PAD) e, em 1981, a União Democrática das Mulheres (UDEMU), com as quais o partido buscou consenso e articulação com a sociedade⁴⁴.

Na Guiné, de forma a reivindicar e fazer-se ouvir, a sociedade muitas vezes organizou-se, informalmente, como é óbvio, em pequenos grupos chamados Mandjuandade. Os grupos de Mandjuandade⁴⁵ são grupos “informais de coesão social e de solidariedade” (Teixeira,

⁴³ Cf. Teixeira (2009, p.173)

⁴⁴ Cf. Teixeira (2010, p.89).

⁴⁵ O termo «Mandjuandade» provém da palavra Mandjua, que consiste em pessoas da mesma faixa etária. A Mandjuandade tem mais de 100 e, no decorrer dos anos, surgiram outras mandjuandades, sobretudo em Bissau,

2010, p.74). Este autor afirma também que foram os grupos de Mandjuandade, os movimentos da sociedade civil que se insurgiram contra os empecilhos criados pela herança colonial portuguesa e a ditadura do PAIGC⁴⁶.

Existem grupos de Mandjuandade, formados entre membros da mesma etnia, do mesmo bairro, da mesma linhagem, com laços familiares e diferente grau de parentesco que se juntam periodicamente para confraternizarem ou celebrarem datas específicas.

Da mesma forma, outros grupos da sociedade guineense têm-se organizado em pequenos núcleos de forma a facilitar a resolução de problemas comuns. Essas pequenas organizações, domésticas, informais, com número reduzido de membros, são essencialmente femininas e a sua função é, sobretudo, de apoio aos membros em situação de crise, como quando acontecem mortes. Através da «Abota⁴⁷», periodicamente um dos membros tem à sua disposição o total da contribuição de todos os outros.

Mais formalmente, a partir dos finais dos anos 80 e início dos anos noventa, surgiram inúmeras organizações de cariz cívico nas mais variadas áreas e com objetivo de contribuírem para o apoio ao desenvolvimento. Existem organizações com estrutura que se pode considerar média a grande, que não são muitas, e organizações de pequena dimensão que estão em quase todos os centros urbanos atuando em várias áreas.

As organizações civis guineenses contam com o apoio de outras Organizações Não Governamentais (ONG) nacionais, mas sobretudo das estrangeiras como SNV, Radda Barnen, PLAN Internacional e outros. Atribui-se o aparecimento dessas organizações no período acima referido, “como consequência das políticas do ajustamento estrutural iniciado em 1987 que apontavam para a necessidade de conter as despesas públicas” (BIT, 2003, p. 16) e também pela “crise de legitimidade do governo PAIGC, gerada pela inoperância do Estado

Bolama e Mansoa. Na sua estrutura interna, a mandjuandade abrange um Rei, uma Rainha, um Meirinho ou Meirinha, um Cordeiro e um Djidiu. Todos possuem funções dentro do grupo. Assim, uma Rainha ou um Rei são chefes do grupo e, em caso de rituais, festas de aniversário ou casamento determinam o montante a ser pago (cota) pelos soldados (elementos do grupo), para realização de os eventos. O Cordeiro é mensageiro de comunidade. Já os soldados, embora não tenham uma função específica no interior do grupo e, sempre que necessários são convocados para qualquer atividade que o Cordeiro não se dispõem a fazer” (Teixeira, 2010, p.71).

⁴⁶ Cf. Teixeira, (2010, p.71)

⁴⁷ «Abota» - Contribuição, montante mensal em espécie definido por cada membro do grupo a ser entregue a um elemento caixa que o reúne. Através de uma ordem pré-estabelecida no final de cada mês, um membro recebe a totalidade das contribuições do grupo. A entrega é feita até ao último membro da lista receber.

Caso aconteça uma situação grave (acidente, falecimento) a um membro, mesmo não sendo a sua vez de receber, durante a respetiva ronda, é feita uma alteração/substituição de modo a que esse membro possa beneficiar antecipadamente do fundo e assim fazer face ao problema.

Este sistema não garante só o financiamento de projetos futuros, como funciona como uma espécie de mealheiro/depósito cujo valor se tem disponível num determinado período, ou seja, um depósito a prazo.

em resolver os problemas básicos da população” (Teixeira, 2010, p. 99). Deste modo, a sociedade reconheceu a necessidade de se organizar no sentido não só de preencher o vazio deixado pelo Estado, como também a fórmula mais eficaz de resolver os próprios problemas de dimensão micro ao macro. Pode-se assim verificar a existência de organizações de bairro, de zona, de tabanca e de região.

Como qualquer sociedade, também na Guiné-Bissau, embora desempenhando um papel crucial, as organizações civis apresentam um problema estrutural que é o financiamento das mesmas, sendo que a maioria depende do apoio do Estado ou de outras organizações para o desenvolvimento das suas atividades, o que inviabiliza em muitos casos a continuidade das mesmas, como aconteceu durante a crise militar de 1998/1999 em que muitas pequenas organizações simplesmente desapareceram por falta de financiamento. O estudo da BIT⁴⁸ apontava como fragilidade para a sustentabilidade a dependência financeira do movimento associativo do Bairro de Quelelé e, como diz Leopoldo Amado, porque são cada vez mais escassas as fontes de financiamento⁴⁹, uma situação transversal à sociedade guineense.

É importante reconhecer que, apesar dos constrangimentos, estas organizações cívicas têm vindo a ganhar espaço e a contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento do sentimento de cidadania na sociedade guineense e, pelo trabalho desenvolvido, Carlos Sangreman afirmou categoricamente que não há falta da sociedade civil na Guiné-Bissau, pelo contrário, é de muito longe a sociedade civil mas ativa de todos os PALOP e Timor⁵⁰.

2.3.2. A Sociedade Civil e a Crise

A Guiné-Bissau é um país jovem cuja realidade recente tem apresentado situações de crise e instabilidade constantes. Nesta realidade onde se misturam a já referida instabilidade, o mosaico étnico extenso e a pobreza, é de esperar que a sociedade civil também se perca ou se embrenhe nessa situação.

A crise maior a que a sociedade guineense assistiu foi o conflito armado de 1998/99 em que foi visível a maturidade da sociedade civil guineense no sentido de procurar uma saída eficaz e duradoura da crise, situação sobre a qual Cardoso (2008, p.20) afirma que “a história

⁴⁸ Cf. (2003, p.32)

⁴⁹ Entrevista 2.

⁵⁰ Entrevista 5.

política recente da Guiné-Bissau abunda em exemplos onde a sociedade civil guineense teve um contributo valioso na prevenção de conflitos, impedindo que eles descambassem na utilização de armas”. Em pleno decorrer da crise de 1998, criou-se o Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (MNSCPDD) que contava com mais de 130 organizações⁵¹ reunindo organizações como “sindicatos, igrejas, organizações de jovens e mulheres (Cardoso, 2008, p.14). Tal como este movimento também surgiu a Comissão Nacional de Boa Vontade (CNBV) presidida pelo então bispo de Bissau D. Settimio Ferrazzetta⁵² e, ainda, o Comité de Gestão de Crise (CGC) em Bubaque. Para Cardoso (2008, p.21) este é “um exemplo paradigmático da organização e da capacidade de gestão da sociedade civil”. E acrescenta que o “desempenho das organizações da sociedade civil embora não tenha conseguido evitar o aparecimento de novos conflitos, a sua atuação foi suficiente para evitar que o pior acontecesse⁵³”.

As duas primeiras organizações – MNSCPDD e CNBV – centraram a sua atuação na mediação entre as partes, bem como a defesa dos interesses da população com a exigência fincada para “que as tropas estrangeiras se retirassem para os seus países de origem” (Cardoso, 2008, p.21). Durante todo o conflito, pelas mãos da sociedade civil, foram organizadas manifestações exigindo a paz e denunciando as violações dos direitos humanos pelas partes em conflito. O CGC formou-se com o objetivo de prestar assistência aos refugiados que vinham fugidos da guerra em Bissau, atuando assim nas áreas que vão da informação à saúde, administração e ao recenseamento⁵⁴.

Como se contata, o povo guineense demonstrou uma maturidade imensa e um sentido solidário não muito vistos na realidade africana atual, se for tida em conta a pobreza do próprio país, situação que Cardoso (2008, p.22) referiu como sendo “um caso particular na história dos deslocados e refugiados de guerra, na medida em que a sua integração nas famílias impediram a criação de campos de refugiados e todos os problemas que daí advêm”.

As rádios comunitárias, que são outra face da sociedade civil guineense, também contribuíram de forma incalculável, não só através das denúncias, mas também através de debates e campanhas de consciencialização da população no sentido de se posicionar contra toda e qualquer forma de violência. Se for tido em consideração o índice de literacia da

⁵¹ Cf. Rudebeck (2001, p.21).

⁵² Cf. Rudebeck (2001, p.21).

⁵³ Entrevista 3

⁵⁴ Cf. Cardoso (2008, p.21).

população guineense, torna-se fácil compreender a importância que essas rádios têm na educação cívica das populações.

Fora do ambiente de conflito e tensão, as organizações continuam a dar o seu contributo para a consolidação do processo político e social na Guiné.

2.3.3. Sociedade Civil e a Política

Como foi escrito, a Guiné-Bissau tem organizações civis de varadíssimas dimensões e em quase todas as áreas, o que de certa forma tem dado visibilidade aos seus membros, sobretudo os das direções. Assim, hoje, o reconhecimento de certas figuras na sociedade guineense depende muito do sucesso que estas mesmas figuras tiveram ou vão tendo como representantes das próprias organizações. Por conseguinte, não é raro na sociedade guineense encontrar-se na política ativa muitos elementos que pertenceram ou ainda pertencem a organizações cívicas. Disso são exemplo Fernando Gomes, que foi o primeiro presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) e o malogrado Carlos Schwarz vulgo «Pipito» da Ação para o Desenvolvimento (AD). O primeiro, várias vezes candidato presidencial nas inúmeras eleições realizadas, e o segundo, deputado da Assembleia Nacional Popular (ANP).

Estes são apenas dois exemplos, mas na realidade são imensos os casos idênticos e que certamente têm resultado em excelentes contributos para o fortalecimento da democracia no país.

Na verdade, pode haver várias razões que justifiquem este pertencer aos dois lados, sem motivações de ordem pouco ortodoxas, como por exemplo, para dar continuidade ou pelo menos realizarem aquilo que eram os seus objetivos da vida política, mas também, por outro lado, pode ser um certo oportunismo, porque existe também essa vertente que é o facto das ONG serem apoiadas por organismos de apoio multilateral, ou seja, uma grande oportunidade de emprego⁵⁵.

No entanto, levanta-se uma outra questão: até que ponto este pertencer aos dois lados, política pura e sociedade civil, é benéfico? Não pretendendo analisar os prós e contras desta

⁵⁵ Entrevista 4.

situação, mas sim contribuir para o debate em torno da mesma, constata-se sobre o assunto que Teixeira (2010, p.109) afirmou que “a crise de demarcação do campo entre a sociedade civil (ONG) e partidos de oposição continua a ser um desafio cuja implicação reflete no desempenho e na autonomia de organizações da sociedade civil”. Essa situação não é somente relevante neste aspeto como pode gerar uma certa confusão quando se trata de perceber o papel de todos e de cada um dentro de uma sociedade e os limites de atuação de cada ator nesta mesma sociedade.

Uma das situações concretas de ambiguidade na definição dos papéis que a cada um cabe foi relatada por João Quintino, ex-membro da Comissão Nacional de Eleições (CNE) entrevistado por Teixeira (2010, p.109), ao afirmar que “dizem que ONG’s devem apoiar a CNE na educação cívica, tudo bem, mas não há imparcialidade. Na legislativa de 28 de Novembro de 2000, no decorrer da campanha eleitoral, aceitamos o pedido feito pela ONG «ajuda de povo para povo» para apoiar o processo de sensibilização dos eleitores da região do Oio, Bissorã, mas depois constatou-se que a mesma estava fazendo nitidamente a campanha para o PRS. Isso acontece pelo facto de a referida ONG estar localizada na mesma região, que é o reduto étnico e eleitoral do PRS. E as pessoas que trabalham nessa organização são militantes do partido. Há outras ONG’s que também prestaram os mesmos serviços para outras forças políticas”, situações sobre a qual Leopoldo Amado diz que se tornou cristalino a excessiva politização, prestando-se mesmo algumas ONG’s a jogos de cintura políticos⁵⁶. Esta descrição põe a nu uma situação da má interpretação de qual deve ser o papel de cada um nas situações de vida pública.

Constata-se, também, que fazer parte de uma ONG na Guiné é uma espécie de tábua de lançamento para a política, mas também de porto seguro após a vida política, isto porque “vários membros de partidos derrotados nos processos eleitorais para cargos efetivos, refugiaram-se nas organizações da sociedade civil (ONG’s) e tornaram-se abertamente principais atores políticos na disputa pelo poder” (Teixeira, 2010, p.109).

Reconhece-se a estas organizações a excelente contribuição no fortalecimento da democracia e no enriquecimento do debate político, mas também são conhecidos alguns casos em que é dúbia a delimitação da fronteira entre estar na política propriamente dita ou fazer parte da sociedade civil.

⁵⁶ Entrevista 2.

2.4. O Papel/Contribuição da Diáspora

2.4.1. A Emigração na Guiné-Bissau

A emigração é um fator transversal a todas as sociedades, motivada por inúmeras razões. No entanto, as movimentações dos indivíduos são essencialmente orientadas na busca de melhores condições de vida.

Na história das migrações na Guiné-Bissau constata-se que a mobilidade da população guineense é muito antiga, sobretudo para países limítrofes como é o caso dos “Manjacos e Mancanhas da zona do Cacheu para Casamança no Senegal” (Borges, 2010, p.8).

É de salientar que ao longo dos últimos 40 anos não houve um comportamento linear dos fluxos migratórios na Guiné, existindo vários picos deste fenómeno, motivados por razões de ordem interna do país, sendo estes picos caracterizados por segmentos diferentes da população. Sobre este facto, Sangreman et all (2012, p.24) referem a existência de “fluxos migratórios relativamente qualificados principalmente nos primeiros anos após a independência e aquando do conflito de 1998-99” e também “uma numerosa corrente migratória predominantemente laboral, masculina e relativamente pouco qualificada, cujo pico teve lugar entre meados da década de 1980 e a viragem no milénio”. A estes fluxos, acresce “ainda a migrações por parte de um número considerável de estudantes universitários guineenses”.

Sendo a Guiné-Bissau um país jovem, pobre e com um índice de analfabetismo elevado, a emigração de segmentos da população qualificados é um fenómeno recente motivado por questões de ordem política⁵⁷. Este fenómeno traduziu-se na saída do país de enfermeiros, professores do ensino básico e secundário, médicos e quadros da administração pública para países como Portugal, Cabo-Verde e França⁵⁸.

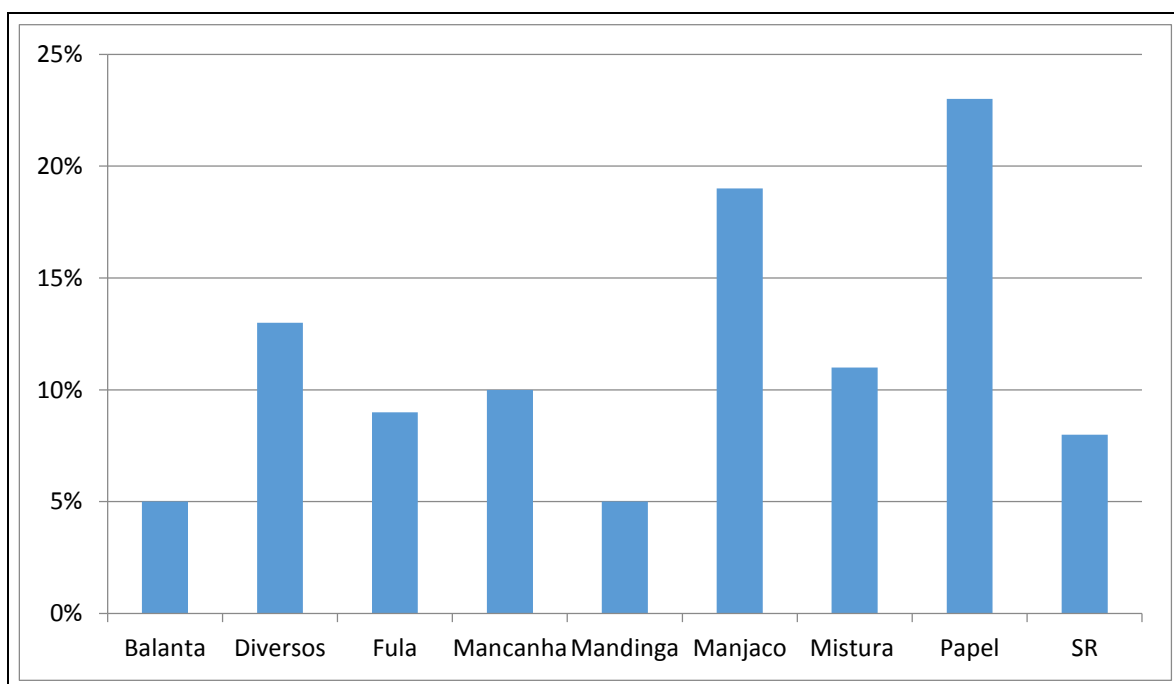
Sendo a Guiné um país multiétnico, a tradição migratória é mais vincada em algumas etnias do que noutras, mas dada a “transversalidade crescente aos diferentes grupos étnicos” (Carreiro & Sangreman, 2011, p.64), deixou de ser exclusiva dos que têm essa tradição. Sendo conhecida a tradição migratória das etnias Manjaca e Mancanha, sobretudo para o

⁵⁷ Cf. Sangreman et all (2012, p.42)

⁵⁸ Cf. Sangreman et all, (p.42).

Senegal, e também dos Fulas e Mandingas, ambos islamizados, para atividades e trocas comerciais nos países limítrofes, a visualização do gráfico permite perceber que etnias como Balanta e Papel, que não tinham tradição migratória, têm vindo a posicionar-se destacadamente nesta realidade.

Gráfico 1: Predominância migratória de algumas etnias (2008-2009).



Fonte: Carreiro e Sangreman, (2011, p.64). Elaborado pela Mestranda.

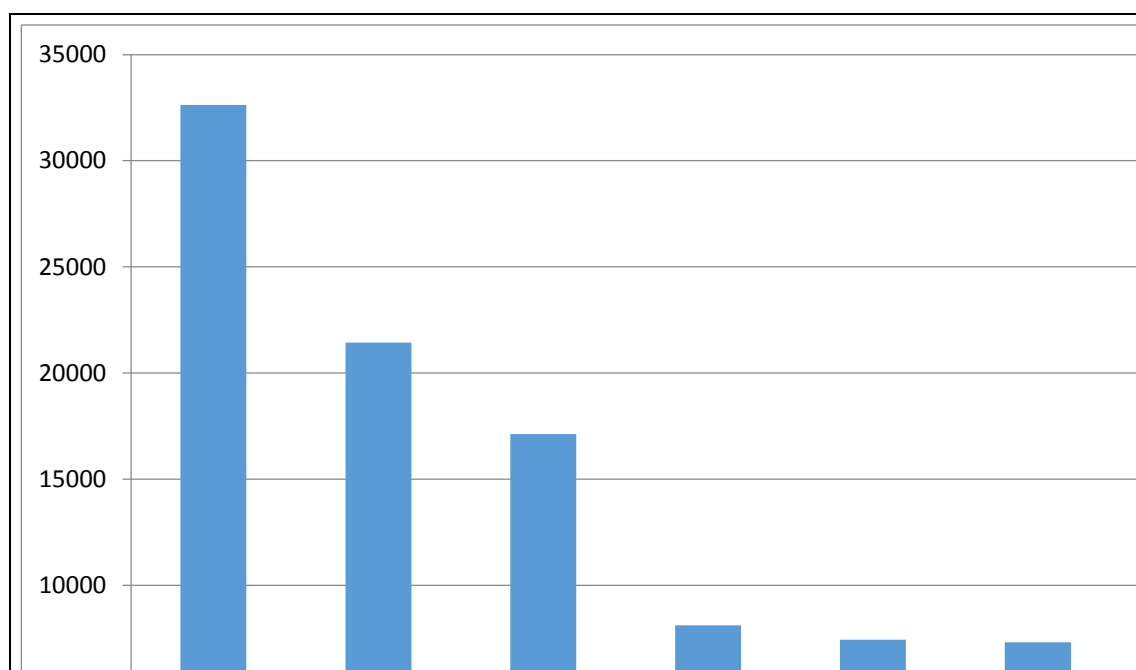
Quanto aos destinos da emigração guineense, os países da sub-região continuam a ter a maior expressão, com destaque para o vizinho Senegal. Esta situação pode ser explicada não só pela proximidade, mas também “por uma longa tradição de mobilidade que diz principalmente respeito aos grupos étnicos do norte da Guiné-Bissau” (Sangreman et al, 2012, pp.23-24), elemento a que se pode acrescentar a situação precária das fronteiras que tornam mais fácil e mais barato o fenómeno.

Ainda, quanto aos destinos da emigração guineense, Portugal apresenta-se como principal destino europeu seguido da França. No entanto, é de salientar que existe um número significativo de guineenses em países como “o Luxemburgo, Alemanha, Espanha, e Itália”

(Borges, 2010, p.9), sem esquecer o Reino Unido que é um destino de re-emigração a partir de Portugal.

No caso de Portugal, esta preferência pode ser justificada por razões históricas, também facilitada pela questão linguística. Pode assim observar-se, através do gráfico seguinte, os polos de maior concentração da população emigrante de origem guineense.

Gráfico 2: Principais polos de concentração migrante de origem guineense (2007).



Fonte: Sangreman et all (2012, p.23). Elaborado pela Mestranda.

Segundo o Banco Mundial, citado por Sangreman et all (2012, p.23), em 2011 a população emigrante representava “cerca de 7% da população total da Guiné-Bissau”.

Apesar de existirem estatísticas produzidas por várias entidades nos diferentes países de acolhimento, não é difícil concluir que, na maior parte dos casos, os valores apresentados se encontram muito desfasados da realidade. Esta discrepância pode estar relacionada com as políticas de integração de cada país. Podem-se tomar como exemplos os casos de Portugal e França em que, no caso deste último, as políticas de integração e nacionalidade têm um “pendor fortemente assimilacionista e basearem-se no *jus solis*” (Sangreman et all, 2012, p.25), o que não acontece em Portugal, ainda que a lei da nacionalidade tenha sofrido alterações nos últimos anos. Estes fatores tendem a contribuir para deixar de fora das

estatísticas os indivíduos de origem guineense. Outra situação a ter em conta é a não contabilização estatística dos irregulares.

Em resumo, existe uma enorme comunidade guineense e de origem guineense na diáspora em que uma boa percentagem não entra nas estatísticas.

2.4.2 A Contribuição da Diáspora

A comunidade emigrante guineense mantém uma forte ligação à Guiné-Bissau, manifestada de diversas formas, desde as viagens constantes ao país, à manutenção dos rituais tradicionais, do crioulo e dos dialetos respetivos ao uso de indumentárias tradicionais e à gastronomia. Esta ligação permite, sobretudo às segundas gerações, conservarem o contacto e os laços com as raízes, ou seja, a família de retaguarda. Esta ligação permite também que os que estão fora recebam produtos da terra, e os que ficaram alguma ajuda, não só em dinheiro, mas também “roupas, bens especialmente eletrónicos” (Borges, 2010, p.11).

Analisando as duas comunidades de acolhimento, Portugal e França, em termos económicos, a contribuição para o país é bastante significativa e tem “desempenhado consistentemente um papel determinante no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau” (Sangreman et al, 2012, p.27), embora seguindo através de uma rede essencialmente informal e para fins domésticos. Segundo estimativas das Nações Unidas citado por Carreiro e Sangreman (2011, p.86) para “2007 corresponderam a 29 milhões de USD o montante de remessas que teve como destino a Guiné-Bissau [...] e contribuindo para 8.3% do PIB”. Importa referir que os valores aqui representados são os enviados por canais formais e que representam somente 10% do valor total das remessas⁵⁹.

As contribuições sociais dos emigrantes acontecem, sobretudo, quando os mesmos se organizam em associações nos respetivos países de acolhimento. Em Portugal, foram 56 recenseadas, embora se estime que existam muito mais, e em França 62 recenseadas com uma estimativa que aponta para perto de 200⁶⁰. Através do associativismo “desenvolvem ações de melhoria das condições de vida nas suas aldeias, contribuindo para o desenvolvimento local”

⁵⁹ Cf. Carreiro e Sangreman (2011, pp.86-87)

⁶⁰ Cf. Sangreman et al (2012, p.35)

(Borges, 2010, p.11). Salienta-se ainda que as maiores contribuições são dadas por associações de carácter local/regional ou étnica.

A saúde e a educação são as áreas em que a atividade/contribuição dos emigrantes é mais preponderante, embora o estudo realizado por Sangreman et al (2012, p.61) demonstre que, dependendo da região de destino da ajuda/contribuição, assim é canalizada para a área de maior preponderância.

Na saúde, predomina a reabilitação de infraestruturas, o envio de medicamentos ou equipamentos como foi o caso da ambulância doada pelos emigrantes ao Centro de Saúde de Bambadinca⁶¹. E mais recentemente, aquando do último golpe de estado de 12-04-2012, um grupo de emigrantes em poucos dias angariou cerca de 200 euros que foi entregue ao Hospital Simão Mendes para fazer face à escassez de materiais que se verificou.

Relativamente à educação, também se verifica um forte contributo dos emigrantes na reabilitação de infraestruturas, mas também na construção de escolas e no envio de materiais. Sendo a educação uma área fortemente afetada pela precária situação do país, são inúmeros os casos em que os emigrantes suportaram quase todo o custo de funcionamento de algumas escolas como forma de assegurar a conclusão do ano letivo. “O mesmo se verificou em Bangacia, onde os salários dos professores foram pagos pelos migrantes durante 7 anos” (Sangreman et al, 2012, p.49).

As atividades geradoras de rendimento também contam com investimentos dos emigrantes, embora numa escala menor à acima descrita, designadamente através de “pequenas mercearias, restaurantes, discotecas, boutiques e carros para transporte público [...] na construção civil e abastecimento elétrico, estas de maior dimensão e com maiores impactos no tecido produtivo na criação de emprego” (Sangreman et al, 2012, p. 67).

2.4.3. A Diáspora e a Política

É indiscutível a tentativa dos emigrantes guineenses no sentido de participarem ativamente no processo político do país. Esta tentativa assume várias formas, pois vai desde o acompanhamento sistemático dos acontecimentos no país até à influência no sentido de voto dos familiares que se encontram no país.

⁶¹ Cf. Sangreman et al (2012, p.49)

Não é muito raro ouvirem-se opiniões *ad hoc* que reconhecem a pouca intervenção dos emigrantes, visto não participarem no processo eleitoral. Deve-se reconhecer que esta situação não veicula nenhuma responsabilidade dos emigrantes, mas sim do próprio Estado guineense. Segundo Carreiro e Sangreman (2011, p.130) “mais de 90% dos inquiridos em Portugal gostaria de exercer o seu direito de voto”. Não obstante os 22 anos de democracia na Guiné, e as inúmeras eleições realizadas, a diáspora só teve direito ao voto nas últimas eleições, realizadas em abril e maio de 2014.

A forma mais visível da participação política da diáspora é através da pressão por via das manifestações em

“prol da melhoria, da governação e da proteção dos direitos humanos, o caso do golpe de estado de 12 de abril de 2012 pode ser exemplar. Num contexto em que tanto o Chefe de Estado, como o Governo foram inconstitucionalmente retirados de funções e em que as manifestações populares foram reprimidas, a diáspora guineense assumiu um papel de destaque. Nos principais países de destino dos migrantes – Portugal, França, Cabo-Verde – a diáspora organizou manifestações de apoio à reposição da ordem constitucional. Também em países como os Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, foram organizadas manifestações com o mesmo fim. Em alguns dos casos, as manifestações foram acompanhadas por ações de *advocacy* efectivas, com a entrega de cartas formais junto de instituições-chave da comunidade internacional, como as Nações Unidas em Cabo-Verde e a CPLP em Portugal” (Sangreman et al, 2012 p. 68).

Sendo efetiva a orientação do sentido de voto por parte dos emigrantes, este facto não pode ser considerado irrelevante tendo em conta “que pelo menos 70% das famílias guineenses se encontra direta ou indiretamente envolvida em circuitos migratórios” (Carreiro e Sangreman, 2011, p.132). Através do chamado “voto por telefone” (Carreiro e Sangreman, 2011, p.131), os emigrantes tentam influenciar o sentido de voto, sugerindo o candidato ou partido a apoiar.

Entre os partidos políticos e candidatos começa a ser visível a importância atribuída à diáspora, tendo em conta as campanhas realizadas nos principais polos de concentração da diáspora guineense, como forma de conquistar apoios que internamente podem influenciar os resultados eleitorais.

Será benéfico para os dois lados – o país e a diáspora – porque o país só avançará se um dia contar com os que estão fora. Será da aliança entre os que estão dentro e os que estão fora que o país conseguirá suplantar as suas eternas adversidades internas⁶². Sendo esta colaboração uma necessidade, Leopoldo Amado diz estar otimista e espera para ver como o novo governo lidará com a permanência do concurso dos quadros guineenses altamente qualificados da diáspora de que já se vem falando há algum tempo⁶³.

O emigrante guineense continua fiel ao seu país e esta fidelidade traduz-se na contribuição que presta à sociedade guineense em todas as áreas, ultrapassando muitas vezes o poder institucional e transformando-se no dinamizador de uma máquina por vezes em falência que é o Estado da Guiné-Bissau.

⁶² Entrevista 1.

⁶³ Entrevista 2

Capítulo 3

3.1. Instabilidade

A instabilidade é um problema crónico na Guiné-Bissau que existe desde a independência, motivada por uma panóplia de razões, muitas delas ainda por identificar. No entanto, nem sempre afetou o país da mesma forma ou com a mesma intensidade. Durante a vigência do regime de partido único, as contradições no seio do PAIGC foram apontadas como causa das inúmeras intentonas. Seguiu-se a abertura ao multipartidarismo, vista como solução ou garantia de alguma estabilidade interna. A realidade acabou por mostrar exatamente o contrário e, mais uma vez, vieram à baila «frissons» no seio do PAIGC como causa desse flagelo. Essa instabilidade foi algumas vezes abafada ou até controlada acabando por ter pouca relevância em termos de alteração do quotidiano do país.

Já nos últimos 15 anos, a história é totalmente diferente, com sucessivos acontecimentos, alguns até de extrema violência. Pode-se destacar de 1998 a 2014 (fevereiro), entre os inúmeros acontecimentos⁶⁴:

- 4 assassinatos em pleno exercício de funções : Ansumane Mané, Veríssimo Seabra, Tagme Na Waie e Nino Vieira;
- Destituições inconstitucionais do cargo: Nino Vieira e Kumba Ialá;
- Nomeações inconstitucionais: Malam Bacai Sanhá, Henrique Rosa, Serifo Nhamadjo, António Indjai e Rui de Barros;
- Exilados ou impedidos de viajar após destituição inconstitucional: Zamora Induta, Carlos Gomes Jr., Adiato Nandigna e Raimundo Pereira;
- 14 Primeiros-Ministros;
- 5 Chefes de Estado Maior General das Forças Armadas;
- 9 Presidentes da República.

O país e o mundo têm vindo e acompanhar a situação em sobressalto constante. A instabilidade política – mãe de todas as outras – na Guiné-Bissau é hoje a causa dos graves problemas que o país atravessa a todos os níveis. São hoje apontados como fator de instabilidade motivações de origem ideológica, política, externa, cultural e até pessoal.

⁶⁴ Anexo 1

Ainda que sejam os políticos os maiores culpados pela instabilidade do país, amiúde o povo é também chamado à responsabilidade. Carlos Sangreman diz, por exemplo, que os culpados são, acima de tudo, os guineenses como um todo, como povo, que se por um lado teve o bom senso de não se envolver em conflitos destruidores do país, por outro foi incapaz de ter a consciência coletiva que teve durante a luta para construir um país⁶⁵. Por seu turno, embora com algumas semelhanças, Eduardo Fernandes afirma que a culpa é todos os guineenses, mas posicionando na primeira linha as forças armadas, visto não terem sido reestruturadas/profissionalizadas no sentido de se tornarem de facto numas forças armadas submetidas ao poder político⁶⁶.

3.1.1 Conflitos Étnicos versus Estratégias Políticas – A Dinâmica Social

Tendo em conta a asserção geral dos conflitos étnicos e as razões que normalmente têm estado na sua origem não parece que exista alguma semelhança com a realidade da atual Guiné-Bissau, se for tomado como paralelo o caso ruandês/burundês, que opôs Hutus e Tutsis. Patrícia Ferreira apontou alguns aspetos que potenciaram este conflito, como a diferenciação da população através de certos aspetos físicos pelos administradores coloniais, a discriminação social da comunidade Hutu, excluída do acesso à educação e dos altos cargos governativos, e a superioridades da raça Tutsi⁶⁷. Neste caso, embora existam mais etnias – cerca de 28 –, verifica-se a predominância de duas delas, onde uma dominava a outra, criando portanto alvos bem definidos.

No caso da Guiné-Bissau, embora existam etnias muito mais numerosas do que outras, não se verifica nenhum conflito entre as duas mais numerosas - Balantas e Fulas –, vivendo inclusive, na mesma região, através das migrações inter-regionais. Carlos Cardoso destaca, por exemplo, as rivalidades históricas que aconteceram, mas que acabaram por ser superadas e suplantadas pela convivência pacífica entre as etnias e exemplifica não ter conseguido “ler nenhum ódio que possa existir entre o fula e o balanta⁶⁸”.

⁶⁵ Entrevista 5.

⁶⁶ Entrevista 4.

⁶⁷ Cf. Ferreira (1998, pp.21-22)

⁶⁸ Entrevista 3

O curso da História mostrou que com o passar do tempo e pelos processos de transformação a que foi sujeito e que decorreram com a islamização e a cristianização, o povo da Guiné-Bissau desenvolveu a capacidade particular de convivência pacífica entre as etnias, através de trocas comerciais que conduziram ao que Carlos Lopes (1982, p.45) chamou de uma “rede de interdependências. Assim, os Manjacos, especialistas na extração de vinho de palma, não produzem apenas para seu consumo, mas vendem-no também aos Balantas. O óleo de palma pode ser dado aos Fulas em troca de produto dos famosos artesãos de Bafatá ou Kaabú. As etnias do norte vêm também trocar os seus produtos agrícolas pelos têxteis dos Mandingas” e também existem “cruzamentos através de casamentos” (Cardoso, 1996, p.164).

“A sociedade guineense, tal como a conhecemos hoje, constitui o resultado de um longo processo de miscigenação étnico-cultural e civilizacional, a tal ponto que não permite falar de nenhuma etnia ou identidade étnica que se possa considerar pura” (Cardoso, 1996, p.169).

Atualmente na Guiné quase não existem zonas específicas de determinadas etnias porque foram-se deslocando dentro do território. O que se pode afirmar é que existem zonas de predominância de alguns grupos, que não deixam de estar rodeados de outras etnias, formando uma rede de vizinhança que, pela proximidade aliada à necessidade de alianças, partilha o mesmo território ou zona, situação motivada por “migrações inter-regionais (Balantas que migraram para o Sul, o Leste e o Norte; os Papéis para as Ilhas Bijagós, etc.)” (Cardoso, 1996, p.165).

O povo a que Augel (1996, p.162) chamou de “maioria silenciosa” tem encontrado a sua estratégia de sobrevivência em vários domínios, alheio à azáfama política, sendo apenas chamado aquando das incontáveis eleições, que têm posto a Guiné-Bissau no topo da lista, embora sem cumprir com a sua finalidade imediata que é a manutenção da democracia a estabilidade e a paz social e, consequentemente, encaixar o país nos carris do desenvolvimento. Uma vez manipulado, outras nem por isso, o povo tem acabado sempre da mesma forma: «cada um a cuidar de si».

3.1.2 Conflitos Étnicos: Realidade ou Manipulação

Em África, hoje, os conflitos étnicos são uma realidade inegável, o denominador comum entre muitos deles é que não são motivados por razões raciais como foi visto anteriormente.

Na Guiné-Bissau, a base dos conflitos deixados pelo colonialismo residiu essencialmente na dicotomia entre cabo-verdianos e guineenses, tratados no capítulo anterior, e que esteve na base do Movimento Reajustador que depôs Luís Cabral e levou ao poder Nino Vieira e cujas consequências estão bem visíveis.

Eliminado o «problema cabo-verdiano», surgiu logo de seguida o diferendo entre Paulo Correia e Iafai Camará, devido à ascensão vertiginosa deste último na cadeia de comando militar sem a observância das normas, sendo ambos apoiantes de primeira hora do 14 de novembro. Este galgar da hierarquia militar criou fissuras no seio do PAIGC com a separação entre a ala balanta de Paulo Correia e Viriato Pã e a ala Mandinga/Beafada de Iafai Camará e Ansumane Mané, por sinal anti-balanta⁶⁹. Este incidente deu origem a muitas intrigas palacianas de supostas conspirações da ala de Paulo Correia para um eventual golpe de Estado. Nesta conspiração acabou morto o General João da Silva que, segundo Delfim da Silva, “terá sido quem denunciou o suposto golpe!? E questiona porque esteve então associado a este golpe⁷⁰. Havendo esse “Perigo Balanta” (Silva, 2003, p.144), tinha que ser combatido e Nino faz “regressar o Brigadeiro Ansumane Mané ao ativo”. Este duelo resultou na morte e fuzilamento de muitos oficiais incluindo Paulo Correia, ex-Ministro da Defesa, sendo a maioria de etnia balanta como “M’Bana Sambú, Benhanquerem na Tchanda, Viriato Pã, Fore na M’Bitna, Ben’ghate na Beate, Djon de Bumbêro, Agostinho, António Biak Kabi, tudo baseado na suspeita de pretenderem tomar o poder⁷¹.” Estavam então criadas as condições para ressurgimento da questão tribal e, como contou Delfim da Silva (2003, p.153), “as sementes do tribalismo estavam a produzir os seus primeiros «botões», mas pouco depois as suas «flores» começariam a colorir um movimento centrífugo notadamente diferente do velho nacionalismo que até então nos unia” pois “sem o elemento português e sem o elemento cabo-verdiano com os quais e contra os quais o nacionalismo guineense cresceu e fortaleceu-

⁶⁹ Cf. Semedo (2010, p.13).

⁷⁰ Cf. Silva (2003, p.162)

⁷¹ Cf. Silva (2003, p.162).

se, este nosso nacionalismo guineense «livre» começou a tremer face às reivindicações tribais.”

Foram várias as lutas no interior no PAIGC, povoadas de intrigas e histórias mal contadas, que invariavelmente justificavam as constantes intencionalidades, inventadas e demissões, mas tendo sempre na ordem do dia questões de natureza étnica/tribal/nacionalista.

Em 1991, foi realizado o II congresso do PAIGC que foi “marcado pela saída de um grande número de quadros, em grande número *burmedjus* (Viegas e Koudawo, 2000, p.11)”, justificado como pressupostos para fazer face à exigência democrática do partido, conseguiu-se assim “eliminar um grande número de quadros dos mais conceituados”. Em 1994, por exemplo, o governo de “Saturnino Costa foi acusado de ser um elenco *preto-nok* [...] cujos elementos *burmedjo* sentiram-se marginalizados”.

Esta acusação veio de fora e dentro do próprio PAIGC, com Nado Mandinga a questionar se se vivia na Guiné-Bissau um “período de triunfo do etnonegrismo”.

Concretizava-se assim tudo o que Cabral tentou combater dentro do PAIGC, com esta mudança radical de ideologia que Nado Mandinga citado por Viegas e Koudawo (2000, p.13) dizia estar “baseada em evidências, aparentemente não questionáveis, de natureza racial e de forte emoção psicossocial, pretende restaurar uma hierarquia social através da utilização das capacidades humanas por confiança política por identificação étnica, por identificação cultural” mas “nunca pela competência, aliás, deixando esta de ter qualquer valor social”. Dizia ainda Nado Mandinga que “a vacuidade que caracteriza esta ordem ideológica apresenta-se como a antecâmara do carreirismo medíocre e subserviente, por vezes associado a um falso independentismo político” e afirmava também que uma vez “morto o profissionalismo e enterrado o seu valor social, abre-se, desta feita, o caminho à instrumentalização da luta das massas populares, impondo-lhes modelos de organização social e de poder político hierarquizado em falsa etnicidade”.

Sem os suspeitos do costume, cabo-verdianos e portugueses, “o debate *pretu-nok* versus *burmedju* é um tema recorrente no passado recente do país. Ele voltou à ribalta com a liberalização política, marcada por várias tentativas de instrumentalização das pertencas étnico-raciais (Viegas & Koudawo, 2000, p.11)”. Essa instrumentalização era visível ou praticada mais abertamente desde a abertura multipartidária, por Kumba Yalá do Partido da Renovação Social (PRS), reivindicando inclusive «a hora dos balantas» pela alegada discriminação sofrida por este grupo étnico após a independência, injusta no seu entender,

visto que durante a luta anticolonialista foram os que mais sacrifícios consentiram devido ao seu maior número nas forças armadas comparativamente com outras etnias.

De acordo com a pesquisa relativamente à classe política, não parece que o termo «conflitos étnicos» esteja a ser corretamente utilizado relativamente ao assunto em observância porque se trata, inequivocamente, da luta pelo poder e pelo controle do poder. Ferreira (s.d., p.108) afirma que “a expressão «conflito étnico» tem sido utilizada frequentemente para nomear uma vasta variedade de conflito intraestatais que não são étnicos na sua natureza, mas apenas nas suas manifestações”.

Kumba Yalá foi o caso mais gritante de instrumentalização dos fatores étnicos com a “balantização do poder” (Amado, 2005, p.131). Esta atuação revela “uma tendência para introduzir um novo elemento que é o caráter étnico”⁷².

Se vistos com atenção todos os acontecimentos que têm assolado a Guiné nos últimos 30 anos percebe-se que estão intrinsecamente ligados ao controlo do poder por parte da classe política. Uma ação umas vezes chamada inventona, outras vezes intentona e outras vezes ainda de «caso» ou golpe de Estado, todas serviram ou para resolver quezílias antigas ou para reforçar alianças, como aconteceu com o governo de Carlos Gomes que se incompatibilizou com o Presidente Nino Vieira que, embora legitimamente eleito e até com desempenho satisfatório, acabou exonerado no decurso de um documento subscrito por 60 militantes do PAIGC⁷³, mais uma vez sem a observância das leis democráticas e muito menos com o patriotismo exigido, visto que teria consequências para todo o país.

Mais uma vez, Kumba Yalá neste campo excedeu até as expetativas dos mais descrentes na sua senda para balantizar o poder, ou melhor, reforçar a sua clientela balanta. Durante o seu mandato “descureou-se consideravelmente a necessidade do estabelecimento de um largo equilíbrio étnico na representação social do poder”, chegando a Guiné-Bissau ao ponto de ter, durante o consulado do PRS, um escalão considerável de elementos da etnia balanta: “Presidente da República, Primeiro Ministro, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas, vários ministros, para já não referenciar a presença de inúmeros titulares de cargos públicos oriundos da etnia balanta” (Amado, 2005, p.131).

Estes casos elucidam como tudo é válido como pretexto ou meio para se chegar ao poder e lá se manter. Há que criar condições para isso e alguma elite política guineense parece ter descoberto o caminho mais fácil, sendo que esta elite é que deveria estar acima de tudo

⁷² Entrevista 1

⁷³ Cf. Sousa (2012, p.77)

isso. Como defende Ricardinho Teixeira (2010, p.111), “a classe dirigente (pequena burguesia) seria o agente principal da transformação da realidade sociopolítico, económico e cultural da sociedade; um instrumento apaziguador de tendências regionais e dos conflitos étnicos”. Conscientemente esta elite vai abrindo fissuras na estrutura que suporta a sociedade permitindo o enfraquecimento desta e a consequência só pode ser desastrosa. Um destes casos aconteceu no Parlamento guineense onde um grupo residual tentou, a todo o custo, uma revisão constitucional em matéria relacionada com o exercício de determinados cargos do Estado, mormente o de Procurador-Geral da República, de Presidente da Assembleia Nacional Popular, de Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Presidente da República, de Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e de Primeiro-Ministro.

Na perspetiva dos mentores desta tentativa de revisão, essas funções deveriam ser desempenhadas por guineenses autodenominados “puros” e não por aqueles que consideravam “estrangeiro” (Sousa, 2012, p.66). Embora alterada, não se pode esquecer que na Constituição da Guiné constava no artigo 5º que o exercício de cargos mais elevados na hierarquia do Estado estava reservado “àqueles que fossem comprovadamente “filhos de pais guineenses originários” (Barata & Piepoli, 2005, p.358).

Todos estes casos são exemplos claros do que não deveria acontecer, por aquilo que os guineenses são como povo, nem pelo passado e muito menos para o futuro, mas felizmente acabou sempre por prevalecer o bom senso e nenhuma das situações teve seguimento.

Está-se, portanto, na Guiné-Bissau perante o que os estudiosos apelidam de “perspetiva instrumentalista” (Ferreira, s.d., p.113) da etnicidade, ou seja aquela que “coloca o acento tónico no contexto em que o sentimento étnico emerge ou mobilizado politicamente, manipulado e instrumentalizado de diversas formas”. E quando isso acontece, como já aconteceu, os custos em todos os exemplos que abundam a África “foram invariavelmente elevados” (Ferreira, s.d., p.128), o que aponta para um único caminho: prevenir, repudiando todo e qualquer incentivo à luta étnica na Guiné-Bissau, uma sociedade resultante de cruzamentos de culturas, com identidades miscigenadas, cuja realidade é esse mosaico cultural riquíssimo onde ninguém é maior ou menor. Embora esteja na agenda de muitos como se demonstrou, a introdução das questões étnicas parece que está ainda muito longe de ganhar a verdadeira dimensão que alguns pretendem⁷⁴. Enquanto o povo se posicionar acima das querelas pessoais e políticas dos agentes os conflitos étnicos continuarão a existir somente

⁷⁴ Entrevista 1.

nas agendas – papel – de alguns. Ainda assim, não se deixa de constatar que nos últimos anos tudo se tem feito no sentido de manter acesa a questão e nestes últimos dois anos ainda pior. É uma realidade que é escusado escamotear, as forças armadas guineenses têm uma composição que privilegia um dos grupos étnicos da Guiné⁷⁵.

3.2. Forças Armadas/Militares e a Instabilidade

3.2.1 Alteração da Ordem Constitucional

O assunto militares/Forças Armadas é sensível na sociedade guineense porque toda a história do país foi feita através da presença constante dos militares na vida pública, para o bem e para o mal, dependendo do prisma em que se esteja a fazer análise.

As cúpulas militares tentaram sempre tirar partido do estatuto de combatente da liberdade da Pátria para gozarem de privilégios de que as próprias estruturas mais baixas da classe castrense não gozam.

O Movimento Reajustador, de que se falou no capítulo anterior, não foi mais senão um golpe de estado que alterou a ordem constitucional no país, “provocando assim a primeira grande ingerência dos militares nos assuntos do país” (Lopes, 2010, p.3). Este golpe teve como consequência a “destabilização da governação às constantes intencionalidades e inventivas de golpes de golpes de Estado às depurações no seio do partido e do aparelho do Estado”, alguns engendrados ou inventados no seio das forças armadas.

Nino Vieira manteve sempre um controle cerrado dos militantes, promovendo os aliados e afastando os discordantes, e todos os que faziam parte das chefias eram próximos de Presidente. No entanto, as camadas do fim da pirâmide viviam sempre em condições degradantes e até humilhantes.

Apesar desta disparidade em termos de condições entre a classe castrense na Constituição guineense são bem patentes os privilégios de que outras categorias profissionais não gozam. Estes privilégios reportam-se aos combatentes da liberdade da Pátria.

Entre os sucessivos levantamentos a que se assistiu, uns partiram efetivamente das forças armadas e tinham como objetivo “tomar o poder político e alterar a ordem constitucional”

⁷⁵ Entrevista 4.

(Sousa, 2012, p.60). A saber: 14 de novembro de 1980; 7 de junho de 1998; 14 de setembro de 2003 e 12 de abril de 2012. Ainda que inconstitucionais e antidemocráticos, se há uns cujos custos resultantes são incalculáveis para todo um país, há outros quase que se pode dizer que pecaram por tardios, tal era o tamanho da des governação.

Existem também levantamentos cujo embrião foi encubado não no seio das Forças Armadas, “mas instigados por alguma classe política” onde constam os “casos de 01 de abril de 2010 e 26 de dezembro de 2011” (Sousa, 2012, p.60).

3.2.2 Reforma das Forças Armadas

Um dos problemas apontados como causa do envolvimento dos militares nas questões políticas tem sido a constantemente adiada reforma do setor da defesa. Diz-se inclusive que estes adiamentos são propositados, como forma de atrasar o mais possível – ou nunca se resolver definitivamente – esta questão.

Após o conflito de 1998, a reforma do setor da defesa foi considerado “como uma condição necessária e prioritária para a consolidação da paz e para a construção de um Estado democrático” (Gomes, 2009, p.25). Foram criadas condições pelas organizações internacionais para a construção de uma paz duradora. Deste esforço, foi criada a UNOGBIS, com o objetivo de “construir instituições funcionais, de um estado de direito e a democracia multipartidária considerados fatores essenciais para assegurar a estabilidade e a viabilidade do país” (Gomes, 2009, p.25).

Nos últimos anos não foi possível ouvir de nenhum dos responsáveis militares o número exato dos efetivos que compõem às forças armadas. Foi, entretanto, lançado o Programa de Desmobilização, Reinserção e Reintegração dos Antigos Combatentes (PDRR), pelo governo, em 2002, e concluído em 2006. De acordo com o senso realizado em 2002, o efetivo militar somava 12.595 indivíduos, divididos entre 7.835 militares, 2.709 paramilitares e 2.051 milicianos. Este programa visava a desmobilização e reintegração social de ex-combatentes da guerra civil 1998-1999 mas também os da guerra de independência⁷⁶, sobre a qual nunca se debruçou embora já tenham passado décadas.

⁷⁶ Cf. FMI (2010, p.28)

Na opinião da Gomes (2009, p.25) “é consensual que os progressos alcançados, tanto na democratização como na RSS foram muito poucos”, derivados por imensos fatores. O próprio relatório do FMI reconhecia que, depois de desmobilizados, alguns combatentes regressaram às forças armadas. Reconhecendo os poucos avanços obtidos, não deixa de salientar a redução do número de efetivos conseguidos com o programa. E, talvez motivados pelo progresso diminuto alcançado em 2010, os parceiros do programa – UE e EUA – decidiram cancelar o mesmo, apesar do interesse demonstrado pelas autoridades guineenses.

Em 2010 a ANP adotou um novo quadro jurídico que abrange a nova “Lei de Defesa Nacional e as Forças Armadas, a Lei Orgânica Básica da Organização das Forças Armadas a Lei sobre as responsabilidades das Forças Armadas, a Lei sobre o Serviço Militar Obrigatórios, o Código da Justiça Militar, a Lei Orgânica da Força Policial para a Ordem Pública e a Lei Orgânica da Guarda Nacional (FMI, 2010, p. 30)”.

Com a saída dos parceiros habituais e suspensão do processo de Reforma do Setor de Defesa e Segurança (RSDS), Angola assumiu o apoio nesse sector tão problemático na Guiné-Bissau. Assinado o acordo entre os dois países, a Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG) foi instituída na Guiné-Bissau através do “lançamento feito a 21/03/2011 presidido pelo malogrado Presidente Malam Bacai Sanhá e pelo Ministro angolano da Defesa Cândido Pereira dos Santos Van-Dúnen, como noticiava a Agência de Notícias da Guiné (ANG) a 19/03/2011.

A 12 de abril de 2012, mais um golpe militar veio – desta vez visando a própria MISSANG – travar mais um esforço na consolidação da RSDS à semelhança do anterior que resultou no abandono/recusa dos doadores em financiar missões sistemáticas de reforma num setor que parece não estar interessado que aconteça essa mudança. A 09/06/2012 noticiava a Angop: “Governo Angolano conclui retirada das forças da MISSANG na Guiné-Bissau”.

Assim, a reforma do setor da defesa na Guiné-Bissau continua por concretizar. Tudo isto tem sido possível, segundo Joaquim Gonzalez Ducay⁷⁷, porque há pessoas muito confortavelmente instalados no poder [...] que não querem falar de reformas⁷⁸ sem que nada aconteça aos responsáveis pela suspensão, tendo em conta os montantes gastos e os trabalhos já realizados que, invariavelmente, ficam por concluir exigindo sempre um novo início após cada suspensão.

⁷⁷ Joaquim Gonzalez Ducay, Embaixador da União Europeia na Guiné-Bissau.

⁷⁸ Entrevista conduzida pela jornalista Paula Borges transmitida na RDP África a 26/04/2013.

3.2.3 Captura ou não do Poder pelos Militares

A questão militar na Guiné é suscetível de ser vista de inúmeras formas. Uma delas é a de que a Guiné-Bissau ainda não conheceu, ao longo da sua história recente pós-independência, nenhum período de Governo militar, naturalmente de forma oficial. Embora desencadeando todos os incidentes que o país conheceu, os militares nunca assumiram efetivamente o poder. Ao não assumirem não quer dizer que não tenham interferido nele, e mais, a elite castrense jamais esteve longe das esferas do poder, sempre a partilhou “desde os primeiros anos da independência e durante o sistema monopartidário nos moldes de Partido-Estado. Ocuparam funções relevantes nos poderes legislativo e executivo como deputados, Ministros, Primeiros-Ministros e Presidente da República” (Gomes, 2010, p.4), garantindo deste modo alguns privilégios até em termos de promoção para cargos fora da esfera militar. A esse respeito, Sousa (2012, p.61) refere que nesse período “a elite militar esteve completamente submissa ao poder político”.

Além das outras razões já apontadas, parece que com as sucessivas sublevações a que se assistiu também se pretendia, de certa forma, a captura e o controle do poder por parte da elite castrense e, como já se demonstrou, uma das razões do Movimento Reajustador era a perda por parte de Nino Vieira do controle das Forças Armadas e o reforço do poder do Presidente.

Após o Movimento Reajustador houve um controle efetivo dos militares, mantendo a elite sempre perto do poder e reprimindo de forma violenta quaisquer tentativas de rebelião. Sousa (2012, p.61) confirma que “praticamente não se ouvia falar do chefe de Estado-Maior das Forças Armadas.”

Despoletado pelo tráfico de armas para o MFDC, o acontecimento de 1998/99 não passava de “um «simples» ajuste de contas, em conflito, opondo de um lado o presidente Nino Vieira e uma ala das forças armadas da autoproclamada Junta Militar, comandado pelo chefe de Ex-Chefe-Estado-Maior General das Forças Armadas, o Brigadeiro Ansumane Mané. (Gomes, 2010, p.12)”.

A partir de 1998, os militares – a grande maioria – que viviam em condições miseráveis, aliaram-se à elite para reivindicar ao Estado/responsáveis políticos, uma vida mais digna. Essa aliança traduziu-se em “colocar no poder um Partido e uma classe política civil

que vele pelos seus interesses (Nóbrega, 2003, p.310), hostilizando qualquer tentativa de alterar esse *status quo*.

Passa-se a assistir na Guiné-Bissau a “um poder real (militar), que não se subordina ao poder civil, não se submete à lei e a justiça” (Gomes, 2010, p.7). Para reivindicarem os seus direitos todas as ações são válidas independentemente das consequências. O caso «6 de outubro» é um exemplo flagrante, segundo a qual “os sublevadores (sublevação, revolta, intentonas ou meio ajuste de contas) invocaram razões financeiras para levar a efeito aquilo que logo desde o início algumas pessoas [...] afirmavam ser [...] um Golpe de Estado. Segundo os sublevados a insurreição visava denunciar o não pagamento dos subsídios a que tinham direito por terem feito parte das Forças de Manutenção de Paz na Libéria (UNOMIL)” (Almeida, 2004, p.14). No que toca à não submissão à lei civil, pode-se apontar o malogrado Ansumane Mané porque “pouco depois das eleições presidenciais de 2000, foi afixada uma placa de “Co-Presidente” na porta do gabinete de Mané, que passou a ignorar ou rejeitar medidas tomadas pelo novo governo civil para promover ou deslocar tropas e oficiais” (O’Reagon & Thompson, 2013, p.8).

Outro exemplo flagrante dos desmandos dos militares com o objetivo de capturar o poder foi a exigência feita por Veríssimo Seabra que, após derrubar Kumba Yalá em setembro de 2003, “e ao contrário das duas vezes anteriores, movimentou-se no sentido de chegar à presidência da República da Guiné-Bissau, mas o seu sonho foi destruído pela forte oposição da comunidade internacional”⁷⁹ e, por fim, a hostilização de medidas que visavam a alteração do *status quo*, situação que ficou patente a 18/04/2012 após golpe de estado e aquando da entrevista do porta-voz do Comando Militar Daba Na Walna, pois este afirmou categoricamente “que estava fora de qualquer cenário, o regresso de Carlos Gomes Júnior para a conclusão do processo eleitoral”⁸⁰ que se encontrava na fase final.

A captura do poder é uma evidência, como confirma Joaquim González Ducay, através da ingerência constante dos militares na gestão do Estado e porque os militares têm levado a cabo um exercício de diplomacia de confronto com as instituições estrangeiras no país⁸¹.

Porém, de certa forma não é menos verdade que os próprios militares possam estar a ser instrumentalizados por uma certa elite política. Leopoldo Amado considera inclusive que

⁷⁹ (Revista África Hoje, 2004 N° 194 p.17)

⁸⁰ Vide em www.público.pt. Acedido em 21/03/2013

⁸¹ Entrevista conduzida pela jornalista Paula Borges transmitida na RDP África a 26/04/2013.

os militares têm sido injustiçados em juízos de valor que, infelizmente, denotam o desconhecimento da realidade política vertente na Guiné-Bissau, embora reconheça que um certo setor castrense se prestou, também, a práticas corrosivas do bom nome do país. Ainda assim, considera que estes acontecimentos envolvendo os militares são o prolongamento das rixas e tricas políticas até aos quartéis, mas que na maior parte dos casos, o epicentro dos *complots* situam-se na esfera do poder⁸².

3.3. A Posição Geográfica como Fator de Instabilidade

3.3.1 Sub-região

Não sendo o fator número um da instabilidade na Guiné-Bissau, a posição geográfica não deixa de ser um dos principais. Primeiro, a Guiné-Bissau encontra-se encravada entre dois países ex-colónias francesas e outros tantos nos arredores, falantes da mesma língua, o que faz prever que haja solidariedade/proximidade mais acentuada entre estes porque partilham um passado comum.

O Senegal vive com o problema de Casamansa há décadas e este conflito esteve sempre presente na Guiné-Bissau com ataques à população, chegando mesmo as autoridades a intervirem militarmente para pôr cobro à situação.

Como é sabido, o conflito armado de 7 de junho de 1998, que degenerou em guerra civil, teve como catalisador, o conflito Casamance, com o tráfico de armas para os independentistas do MFDC⁸³. Dias depois, deveriam ser apresentadas na Assembleia as conclusões do inquérito sobre esta questão, o que acabou por não acontecer devido ao eclodir do conflito. Como na Guiné se vive no «supostamente», Delfim da Silva (2003, p.209) supôs que a “morte do Major Robalo de Pina” estaria também relacionado com o caso, e ainda hoje muito está por esclarecer sobre o mesmo.

É de referir que o dia 7 de junho foi, na história da Guiné-Bissau, o mais sangrento desde a independência.

⁸² Entrevista 2

⁸³ Movimento das Forças Democráticas de Casamança, este movimento luta há décadas pela independência de um pequeno território, Casamança, que fica perto da fronteira norte da Guiné-Bissau. O MFDC foi fundado pelo sacerdote Augustin Diamacoune Senghor

A Guiné Conacri, enquanto Lassana Conté esteve no poder, foi conseguindo manter alguma ordem e controle de situações anómalas no país, mas, horas depois da sua morte, um capitão do exército anunciou na rádio estatal a “dissolução do governo, das instituições republicanas e da Constituição”⁸⁴. Entre os vizinhos mais afastados abundam situações de conflito que não deixam de ter impacto na Guiné-Bissau.

Revisitando um passado não longínquo, vem à memória a pretensa ambição de Sékou Touré em formar/construir “La Grande Guinée”, ideia prontamente rejeitada por Cabral, situação que Castanheira, citado por Nóbrega (2003, p.207), considerou “um forte entrave à nunca escondida ambição de Sekou Touré de criar a Grande Guiné”. Daí a dúvida permanente sobre o papel deste na morte de Cabral. Segundo o mesmo autor, Luís Cabral também terá sido consultado no sentido de “uma espécie de unificação, proposta declinada também por Luís”⁸⁵. A desconfiança relativamente à Guiné-Conacri e mais diretamente a Sekou Touré é potenciada, ainda mais, pela posição tomada após 14 de novembro porque “a Guiné-Conacri reconheceu o regime algumas horas após a sua consolidação” (Lopes, 1988, p. 51)”. Importa referir que, à altura dos factos, estava a decorrer um diferendo entre os dois países relativamente à prospeção de petróleo numa área marítima conjunta decidida unilateralmente pela Guiné-Conacri.

Relativamente à questão «La Grande Guinée», a pesquisa não forneceu informação que confirme essa pretensão atualmente.

Carlos Cardoso diz não acreditar muito nessa tese e acrescenta que tanto o Senegal quanto a Guiné-Conacri são estados fracos pelo que não vê uma relação direta entre uma coisa e outra, embora o Senegal possa esfregar as mãos, de certo modo, quando há instabilidade na Guiné-Bissau⁸⁶.

Leopoldo Amado, na sua análise, diz que hoje em dia em matéria de interesse, fala muito mais lato a geopolítica e a geoestratégia das relações internacionais em que cada estado se insere sendo, para ele, que o problema crónico de instabilidade com que a Guiné-Bissau se confronta não se deve a ações de destabilização ligadas a interesses particulares dos nossos vizinhos⁸⁷.

No entanto, e não menos verdade, como se sabe após a eclosão do conflito de 7 de junho, Nino teve apoio imediato tanto do Senegal como da Guiné Conacri. Para muitos essa

⁸⁴ *Correio da Manhã* online

⁸⁵ Cf. Nóbrega (2008, p.208).

⁸⁶ Entrevista 3.

⁸⁷ Entrevista 2.

oferta/apoio vinha carregada de segundas intenções. Para Abdou Diouf seria uma oportunidade para dismantelar a rebelião (MFDC) e tirar benefício do acordo sobre as fronteiras comuns (Cardoso, 2000, p.147). Mais ou menos no mesmo sentido, Zeverino e Branco (2000, p.26) referem que o desfecho do conflito guineense “era particularmente importante para o Senegal que via numa eventual vitória da Junta Militar o aumento desta vez aberto, do apoio da Guiné-Bissau à luta do MFDC”.

A dimensão sub-regional no conflito da Guiné-Bissau é tão grande que Francisco Silva (2012, p.528) afirma categoricamente que “o conflito da Guiné-Bissau era sub-regional e não endógeno”. É importante lembrar que a entrada de tropas estrangeiras inviabilizou toda e qualquer possibilidade de resolução por via negocial do conflito e contribuiu, largamente, para a degeneração do mesmo em guerra civil.

3.3.2. O Narcotráfico

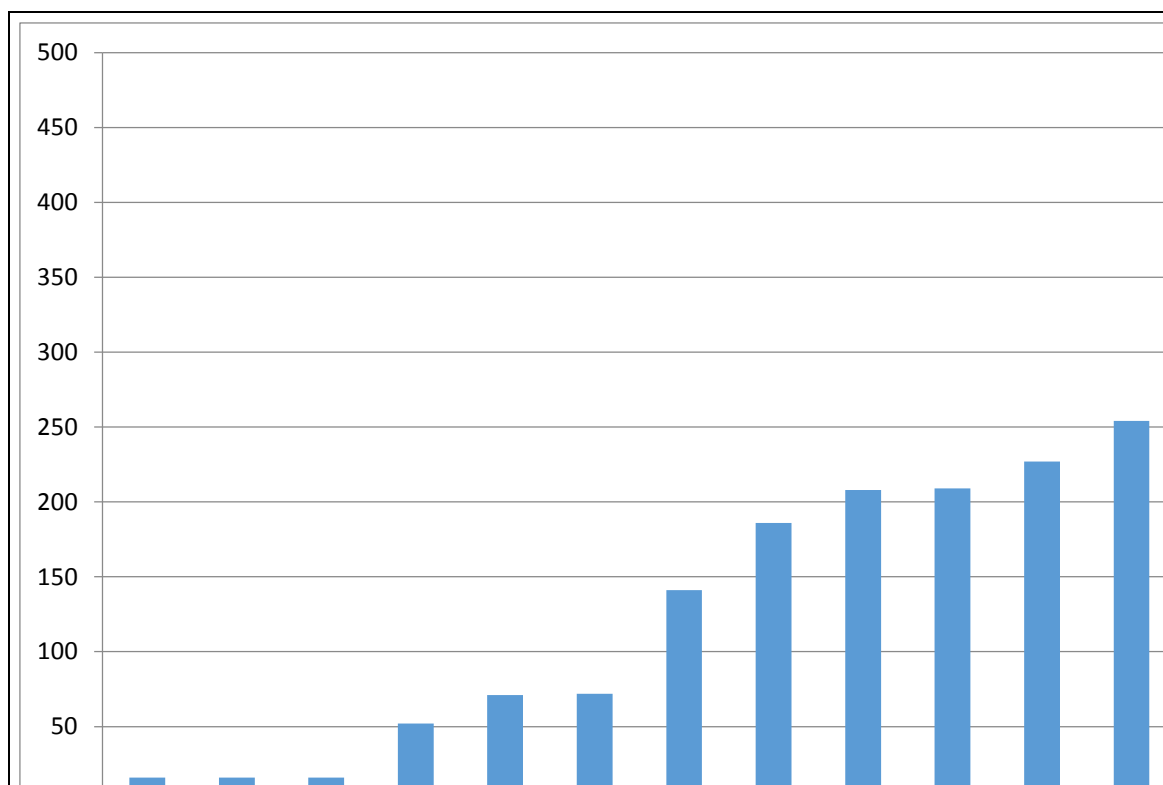
Não se pode falar da instabilidade na Guiné-Bissau, sem também falar do narcotráfico, porque, infelizmente, é uma realidade inegável e crescente nos últimos anos. Ainda que haja outros fatores que justifiquem este crescente interesse dos narcotraficantes relativamente à Guiné-Bissau, a posição geográfica do país é, sem dúvida, um dos fatores principais, aliado à existência de muitas ilhas e ilhotas, muitas desabitadas, bem como pistas abandonadas desde a época colonial.

A costa ocidental africana tem sido um terreno fértil para os criminosos e este fenómeno atinge todos os outros países da sub-região. Infelizmente, a atual situação da Guiné-Bissau acabou por facilitar a atuação dos traficantes e dar visibilidade a este facto, mas é óbvio que a “Guiné não é único” (O’Regan & Thompson 2013, p.32). Também Lapaque⁸⁸ diz que o narcotráfico é um problema para toda a sub-região⁸⁹. Pode confirmar-se esta afirmação através do gráfico seguinte onde se pode observar, recorrendo às apreensões ocorridas por país de trânsito, que a Guiné-Bissau se encontra muito abaixo de países como o Senegal, Guiné-Conacri, Gana ou Gâmbia, mas cuja repercussão ou visibilidade é muito menor do que a Guiné-Bissau, o que não deixa de ser no mínimo estranho.

⁸⁸ Pierre Lapaque, Representante do Gabinete da ONU Contra a Droga e o Crime na África Ocidental

⁸⁹ Entrevista conduzida pela jornalista Paula Borges, transmitida na RDP África a 14/12/2012

Gráfico 3 Apreensões de droga (em Kg) por país de transito para a Europa (2008).



Fonte: Gonçalves (2011, p, 94). Elaborado e adaptado pela mestranda.

Tendo em conta que nem sempre a costa ocidental africana fez parte da rota habitual do tráfico, este interesse é justificado entre outras coisas pela fiscalização mais apertada das rotas habituais, pelo crescente interesse do mercado europeu ou pela existência de Estados cujas instituições não funcionem ou sejam ineficazes⁹⁰.

Assim, na Guiné-Bissau, o narcotráfico apresentou-se vantajoso para ambas as partes. De um lado, os traficantes que viram facilitada a sua atividade, de outro, a elite guineense que viu aumentar exponencialmente os seus rendimentos, através do pagamento provenientes do lucro obtido com a venda da droga, cujos valores “ultrapassam muitas vezes o PIB de muitos países africanos, que são dos mais pobres do mundo” (Gonçalves, 2011, p.95).

A Guiné-Bissau, entre todos os países do ocidente africano, foi aquele que apresentou uma das condições necessárias para a afirmação do narcotráfico, ou seja, aquela em que parte da elite política e castrense se encontrava interessada em participar no negócio. Lapaque

⁹⁰ Cf. Gonçalves (2011, p.89)

afirmou haver conexões entre militares e até políticos, com os narcotraficantes, embora não seja uma afirmação categórica.⁹¹

Certamente não serão todos, mas tem sido difícil encontrar entre as elites guineenses quem não faz parte desta teia de interesses que tem facilitado a atuação dos narcotraficantes. Esta dificuldade prende-se com o facto de haver informações contraditórias, e as investigações muitas vezes pecarem por manifesta falta de meios dos operacionais guineenses. Um exemplo desse facto é a denúncia por parte do ex-Primeiro Ministro Carlos Gomes Júnior da existência de militares envolvidas no tráfico de drogas, mas também ter sido protagonista no caso do barco *Lamu Star* que “depois de ter sido apreendido foi libertado com a carga [cocaína] intacta por ordem superior do PM Carlos Gomes Júnior” (Gonçalves, 2011, p.96). Por vezes esta teia é tão emaranhada que é difícil descobrir onde começa o envolvimento de uns e onde termina o de outros, tornando fácil a conclusão – talvez injusta – de que a política guineense está povoada de criminosos, pelo que faz todo o sentido a sugestão feita por Ramos Horta quando diz que será preciso a refundação do Estado guineense⁹².

Os narcotraficantes não se coíbem de deixar evidente a sua presença, chegando a elaborar e fazer circular uma lista de eventuais devedores em tom de ameaça. Lista onde constavam os nomes do “PR João «Nino Vieira», do CEMGFA Tagme na Waie, do ex-ministro da Defesa, Hélder Proença e ex-Ministro da Administração territorial Baricó Dabo” (Gonçalves, 2011, p.96). Os narcotraficantes atuam na Guiné sem qualquer pudor, Lapaque confirmou a presença de narcotraficantes instalados na Guiné, desde nigerianos, venezuelanos, colombianos, etc...⁹³

Não é de todo compreensível que pessoas conhecidas – inclusivamente por instituições internacionais – como pertencentes a redes criminosas como o narcotráfico ou tráfico de armas, continuem a passear livremente, negociando inclusivamente em nome da Guiné-Bissau em matérias como a defesa, e sendo reconhecidos oficialmente por inúmeros países, como é o caso do atual CEMGFA, António Indjai, que já foi inúmeras vezes intercetado em atividades criminosas e admitido o seu envolvimento com o narcotráfico, como se poderá ver no quadro abaixo onde é evidente a crescente atividade dos narcotraficantes na Guiné-Bissau, sempre com a convivência das autoridades e não só, mas essencialmente da classe castrense, mas

⁹¹Entrevista conduzida pela jornalista Paula Borges, transmitida na RDP África a 14/12/2012.

⁹² Vide em www.gbissau.com/?p=8251. Acedido 21/03/2014.

⁹³ Entrevista conduzida pela jornalista Paula Borges, transmitida na RDP África a 14/12/2012.

também pela manifesta falta de meios e instituições fortes e capazes no sentido de reverter este estado de coisas.

Quadro 2: Atividade relativa ao narcotráfico na Guiné-Bissau

Data	Quantidade (Kg.)	Circunstâncias
2005	353	Encontrada cocaína num contentor em Bissau com destino a Portugal.
Abril de 2005	18	A polícia leva a cabo uma rusga numa unidade de transformação de peixe, que servia de fachada para traficantes de cocaína, nas Ilhas Bijagós. São presos vários latino-americanos com armas e drogas.
2005	Desconhecida	Dão à costa em Biombo, na Guiné-Bissau, pacotes de 20 kg de cocaína, carga perdida de uma embarcação presumivelmente naufragada ou intercetada.
Janeiro de 2006	106	Um avião carregado de cocaína que levantara voo de uma pista próximo da fronteira com o Senegal é apreendido quando aterrava num pequeno aeroporto em Segóvia, Espanha.
2006	1000	É anunciada a chegada de uma remessa às Ilhas Bijagós, que nunca foi intercetada.
Setembro de 2006	674	É apreendida droga após perseguição e tiroteio entre a polícia e dois venezuelanos em Bissau. A apreensão também inclui armas, GPS, numerário e outros equipamentos.
Dezembro de 2006	Desconhecida	Fontes da marinha da Guiné-Bissau comunicam à Agência France Press que um barco-patrolha detetou uma embarcação encalhada próximo da costa. Não é participada nenhuma apreensão.
Abril de 2007	635	Cocaína apreendida pela polícia num veículo em Bissau. Cinco indivíduos são presos. Segundo o relatório, parte da remessa de 2,5 toneladas foi perdida durante a operação.
Maio de 2007	48	Cocaína descoberta numa aeronave comercial que aterra em Lisboa, Portugal, proveniente da Guiné-Bissau.
Maio de 2007	28	Em Marrocos, apreensão de cocaína num veículo proveniente da Guiné-Bissau.
Julho de 2008	550?	Um avião da Venezuela efetua uma aterragem ilegal e estaciona num hangar militar do aeroporto de Bissau. As autoridades aduaneiras são impedidas de inspecionar o avião. O avião foi descarregado e a droga nunca foi encontrada, mas posteriormente uma inspeção do avião com cães farejadores de droga indicaram que haveria 500 a 600 kg de cocaína a bordo. Os pilotos afirmam que transportavam medicamentos destinados às Forças Armadas.
Fevereiro de 2009	200	Um oficial do Exército declara que a cocaína descoberta num hangar do exército pertence ao Estado-Maior.
Março de 2010	Desconhecida	O General Indjai reconhece o seu envolvimento na aterragem de um avião

		carregado de droga em Cufar, na Guiné-Bissau.
Dezembro de 2011	750	Registos de dois aviões que transportaram remessas distintas de 750 toneladas de cocaína e aterraram em pistas improvisadas, defendidas por soldados. Informações subsequentes indicam que disputas relacionadas com essas remessas podem ter estado na origem dos atos de violência entre tropas em Bissau em 26 de Dezembro.
Outubro de 2012	Desconhecida	Um pequeno avião a hélice aterra no aeroporto de Bissau. Surgem indícios de que o avião pode estar registado em nome de um empresário senegalês procurado em ligação com a aterragem no Mali, em 2009, de um 727 que transportava cocaína.
Fevereiro de 2013	Desconhecida	Informadores comunicam à Polícia Judiciária da Guiné-Bissau que um avião aterrou ilegalmente numa pista improvisada na Ilha de Melo, próximo da fronteira Sul da Guiné-Bissau. A Polícia Judiciária não dispõe de meios de transporte para chegar ao avião antes de este ser descarregado e partir.

Fonte: O'Regan e Thompson (2013, pp. 20-21). Elaborado e adaptado pela mestrandia.

Pela ação ou não desses agentes, a Guiné-Bissau passou a ser considerada um narco-Estado, pois todos eles – agentes –, representam o Estado da Guiné-Bissau, e os narco-Estados, são assim considerados não só pelo volume de drogas que faz circular, mas pela cúpula do país se encontrar envolvida e fazer parte do sistema, situação noticiada pelo *Diário de Notícias* que dava conta de telegramas da diplomacia norte americana revelados pela Wikileaks que indicavam que a Guiné-Bissau é um Estado controlado pelo tráfico de droga e dominado por organizações criminosas⁹⁴.

No entanto, em 2008, a Ministra de Justiça guineense, Dra. Carmelita Pires, recusou a ideia de que a Guiné-Bissau se tenha tornado num narco-Estado e admitia que se tratava de um ataque do narcotráfico a que toda a África Ocidental estava a ser vítima. Numa altura em que dinheiro de proveniência duvidosa circulava livremente no país, a Ministra afirmou não ter conhecimento do uso do dinheiro do narcotráfico na campanha para eleições desse mesmo ano⁹⁵.

Para pôr fim a este estado de coisas é sabido que a Guiné-Bissau não possui meios eficazes. Daí que a solução, pelo menos por agora, resida no envio de técnicos da ONUDC

⁹⁴ Cf. DN Globo em www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1743129&seccao=CPLP. Acedido em 20/02/2014

⁹⁵ Cf. www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1035179#AreaComentarios. Acedido em 20/02/2014

que trabalham com as autoridades e outras organizações internacionais na questão do narcotráfico, como confirmou Lapaque⁹⁶, ou através de ações, como a desenvolvida pela «Drug Enforcement Administration» (DEA), que culminou na detenção em 2013 do Contra-Almirante José Américo Bubo na Tchuto⁹⁷.

3.3.3 – O Potencial Guineense, as Riquezas Naturais

Guiné-Bissau é um país pequeno com uma área de apenas cerca de 126 000 Km², cuja área decresce durante a época das inundações com a subida do mar. A Guiné possui “uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) cuja extensão, superior a 70 000 Km, é passível de uma diferenciação em três zonas distintas” onde se destaca “águas com menos de 10 metros de profundidade acessíveis a pirogas, águas com menos de 20 metros de profundidade onde operam navios de porte industrial” e por fim “águas entre 20 e 30 metros de profundidade com variadíssimas espécies de peixe, cefalópodes e crustáceos” (Pinto et al, 1999, p.149). Embora muito pequena, a Guiné parece abençoada a nível dos recursos que possui e o clima vantajoso que apresenta.

Apesar de todos os percalços, a Guiné é atualmente dos principais produtores da castanha de caju, pela excelentes condições que possui que lhe garantem “vantagens competitivas [...] tais como a existência de solos adequados, baixa altitude, chuvas, mão-de-obra barata e árvores saudáveis” (Pinto et al, 1999, p.146).

O sector das florestas é um sector problemático que, apesar das potencialidades, tem vindo a sofrer com a cobiça desenfreada de estrangeiros em conluio com as autoridades guineenses. Em 2013 foram inúmeros os casos de denúncia, feitas sempre pelas ONG. O Jornal *Público*, em junho do mesmo ano, lançava o alerta através de uma notícia publicada cujo título era bastante sugestivo: “Florestas da Guiné-Bissau estão a ser metidas em contentores” (*Público online* 10/06/2013) e em Agosto a *Visão* (online 08/08/2013) dava conta da intenção da U.E. de “suspender a exploração de madeira na Guiné-Bissau para preservar o ambiente, tal é a gravidade da situação. Não é raro ouvir-se que todos esses acontecimentos só são possíveis devido ao clima constante de instabilidade que se vive na

⁹⁶ Entrevista conduzida pela jornalista Paula Borges, transmitida na RDP África a 14/12/2012.

⁹⁷ Cf. O'Reagan e Thompson (2013, p.19)

Guiné, reduzindo a capacidade do Estado de controlar e evitar estes atentados ambientais, como a expropriação dos bens que a todos os guineenses pertencem. No último ano, por exemplo, as dinâmicas têm vindo a aumentar no que toca à desflorestação na Guiné, apelidado por muitos de crime ambiental. Domingos Simões Pereira⁹⁸ considerou o caso do abate de árvores um caso de polícia⁹⁹ devido ao próprio tipo de floresta.

Os recursos haliêuticos são uma grande vantagem que a Guiné apresenta. Mas, à semelhança de outras áreas, têm sofrido da cobiça de empresas estrangeiras, ainda que sempre com a conivência interna e “apesar da atribuição de licenças de pesca [...] os atos de pirataria na Zona Económica Exclusiva são um constante” (Roque, 2007, p.137). Ainda assim acrescenta esta autora que as pescas contribuem com cerca de 40% das receitas do Orçamento Geral do Estado (OGE). Após o conflito de 1998 eram sistematicamente descobertos e apreendidos navios a pescarem nas águas guineenses sem licenças ou não respeitando a cota permitida, mas invariavelmente eram soltos pelas autoridades sempre com justificações pouco esclarecedoras e sem condenações. Um dos vários exemplos elucidativos aconteceu em 2009, “dois navios da Coreia do Sul e cerca de 80 pirogas senegalesas que estavam ao serviço destas duas embarcações foram fiscalizados e aprisionados pelas autoridades nacionais, mas de nada resultou” (Sousa, 2012, p.129), porque foram soltos.

Do petróleo já se vem falando há décadas e, neste momento, está confirmada a sua existência na área pertencente à Guiné-Bissau. Verschave, citado por Roque (2007, p.137) denunciou “que a França e o Senegal começaram a interessar-se pela Guiné-Bissau por volta da década de 90, sobretudo pelas suas águas/pescas e petróleo” facilitando assim os negócios da ELF. A Guiné chegou inclusivamente a assinar um acordo de exploração de petróleo conjunta com o Senegal cujos benefícios em termos percentuais ficou decidido na ordem de 85% para o Senegal e 15% para a Guiné-Bissau, situação que gerou muita polémica na altura.

No que toca à questão do petróleo, sabe-se que a empresa britânica Premier Oil vem desenvolvendo atividades de prospeção (Roque, 2007, p.138) há anos. Recentemente, o Dr. Eduardo Fernandes¹⁰⁰ fazia menção à descoberta de uma zona denominada de Bloco 5B com capacidade significativa de exploração. Dizia ainda que esta descoberta estava a ser estudada por um laboratório francês. Tratando-se da Guiné, estas notícias levantam muitas

⁹⁸ Primeiro Ministro eleito no ultimo ato eleitoral que decorreu no passado mês de abril.

⁹⁹ Entrevista conduzida pelo jornalista Valdir Araújo da RDP África, transmitida a 26/05/2014

¹⁰⁰ Informação apresentada a 01/03/2014, na conferência organizada pelo FDDB, sob o tema: Resultado e forma como decorreu o recenseamento para as eleições legislativas e presidenciais (aspetos jurídicos) e prevenção de conflitos supervenientes pós eleitorais – Guiné-Bissau a caminho da paz.

preocupações porque é bem possível que “traga mais inconvenientes do que benefícios para a população (Roque, 2007, p.138). Existe também um risco enorme de que não “traga contrapartidas benéficas a não ser para alguns indivíduos que se apropriem das mesmas”.

Em 2007 o então Presidente da República João Bernardo Vieira e o Presidente de Angola José Eduardo dos Santos assinaram um acordo de prospeção exploração e comercialização de bauxite dos jazigos de Boé¹⁰¹. Para a exploração deste minério investiu-se em várias infraestruturas, uma das quais a construção do porto de águas profundas em Buba. Este porto quando e se concretizado, certamente iria rivalizar com outros da sub-região, mais concretamente do Senegal, Guiné-Conacri e Gâmbia, desviando alguma parte do tráfego marítimo para a Guiné-Bissau

Ainda em termos de riqueza natural a Guiné tem um clima que permite a “produção hortícola” ao longo de todo o ano (Pinto et all, 1999, p.147).

O turismo, outro grande potencial da Guiné, “dadas as condições geográfica e climáticas e a beleza natural do País constitui uma realidade incontornável” (p.149). O país tem ainda grande capacidade para turismo rural e ambiental. Outro potencial são as ilhas sem esquecer que o “arquipélago dos Bijagós, foi declarado reserva mundial da biosfera (Sousa, 2012, p.127)”.

A Guiné-Bissau, com os recursos que possui comparativamente ao seu tamanho em termos de superfície e o número de população, é um país riquíssimo sem sombra alguma. No entanto toda essa riqueza não se traduz na melhoria de vida das populações, muito menos no desenvolvimento do próprio país, e aí fica a pergunta: a quem interessa o desgoverno da Guiné?

3.3.4 – Comunidade Internacional

Desde o primeiro golpe de estado em 1890 a posição internacional tem sido tão díspar que se torna difícil de interpretar de forma correta.

Assim, após o golpe de 1980, a reação da comunidade internacional foi imediata, tal como a disponibilidade em acolher o Presidente deposto. Luís Cabral esteve exilado em Cuba e, posteriormente, em Portugal onde viveu até à sua morte em 2009.

¹⁰¹ Cf. Salgado e all (2009, pp. 15; 18-19).

Já em democracia, mas tudo parece igual, porque de 1998 aos dias de hoje, a Guiné já viveu várias situações idênticas, seja contra governos democraticamente eleitos, seja contra governos saídos de acordos, sendo que em todos estes episódios, a chamada comunidade internacional se disponibilizou sempre no sentido de negociar um consenso. E a seguir ao consenso, vêm as eleições nas quais a Guiné é recordista. Ora, não é segredo que as eleições por si só de nada servem. Esta ideia é defendida por Guerra et al (1998, p.87) que diz “a existência de processos eleitorais não constituem, por si só, um garante da democracia, se os processos sociais de transformação não acontecerem”. Nestas condições, ou mais ou menos idênticas, as eleições podem produzir situações opostas aos resultados pretendidos. Assim, embora cumprindo um dos pressupostos da democracia, é possível que se esteja a contribuir para a desgovernação porque os governos produzidos por eleições podem ser ineficientes, corruptos, ter vistas curtas, dominados por interesses especiais e incapazes de levarem a cabo políticas exigidas pelo bem público. Estas qualidades podem tornar os governos indesejáveis mas não os tornam não democráticos. É a diferença entre a legitimidade de exercício e a legitimidade decorrente do voto.

Entre as alusões ao papel de comunidade internacional, Lopes (2004, p.34) escreveu: “ao se apontar o dedo aos políticos Guineenses, não se pode ignorar o papel pouco abonatório da comunidade internacional com destaque para os principais parceiros deste país.”.

A partir de 1998 as negociações para paz na Guiné-Bissau foram quase sempre conduzida pelas Nações Unidas, CPLP, CEDEAO e UA, momentos em que muitas vezes os interesses de algumas organizações se sobrepuseram a uma solução mais eficaz dos problemas.

Em pleno conflito de 1998 “ficou bem clara a posição da CEDEAO, quando o seu Secretário Executivo, Lassane Kouyate, da Guiné-Conacri, teceu críticas bastante violentas contra o Governo de Lisboa, acusando-o de neocolonialismo” (Zeverino, 2003, p.91)

Havia ainda outro problema, “a CEDEAO não conferia grande legitimidade ao desempenho da CPLP, parecendo considerá-la como uma entidade ultrapassada no tempo.” (p.92).

“A CEDEAO acusava Portugal de um protagonismo excessivo defendendo o princípio de nunca permitir que um país fora da região, principalmente se for um país com um passado colonial, venha a desempenhar um papel de proa na resolução de uma crise no Continente Africano” (p.93).

Considerada uma organização próximo da França, a CEDEAO não condenou a participação direta dos soldados dos países seus membros nos conflitos - Senegal e Guiné-Conacri –, ao lado de Nino Vieira. Mas, mais ainda, foi feita a descoberta de soldados franceses intervindo diretamente nas operações sem que esse facto tivesse sido comunicado ao grupo de negociadores. O que estariam soldados franceses a fazer no meio de uma crise militar num outro país, visto que a Guiné-Bissau não é uma colónia francesa? Ao que parece, Nino só pediu ajuda militar ao Senegal e à Guiné-Conacri, “e afirmou, em sua defesa, que os revoltosos tinham tentado levar a cabo um golpe de estado contra um governo democraticamente eleito, o qual tinha o direito de apelar à ajuda internacional. A França defende tese idêntica” (Zeverino & Castelo Branco, 2000, p.26). “E Portugal? Por que razão o então Embaixador “recebe uma chamada anónima a anunciar um levantamento militar” (Cardoso, 2000, p.148) e, minutos depois, se iniciaram os tiroteios? Por que razão Portugal disponibilizou telefone satélite para a Junta Militar? Para facilitar as negociações, ótimo, mas foi decidido como, quando e por quem? Fica a dúvida.

Com o golpe de estado de abril de 2012, pela primeira vez na história dos golpes de estado da Guiné-Bissau e com o cansaço da comunidade internacional, decidiu-se dar um tratamento sério procurando a observância ao retorno do poder legitimamente instituído. Gerou-se, então, um conflito entre organizações regionais/continentais e as Nações Unidas, com leituras e propostas de solução diametralmente opostas. No lugar de defender os restritos interesses da nação guineense, passou-se a assistir a um conflito latente, competitivo com objetivo de fazer prevalecer a supremacia de várias verdades.

Recorde-se que em 1998 a França concordou com a tese de Nino Vieira sobre golpes de estado a um governo democrático. Então por que não defendeu a mesma tese em 2012 e não falou em uníssono com a CPLP e os demais países que defenderam junto das Nações Unidas a condenação do golpe e a reposição da legalidade?

Apesar da condenação unânime das primeiras horas, a 3 de maio, assistiu-se a uma reviravolta, em que na Cimeira da CEDEAO em Dakar, esta organização sub-regional decidiu reconhecer os golpistas, com quem negociou “mais” um período de transição até às novas eleições¹⁰².

Esta situação foi particularmente negativa não só para a Guiné-Bissau, mas para a própria CEDEAO. Julião Soares, sobre este caso, diz que acabou por legitimar o golpe,

¹⁰² Vide em www.ditaduradoconsenso.blogspot.pt. Acedido 21/03/2014.

criando um grave precedente¹⁰³, tanto mais gravoso porque apoiou uma das partes que não tinha razão e que estava a cometer atos de inconstitucionais¹⁰⁴. Leopoldo Amado, por sua vez, embora reconheça inconstâncias na atuação da CEDEAO relativamente à Guiné-Bissau, em defesa de interesses particulares muitas vezes em contracorrente com os princípios e práticas internacionais comuns, ainda assim considerou que a CEDEAO, no geral, acabou por conduzir a bom porto o último processo de transição na Guiné-Bissau. O poder não caiu na rua¹⁰⁵.

A condenação por parte da comunidade internacional - diga-se, CPLP e UE – levou a que o país estivesse completamente parado durante mais de dois anos. Sem recursos, congelados pela UE na sequência do golpe, os governantes de transição, viram-se obrigados a improvisar. Assim, agravou-se a situação do crime. Fizeram-se contratos que hoje são questionáveis e também a questão da floresta é um exemplo mais do que acabado da situação grave que foi criada no país¹⁰⁶.

É de sublinhar que de 1998 até à presente data nenhuma das soluções adotadas, depois das inúmeras alterações à ordem na Guiné-Bissau, foi emanada diretamente das Nações Unidas, que desempenharam um papel quase terciário, acabando sempre por acatar as resoluções de organizações como a CEDEAO.

Até que ponto os guineenses devem confiar o seu destino a estas organizações é uma questão pertinente, porque o que não é aceitável é a Guiné-Bissau transformar-se em palco de guerras geopolíticas, porque foi disso que se tratou. Como diz Sangreman, a CEDEAO atuou como um grupo estratégico que não podia permitir que Angola criasse uma «testa de ponte» na Guiné-Bissau¹⁰⁷ por um lado e, por outro, não convém esquecer que uma das potências da CEDEAO, a Costas do Marfim, teve uma guerra civil em que a Angola apoiou a parte perdedora de Laurent Gbabgo¹⁰⁸.

¹⁰³ Entrevista 1

¹⁰⁴ Entrevista 4.

¹⁰⁵ Entrevista 2.

¹⁰⁶ Entrevista 4.

¹⁰⁷ Entrevista 5

¹⁰⁸ Entrevista 4.

Conclusão

Não havendo uma razão única a apontar, como causa principal do fracasso da Guiné-Bissau como Estado, objetivo principal deste estudo, conclui-se que o regime de partido único que vigorou até 1991 foi o promotor, o catalisador dos grandes males que hoje assolam a Guiné-Bissau. Este regime permitiu a morte dos ideais que conduziram e orientaram a luta pela independência: a moral, o exemplo, a retidão de caráter, o zelo pela coisa pública, a meritocracia e o enobrecimento da política. Aquilo a que se assistiu foi à cristalização do clientelismo, à luta desenfreada pelo poder, ao enriquecimento ilícito, à gestão danosa da coisa pública e a assassinatos.

Este desnorte permitiu que chegassem à cena política atores que viram na política a sua sobrevivência. Gente de índole questionável ao nível da formação, de percurso duvidoso, cujo mérito ou obra feita eram completamente desconhecidos. Gente que não conhece os próprios ideais, juntando-se ora com uns, ora com outros, com o único objetivo de permanecer no palco político.

Os militares, que nunca estiveram muito longe da política, passam a fazer parte essencial dela. Na maior parte das vezes manipulados, os militares – diga-se, a cúpula – descobriram a fórmula mágica para beneficiar das regalias do poder, não hesitando em hipotecar anos de trabalho e esforço de todo um povo.

O povo, por sua vez, perdeu a noção do que é ser e ter um líder e passou a ver na questão étnica a identificação com a classe política. Mas, ainda assim, foi quem demonstrou estar à altura e possuir alguma maturidade pela forma como se comportou nas sucessivas convulsões que o país assistiu.

Os conflitos étnicos, muitas vezes apontados de forma errada como a causa principal dos problemas da Guiné-Bissau, não merecem nesta Dissertação qualquer concordância porque, de acordo com a pesquisa, não existem na Guiné, se for tido como base o verdadeiro sentido do que são conflitos étnicos. Pode concluir-se que alguma política tem trazido à discussão pública este fenómeno, única e exclusivamente com fins político-partidários. No entanto, parece importante desmistificá-lo, através de um debate sério e construtivo, sem recalcamientos ou complexos de qualquer ordem.

Outra questão que pareceu importante e que mereceu a atenção foi a questão amiúde colocada sobre se a Guiné-Bissau é uma nação ou não. Nesta Dissertação considera-se que

tudo depende da definição de nação a que se esteja a referir. Nação está longe de ser um conceito unívoco.

A pesquisa mostra que a luta de libertação teve o mérito de criar as bases necessárias à construção da nação guineense. Este sentimento de pertença a uma nação ficou evidente. No entanto, pode-se questionar a nação ambicionada, ou seja: uma nação guineense onde são respeitadas todas as «nações» que a compõem, pela sua cultura e pelos seus valores, ou uma cultura guineense em que todas as suas «nações» componentes se transformam tornando um todo homogéneo.

Ainda que com problemas, a sociedade guineense pareceu uma das grandes conquistas das últimas décadas. Não imune às tentativas de manipulação e politização, a sociedade civil tem contribuído de forma decisiva tanto para o desenvolvimento como na busca de soluções para as constantes crises. A sua presença e atuação é transversal, sendo reconhecidos o mérito e a obra realizada.

A comunidade internacional tem sido um grande parceiro da Guiné-Bissau, mas também se tem revelado um grande desafio. Se umas vezes foi muito compreensiva com as autoridades e os agitadores guineenses, outras, porém, revelou-se um autêntico inimigo do povo guineense. O último golpe é prova cabal desse facto porque, contrariamente às inúmeras manifestações realizadas por guineenses pelos vários centros do mundo, a comunidade internacional - CEDEAO, não contrariada pela CPLP e ONU - impôs aos guineenses um governo de transição que não escolheram e, por sinal, também não aceitaram. Tudo foi possível devido à fragilidade do país e das suas instituições.

Conclui-se, deste modo, que a resolução do problema da Guiné-Bissau, passa essencialmente pela necessidade de uma liderança credível, consensual e disposta a trabalhar no sentido de resgatar o país do marasmo em que se encontra. Que consiga reunir em seu torno todos os bons filhos da Guiné-Bissau e que consiga pensar principalmente num todo, sem deixar ninguém de fora. E assim, trabalhar no sentido de criar instituições fortes e capazes de pôr o país na rota do desenvolvimento.

O desafio maior estará em convencer uma certa elite que, consciente da sua incapacidade, encontrou na desestabilização uma forma de se manter na ribalta, através de intrigas, da instrumentalização e da manipulação.

Este otimismo, que se espera não seja ingénuo, é justificado pelo povo. Apelidado de «maioria silenciosa», o povo guineense tem demonstrado maturidade e tem dado provas claras

de que aspira a ter um país próspero e tem-se posicionado sempre, quando esclarecido, do lado do bem comum: *Pabia Guiné i mamé de dus mama*.

Bibliografia

- Almeida, E. (2004). Quem está por detrás do 6 de Outubro? *Revista África Hoje*, ANO XIX, 194, Outubro de 2004, 14.
- Amado, L. (2005). Guiné-Bissau: 30 Anos de Independência. *Africana Studia Revista Internacional de Estudos Africanos*, 8, 109-135.
- Ampagatubó, J. (1995). Formação e transformação de Estado Pós-Colonial na Guiné-Bissau. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Estudos Africanos, ISCTE, Lisboa.
- Andrade, M. (2002). *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação; noções práticas*. São Paulo: Atlas editora
- Antunes, J. (1992). *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Augel, J. (1996). Grupos estratégicos. *Coleção Kacu Martel*, Vol. 10, INEP, Bissau, 153-162.
- Azevedo, E. (2009). O semipresidencialismo na Guiné-Bissau: inocente ou culpado da instabilidade política?. In M. C. Lobo & O.A. Neto (Org.) *O semipresidencialismo nos países da língua portuguesa* (pp. 139-170). Lisboa: ICS – ISCSUL.
- Barata, Oscar S. & Piepoli, Sousa I. (org) (2005). *África, género, educação e poder*. Lisboa: ISCSP.
- Bobbio, N. (1982). *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Bureau International du Travail [BIT]. (2003). *O movimento associativo local e o papel desempenhado pela comunidade residente na melhoria das condições gerais de vida: o Bairro de Quelelé em Bissau – Guiné-Bissau*. Genebra: STERN.
- Burdeau, G. (1970). *O Estado*. Póvoa de Varzim: Publicações Europa-América,.
- Cabral, A. (1974). *Análise de alguns tipos de resistência*. Lisboa: Seara Nova.
- Cardoso, C. (2002). A formação da elite política na Guiné-Bissau. Occasional Paper Series, N 5, CEA/ISCTE, Lisboa.
- Cabral, L. (1984). *Crónicas da libertação*. Lisboa: Edições «O Jornal».

- Cardoso, C. (1996). Guineenses contra guineenses. Para um debate sobre a(s) identidades(s) na Guiné-Bissau. *Coleção Kacu Martel, Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios* vol. 10, INEP, Bissau, 167-173.
- Cardoso, C. (1996). Guiné-Bissau: um país de tribalistas? *Coleção Kacu Martel, Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios* Vol. 10, INEP, Bissau, 163-166.
- Cardoso, L. (2000) A tragédia de Junho de 1998: factos e comentários, *Soronda Revista de Estudos Guineenses* Nº Especial 7 de Junho, INEP, Bissau, 125-151.
- Carreiro, M. & Sangreman, C. (2011). *Arquitetos de um espaço transnacional lusófono – a diáspora guineense em Portugal*. Lisboa: Fundação Portugal África.
- Carvalho, N. (2011). *De campo em campo – conversas com o comandante Bobo Keita*. Porto: Uniarte Gráfica.
- Carvalho, R. (2003). *Compreender África-teorias e práticas de gestão*. Lisboa: Temas e Debates.
- Catarino, M. 6 Assor, M.(2010). *Spínola senhor da guerra*. s.c: Presselivre SA.
- Chabal, P. (1987). Socialismo na Guiné-Bissau: problemas e contradições no PAIGC desde a independência. *Revista Internacional de Estudos Africanos* Nºs 6 e 7, SANTELMO, Lisboa,139-165.
- Della Porta, D. (2003). *Introdução à Ciência Política*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Djaló, T. (2012). *O mestiço e o Poder. Identidades, dominações e resistência da Guiné*. Lisboa: Nova Vega.
- Djaló, T. (2000). Lições e legitimidade dos conflitos políticos na Guiné-Bissau. *Soronda Revista de Estudos Guineenses* – Número Especial, 7 de Junho, INEP, Bissau, 25-35.
- Droz, B. & Rowley, A. (1991). *História do séc. XX: expansão e independências (1950-1973)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Duverger, M. (1983). *Sociologia da Política – elementos de Ciências Políticas*. Coimbra: Almedina.

- Elias, L. (2006). *A formação das polícias nos estados pós-conflito. O caso de Timor-Leste*. Lisboa: IDI-MNE.
- Fanon, F. (1961). *Os condenados na terra*. Lisboa: Editorial Ulisseia.
- Fernandes, A. (1995). *Introdução à Ciência Política: teorias, métodos e temáticas*. Porto: Porto Editora.
- Ferreira, P. (1998). *O conflito na Região dos Grandes Lagos*. Lisboa: ISCSP.
- Ferreira, P. (s.d.). Identidades étnicas e violência: uma aproximação teórica ao caso Hutu-Tutsi. IEEI e ISCSP. Texto policopiado.
- Fundo Monetário Internacional [F.M.I.]. *Relatório do Fundo Monetário Internacional* N°10/380, Aprovado a 24/11/2010
- Gil, A., (2001). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gomes, G. (2009). Da teoria à prática: desafios da reforma de sector da segurança na Guiné-Bissau. *Revista da GNR* n°4, 22-31.
- Gonçalves, S. (2011). O Estado falhado enquanto espaço de edificação do crime organizado transnacional – o caso da Guiné-Bissau. Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Estratégia, ISCSP, Lisboa.
- Guerra, B. (Coord.). (1998). *Caminhos para Democracia em África*. Lisboa: PUP - Publicações Universitárias Portuguesas.
- Guerra, J. (1988). *Os flechas atacam de novo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Hall, J. & Ikenberry, G. (1990). *O Estado*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Houtart, F. & Rosseau, A. (1976). *A igreja e os movimentos revolucionários do Vietname, América Latina, Colónias Portuguesas*. Lisboa: Editora Arcádia.
- Jao, M. (2000) Uma leitura do conflito guineense. *Soronda Revista de Estudos Guineenses* Número Especial 7 de Junho, INEP, Bissau, 105-123.
- La Palombara, J. (1982). *A política no interior das nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- Lavalle, A. (2011). O estatuto político da sociedade civil: evidências da Cidade do México e de São Paulo CEPAL-IPEA, N° 28, Textos para discussão, Brasília.
- Lavroff, D. (2006). *História das ideias políticas da antiguidade ao fim do século XVIII*. Lisboa: Edições 70.
- Lopes, A. (2003). Terra dos golpes. *Revista África Lusófona*, N°18, Lisboa, 42-43.
- Lopes, A. (2004) Política à guineense. *Revista África Lusófona* ANO 2 N° 20, Lisboa, 34.
- Lopes, C. (1982). *Etnia, Estado e relações de Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Edições 70.
- Lopes, C. (1988). *Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau*. Lisboa: Edições ES.
- Lopes, C. (1987). *A transição histórica na Guiné-Bissau – do movimento de libertação nacional ao Estado*. Bissau: INEP.
- MacQueen, N. (1998). *A descolonização da África portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do Império*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Marques, A. (1998). *História de Portugal: das revoluções liberais aos nossos dias*. Vol. III. Lisboa: Editorial Presença.
- Mendy, P. (1993). A herança colonial e os desafios da integração. *Soronda Revista de Estudos Guineenses* N°16, INEP, Bissau, 3-37.
- Moreira, A. (2003). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.
- Nóbrega, A. (2003). *A luta pelo Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: ISCSP.
- O'Regan, D. & Thompson, P. (2013). Promover a estabilidade e a reconciliação na Guiné-Bissau: lições do primeiro narco-Estado de África. Relatório Especial do CEEA N°2, 1ª impressão, texto policopiado.
- Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde [PAIGC]. (1974). *A Guiné e as ilhas de Cabo-Verde*. Porto: Afrontamento.
- Pelissier, R. (1989). *História da Guiné Portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1936)*. Volume I. Lisboa: Editorial Estampa.
- Pereira, A. (2003). *O meu testemunho, uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Editorial Notícias.

- Pinto, A. (Coord.). (2005). *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pinto, A. (2001). *O fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pinto, J. et al (1999). *Guiné: Não Pintcha!*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Pinto, J. F. (2005). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países da Língua Portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Lisboa: IDI-MNE.
- Proença, C. (2000). A matriz de análise global das na Guiné-Bissau (um esboço de análise multidisciplinar). Estudos de desenvolvimento. *Anuário do Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento* – ISEG-UTL. Lisboa: Trinova.
- Quintino, M. (2010). Práticas associativas de guineenses, conexões nacionais e cidadania. *Revista Migrações*, Nº 6, ACIDI, Abril de 2010, 81-102.
- Quivy, R. & Compenhoudt, L. (2003). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramos, M. (2008). O fenómeno elitista em Cabo Verde: o papel da educação escolar, a elite de funcionários públicos de Cabo Verde: o caso de São Vicente. ISCSP. Texto Policopiado.
- Raupp, F. & Beuren, I. (2006). Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In Raupp & Beuren (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade teoria e prática*. (pp. 76-97) São Paulo: Atlas Editora.
- Richardson, R. (1985). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, A. (Coord.). (1994). *História de Portugal em datas*. Coimbra: Círculo de Leitores.
- Roque, S. (2007). Construir o colapso, Estado sociedade e atores externos na Guiné-Bissau. Dissertação para obtenção de título de Mestre em Estudos em Africanos – Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão, ISCTE, Lisboa.
- Rudebeck, L. (2001). *Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998-2000 – um estudo de democratização difícil*. Uppsala.
- Salgado, A, et al. (2009). IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, PNLC – Parque Nacional das Lagoas de Cufada. *Relatório preliminar do processo de construção do porto de Buba e seus impactos*. Texto Policopiado.

- Sangreman, C. (Coord.). (2012). *Avaliação do potencial de desenvolvimento da diáspora da Guiné-Bissau em Portugal e França*. Lisboa: OIM.
- Santos, A. (2006). *Quase memórias da descolonização de cada território em particular*. Volt. II. Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- Silva, A. (2010). *Invenção e construção da Guiné-Bissau*. Coimbra: Edições Almedina.
- Silva, F. (2003). *Guiné-Bissau páginas de histórias política, rumos da democracia*. Bissau: Novagráfica.
- Silva, F. (2012). *Crónicas dos (des)feitos da Guiné*. Coimbra: Almedina.
- Sousa, J. (2012). *Guiné-Bissau: a destruição de um país. Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional*. Coimbra: Pantone4.
- Sousa, J. (2011). *Amílcar Cabral (1924-1973). Vida e morte de um revolucionário africano*. Lisboa: Nova Vega.
- Teixeira, R. (2010). *Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau 1994-2006*. Recife: Editora Universitária.
- Teixeira, R. (2009). O conceito de sociedade civil; um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*, vol. 15, Nº 2, PPGS-UFPE, Recife, 161-180.
- Teixeira, R. (1998). *A guerra colonial e o romance português*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Tichy, N. & Bennis, W. (2010). *Decidir: conheça o processo de decisão dos líderes de sucesso*. Lisboa: Actual Editora.
- Viegas, C. & Koudawo, F. (2000). A crise no PAIGC: um prelúdio à guerra? *Soronda Revista de Estudos Guineenses*, Número Especial 7 de Junho, INEP, 11-24.
- Zeppelius, R. (1997). *Teoria geral do Estado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Zeverino, G. (2003). *Conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999)*. Lisboa: IPAD – Centro de Documentação e Informação.
- Zeverino, G. & Branco, L. (2000). *A missão de observação internacional 1999/2000. A participação portuguesa*. Lisboa: ICP-MNE.

Comunicações

Borges, M. (2010). *Migrações e género: acerca das migrações guineenses em Portugal*. Comunicação apresentada no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa

Semedo, R. (2010). *O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político-institucionais*. Comunicação apresentada no 7º Congresso Ibérico de estudos africanos, Lisboa.

Gomes, A. (2010). *O poder militar e a desedificação de Estado de Direito e da Democracia na Guiné-Bissau*. Comunicação Apresentada no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa.

Cardoso, C. (2008). *Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: o caso da Guiné-Bissau*. Comunicação apresenta na 12ª Assembleia Geral do CODESRIA, Yaoundé.

Lopes, N. (2010). *As forças armadas num Estado em «interrogação»*. Comunicação apresentada no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa.

Dicionários

Echaudemaison, C. - *Dicionário de Economia e Ciência Sociais*. Porto: Porto Editora, 2001. 271 p. ISNB 972-0-05277-5

Lello, J. & Lello, E. - *Dicionário Prático Ilustrado*. Porto: Lello e Irmão Editores, 1972. 1831,1954 pp.

Lemos, M. - *Dicionário de História Universal*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 2001. 181, 462 pp. ISNB 9789726703709

Webgrafia

Visão online: <http://visao.sapo.pt/ve-quer-suspender-exploração-damadeira-na-guine-guine-Bissau-para-preservar-ambiente=f744784>. Acedida em 16/01/2014

www.ditaduradoconsenso.blogspot.com. Acedida em 21/03/2014

www.ditaduradoconsenso.blogspot.com. Acedida em 26/04/2013

www.público.pt. Acedida em 21/03/2013

www.correiodamanha.pt. Acedida em 28/04/2014

www.gbissau.com/?p=8251. Acedida em 21/03/2014.

www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1743129&seccao=CPLP. Acedida em 20/02/2014

www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1035179#AreaComentarios. Acedida em 20/02/2014

www.emjornal.xl.pt/detalhe/noticias/internacional/mundo/guiné-conacri-va-preocupada-com-situação-política. Acedida em 21/03/2012.

Público online: <http://www.público.pt/ecosfera/noticia/florestas-da-guinebissau-estao-a-ser-metidas-em-contentores-1596967?page=#follow>. Acedida em 16/01/2014

[www.infopedia.pt/\\$carta-das-nacoes-unidas1945#](http://www.infopedia.pt/$carta-das-nacoes-unidas1945#). Acedida em 26/02/2013

www.fmariosoares.pt/aed/dossier15/pdfs/B-03.pdf. Acedida em 26/02/2013

Agências de Notícias

ANGOP – Agência Angola Press, notícia do dia 19/03/2011

ANGOP – Agência Angola Press, notícia do dia 02/03/2012

Índice Onomástico

A

Agostinho · 75
 Almada, Fidelis · 38
 Almeida, Eugenio C. · 83
 Amado, Leopoldo · 31, 48, 49, 61, 65, 71, 77, 85, 96
 Ampagatubó, J. · 49
 Andrade, M^a Margarida · 22
 Antunes, J. Freire · 15, 16
 Araújo, José · 37
 Araújo, Valdir · 92
 Assor, Miriam · 33, 34
 Augel, Johannes · 74
 Azevedo, Elisabete · 49, 50, 51, 52

B

Baldé, Sambel · 32
 Barata, Oscar S. · 78
 Barreto, Honório · 31, 32
 Barros, Rui de · 73
 Beate, B. Na · 75
 Beuren, Ilse M^a · *Consulte* 22
 Bobbio, Norberto · 58
 Borges, Manuela · 64, 65, 66, 68, 69
 Borges, Paula · 46, 81, 83, 86, 87, 88, 91
 Branco, Luís C. · 58, 86, 95
 Bull, B. Pinto · 32
 Bumero, D. de · 75
 Burdeau, Georges · 45, 47

C

Cabral, Amílcar · 17, 18, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 44, 47, 59, 76, 85
 Cabral, Ana M^a · 30, 31, 38
 Cabral, Luís · 18, 15, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 75, 94

Caetano, Marcelo · 31
 Calvão, Alpoim · 34
 Camará, Braima · 33
 Camará, Iafai · *Consulte* 43, 75
 Cani, Inocêncio · 37, 39
 Canó, Umaro · 32
 Cardoso, Carlos · 47, 53, 55, 61, 62, 73, 74, 86
 Cardoso, Leonardo · 86, 95
 Carreiro, M^a João · 65, 68, 70, 71
 Carvalho, N. TAvares · 33
 Carvalho, Rui M. · 47, 48
 Castanheira, José P. · 86
 Catarino, Manuel · 33, 34, 33, 34'

Ch

Chabal, Patrick · 40, 41

C

Compendhout, Luc Van · 23
 Conté, Lassana · 85
 Correia, Luís · 33
 Correia, Paulo · 18, 44, 75
 Costa, M. Saturnino · 36, 37

D

Della Porta, Donatella · 45, 56
 Dias, Paulo · 32, 35, 36, 37
 Diouf, Abdou · 86
 Djaló, Tchernó · 34, 36, 39, 41, 55
 Djassi, Abel · 59
 Droz, Bernard · 15
 Ducay, Joaquim G. · 81, 83
 Duverger, Murice · 45

E

Echaudemaison, C. D. · 54

Elias, luís · 54
Embana, Miguel · 36

F

Fadul, Francisco · 18
Fanon, Frantz · 28
Fernandes, A. José · 55, 54, 55
Fernandes, Álvaro · 14
Fernandes, António J. · 45
Fernandes, Eduardo · 53, 92
Fernandes, Raul M. · 42
Ferrazzetta, D. S. · 62
Ferreira, Patrícia M. · 73, 77, 78
Forest, Joshua · 40

G

Gbago, Laurent · 96
Gil · 22, *Consulte*
Gomes, André · 33~
Gomes, Antonieta R. · 82, 83
Gomes, Aristides · 52
Gomes, Fernando · 63
Gomes, Garrido · 80, 81
Gomes, José F. · 32
Gomes, Jr. Carlos · 19, 20, 52, 72, 77, 88,
88,
Gonçalves, Sara J. · 87, 88
Graça, J. Leitão · 3
Guerra, Baltazar et all · 59, 94
Guerra, João P. · 17, 18, 27, 28

H

Hall, Jonh A. · 45
Horta, J. Ramos · 88

I

Ikenberry, G. Jonh · 45
Indjai, António · 21, 72, 88, 89
Induta, Zamora · 72
Iniesta, Ferran · 46

J

Jao, Mamadu · 56, 57

K

Kabi, A. Biate · 75
Keita, Bobo · 33
Khrushchev, Nikita · 16
Kodawo, Fafali · 76
Kouyate, Lassane · 94

L

La Palombara, Joseph · 54
Lapaque, Pierre · 86, 87, 88, 91
Lavalle, Adrian G. · 58
Lavroff, Dmitris · 45
Leite, António · 33
Lello, José e Edgar · 14, 15
Lemos, M. Matos · 17, 18, 19,
Lopes, A. Soares · 18, 19, 20, 21, 94
Lopes, Carlos · 35, 39, 40, 41, 47, 48,
55, 56, 74
Lopes, Nelson C. · 79

M

MacQueen, Norie · 16, 17, 18
Mandinga, Nado · 76
Mané, Ansumane · 3, 18, 57, 72, 75, 82,
83
Marques, A. H. de Oliveira · 14, 17, 18
M'Bitna, Fore · 75
Mendy, François K. · 25
Mendy, Peter K. · 43
Moreira, Adriano · 55
Mosca, Joaquim · 33

N

Na Waie, Tagme · 72, 84
Nandigna, Adiato · 72
Nhamadjo, Serifo · 20, 72
N'Krumah, Kwane · 30

Nóbrega, Álvaro · 35, 40, 41, 42, 51, 83, 85

Nogueira, Franco · 15

O

Oramas, Oscar · 38

O'Reagan, Davin · 83, 86, 90, 91

Osório, Magalhães · 33

P

Pã, Viriato · 44, 41, 43, 44, 47, 75, 84

Pelissier, René · 31

Pereia, D. Simões · 94

Pereira, Aristides · 30, 31, 32, 33, 37, 38

Pereira, Raimundo · 20, 72

Piepoli, Sousa I. G. F. · 78

Pina, Robalo de · 84

Pinto, A. Costa · 15, 16, 18

Pinto, Eduardo · 37

Pinto, Jorge · 91, 93

Pires, Carmelita · 90

Proença, Carlos, S. · 46

Proença, Helder · 88

Q

Quintino, João · 64

Quivy, Raymond · 23

R

Ramos, M^a da Luz · 30

Ramos, Passos · 33

Raupp, Fabiano · 22

Richardson, R. Jerry · 22

Rodrigues, A. Simões · 14, 16

Roque, Silvia M. · 92, 93

Rosa, Henrique · 19, 72

Rosseau, A. · *Consulte*

Rowley, Anthony · 15

Rudebeck, Lars · 53, 62, 63

S

Salazar, A. Oliveira · 15, 16

Salgado, André et all · 93

Sambu, M'Bana · 75

Sangreman, Carlos · 46, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 96

Sanha, M. Bacai · 18, 19, 72, 81

Santos, A. Almeida · 25

Santos, José Eduardo · 95

Schwarz, José C. · 43

Seabra, Veríssimo C. · 72, 84

Seck, Abdulai · 37

Semedo, Rui J. · 75

Senghor, A. Diamacoune · 84

Silva, A. Eduardo · 18, 42

Silva, F. Delfim · 40, 41, 43, 44, 47, 75, 84

Silva, Francisco H. · 46, 57, 86

Silva, João da · 75

Silva, Luís da · 32

Silva, Pereira da · 33

Sousa, Julião S. · 19, 20, 25, 26, 32, 33, 34, 37, 38, 42, 44, 52, 77, 78, 79, 80, 82, 92, 93

T

Techuto, Bubo Na · 20, 72

Teixeira, ricardino · 59, 60, 63, 64, 78

Teixeira, Rui A. · 25, 26, 33

Thompson, Peter · 83, 86, 90, 91

Touré, Sekou · 34, 85

Turé, Momo · 37

V

Van-Dunen, Candido P. S. · 81

Vaz, H. Sanches · 36

Viegas, Catarina · 76

Vieira, Nino · 18, 19, 20, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 49, 52, 57, 59, 72, 75, 77, 82, 85, 88, 92, 95

Vieira, Osvaldo · 37, 38

Vieira, Quintino · 33

W

Walna, Daba Na · 83
 Watna · 36, 38
 Wilson, Woodrow · 14

Y

Yalá, Kumba · 18, 19, 52, 72, 76, 77, ,
 83

Z

Zeppelius, Reinhold · 45
 Zeverino, G. J. R. · 18, 19, 52, 72, 76,
 77, 83

Apêndices

APÊNDICE I

ENTREVISTA 1

Queira-se apresentar por favor?

Julião Soares Sousa, historiador e investigador guineense, no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra; Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Mestre em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Doutorado em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra.

Como descreve a situação sociopolítica, económica e militar atual da Guiné-Bissau?

É uma situação de caos e desordem totais em que ninguém manda em ninguém e ninguém tem autoridade sobre ninguém, mesmo o Estado. Isso acarreta e tem acarretado enormes e incalculáveis prejuízos aos povos da Guiné. Mas também é uma situação que traz alguma esperança em relação ao futuro, depois destas eleições legislativas e presidenciais. A consolidação dessa esperança dependerá, fundamentalmente, da forma como as novas autoridades encarrarem os desafios da governação que se vão impor nos próximos tempos.

Considera o estado guineense como um estado falhado? E a quem se pode responsabilizar este falhanço?

Depende um pouco das perspetivas. Há quem a considere um Estado falhado, um Estado em colapso, um Estado frágil e um Narco-Estado emergente. Bom, na nossa perspetiva estes conceitos que por vezes são associados à situação periclitante da Guiné são sinónimas, pois uma conduz ou pode ser uma consequência natural de/da(s) outra(s). Por exemplo, uma situação de falhanço ou de colapso pode conduzir inapelavelmente a fenómenos relacionados com o crime organizado nacional e transnacional. Portanto, dentro desta lógica podemos dizer que se confundem. Em todo o caso, todas conduzem a uma situação em que o Estado fica esvaziado do seu conteúdo programático e impossibilitado de cumprir com as suas obrigações e fica refém de grupos mais ou menos organizados e cujo intuito é manter a situação de caos e de desordem com o único objetivo de servirem os seus interesses ocultos e perversos. Os

responsáveis são esses grupos que atuam nas estruturas do poder ou fora dele, mas que têm grande capacidade de ação e de destruição. Em última análise, é alguma classe política associada ou não à classe castrense.

Durante a luta pela independência, o povo ambicionava a liberdade, o processo e o desenvolvimento para uma vida melhor. E hoje temos a independência mas perdemos o processo, o desenvolvimento e a paz. Na sua opinião, quem é a causa dessa instabilidade toda?

Repare, o que nós temos assistido no nosso país é uma luta pelo controlo do poder no interior da classe política, pelos benefícios que isso traz em termos de enriquecimento ilícito. A partir do momento em que classe castrense chegou a conclusão que o fenómeno de enriquecimento ilícito advinha do controlo do poder e da sua manipulação partiram também para essa luta pelo controlo do poder. Mas na génese está sem sombra de dúvida a perversão moral da nossa classe política. Essa lógica das lutas pelo poder, que tem descurado questões importantes como o desenvolvimento, a elevação do nível de vida dos nossos povos e a estabilidade está associado, já o tenho dito vezes sem conta, ao facto de o Estado ser a única e exclusiva grande empresa empregadora do nosso país e, por conseguinte, fonte de lutas encarniçadas pelo seu controlo e, por essa via, dos magros recursos que vai gerando.

Face a resposta, qual o papel dos partidos, dos militares e da sociedade civil?

Pode-se questionar naturalmente o papel dos partidos, dos militares e da própria sociedade civil. Uns por ação deliberada e outros por omissão voluntária ou involuntária.

Há ou não uma falta de liderança no país?

Evidentemente que há. Esse é um grande vazio que é necessário preencher urgentemente. Mas, a liderança não é um ato gratuito: quero, posso e mando. Para mandar e ser reconhecido como tal é preciso ter autoridade e legitimidade para isso. O indivíduo que aspira a um lugar desses deve ser também ímpoluto e moralmente acima de quaisquer suspeitas.

Quais são os maiores problemas que impedem ou inviabilizam o normal funcionamento das instituições?

Um dos maiores problemas quanto a mim é a incapacidade das lideranças em criar instituições credíveis. Você não pode criar instituições que se quer credíveis, mas assentes em

bases falsas ou frágeis com muito analfabetos e com muitos problemas morais por resolver. Por exemplo, se não é capaz de pagar um salário condigno e atempado às pessoas que trabalham nessas instituições, ou quando você que dirige não é uma pessoa séria e rouba descaradamente os magros recursos do Estado a vista de todos.

A falta de uma sociedade civil ativa e crítica favorece a ausência da autoridade do estado e a impunidade dos militares?

Claro que sim. É também uma grande lacuna que é necessário preencher. Tem havido muitos progressos no nosso país a esse respeito. Em algumas nações, onde a sociedade civil é ativa e consciente, você não engana ninguém, não rouba dinheiro do Estado para resolver problemas da sua família e da sua vida particular e muito menos tentar sobrepor-se ao Estado. Todo o mundo está vigilante e preparado para vir a terreiro defender o Estado, preservar e reforçar as suas funções.

Para si, o problema resulta dos conflitos étnicos, lutas partidárias ou da falta de um exército coeso e disciplinado?

Para mim o problema coloca-se ainda a nível das lutas político-partidárias, mas também da falta de uma coesão interna a nível das nossas forças armadas que já deviam ser republicanas. Claro que, pouco a pouco, também se tem notado uma tendência para introduzir um novo elemento que é o carácter étnico. Mas está ainda muito longe de ganhar a verdadeira dimensão que alguns pretendem.

O projeto “La Grand Guiné” ambicionado por Sekou Touré mas resumido por Amílcar Cabral favorece ou não a disputa de interesses externas (Senegal, França, Guiné Conacri) na instabilidade da Guiné-Bissau?

Tem-se falado muito do projeto da “Grande Guiné”, associando-o inclusivamente a ideia que teria Estado no assassinato de Amílcar Cabral a 20 de Janeiro de 1973. Não creio que isso tivesse tido alguma influência nisso, até porque quem aceita ou admitia a unidade Guiné e Cabo Verde, também aceitaria o projeto da “Grande Guiné”. Essas ideias germinaram no quadro de um contexto político africano em que a unidade era moda. Agora as disputas geoestratégicas ou até geopolíticas essas sempre existiram entre o Senegal, a Guiné Conacri, a França e até Portugal, independentemente desse grande projeto de que fala.

Como avalia a atuação da CEDEAO na resolução do conflito Guineense?

A CEDEAO tentou, à sua maneira, resolver a situação adveniente com o golpe de 12 de Abril de 2012, impondo um *status quo* que na prática acabou por legitimar o golpe, criando um grave precedente. Para mim, foi uma situação francamente negativa, mas que está a ser ultrapassada. Devo acrescentar que esta situação advém do facto de hoje os países integrarem, simultaneamente, várias organizações regionais e continentais ou pluricontinentais, o que acarreta a perda parcial/total da soberania.

E a CPLP tem ajudado ou faz um alinhamento partidário e ideológico com a PAIGC?

Não creio que a CPLP, como uma organização supranacional, se prestasse a esse papel. Estou em crer que foi fundada para respeitar a legalidade. É isso que entendo que tem feito no quadro da resolução das crises da Guiné-Bissau.

A ONU e os EUA têm, na sua opinião, ajudado ou facilitado os interesses da França naquela zona?

Também não creio que essas duas organizações tenham ajudado ou facilitado os interesses da França na região ou sub-região. Antes de mais devemos questionar as nossas próprias iniciativas em defesa dos nossos próprios interesses essenciais como país inserido na comunidade internacional. Nesse aspeto temos falhado em todas as dimensões. Mas, a culpa é só nossa.

O apoio de Angola na formação de um exército regular e de novos oficiais superiores deu origem a um novo golpe e a expulsão da missão da Guiné. Recentemente registou-se o caso TAP. Estes incidentes não desacreditam a imagem da Guiné-Bissau?

Claro que os incidentes, quaisquer que eles sejam desacreditam, quando somos nós mesmos a assinar os acordos sem nenhuma coação e depois não os cumprimos. Fica mal. Os acordos só devem ser postos em causa e denunciados quando ferem a nossa dignidade ou são contrários aos nossos interesses como país. Mas existem sempre mecanismos legais para mover essa denúncia. Nós devemos começar a pensar antes de agir, antes de fazer os acordos. Devemos recrutar especialistas nossos para que sejam eles a fazerem estudos e avaliações sobre os acordos. É isso que dignifica um país e lhe confere respeito na arena internacional.

Sendo o PAIGC um partido histórico, um partido de estado, como define o seu percurso nos últimos 30 anos e como vê o seu desempenho na renovação de quadros?

O PAIGC tem passado por grandes convulsões internas nas últimas décadas. Muita luta pelo poder, muitos vícios. Tem recrutado também a pior estirpe de quadros viciados em intrigas palacianas e todo o tipo de jogos e que não têm olhado a meios para atingir determinados fins. Só agora se começa a vislumbrar alguma luz ao fundo do túnel, mas ainda há muito caminho por percorrer para que a renovação atinja de facto a coluna vertebral do partido histórico. Há sempre resistências silenciosas, dissimuladas e por vezes abertas, mas acredito que haverá bom senso em deixar prevalecer a renovação, salutar para imprimir uma nova dinâmica que seria benéfica para o país e para a estabilidade das instituições políticas na Guiné-Bissau.

Como vê o futuro da Guiné face à conjuntura atual?

Não há hoje nenhum guineense que não esteja confiante no futuro da Guiné-Bissau. Penso que com estas eleições e as profundas transformações que o país e as suas instituições político-partidárias estão a experimentar nada impedirá que se dê o salto positivo em direção ao progresso e bem-estar almejado por todos.

Na sua opinião, serão os militares os principais culpados pelos sucessivos golpes de estado?

Não me parece que os militares sejam os principais culpados pelos sucessivos golpes ainda que sejam os únicos que têm na sua posse as armas e condições para fazerem os golpes. Na verdade tem havido mais golpes políticos do que militares. As lutas pelo poder dentro do sistema político têm sido a desgraça do nosso país. E nisso a classe política tem tido uma certa cota de responsabilidade. Claro que depois é fácil arranjar “bode expiatório”.

E qual é o papel da diáspora, têm espaço político? Terão alguma influência na instabilidade interna?

Claro que a diáspora deve ter uma palavra a dizer em tudo o que diga respeito ao nosso país e à estabilidade das suas instituições políticas. É um número importantíssimo que deveria ter uma outra leitura do ponto de vista sociológico e até político que ultrapasse uma simples leitura numérica. O nosso país só avançara se um dia contar com os que estão fora. Será da aliança entre os que estão dentro e os que estão fora que o país conseguirá suplantar as suas eternas adversidades internas. Ora é preciso que interna (na Guiné-Bissau) e externamente (na diáspora) os nossos compatriotas comecem a ganhar essa consciência sociológica e transformá-la positivamente do ponto de vista político.

Os guineenses têm o país que merecem? Amílcar Cabral ainda é o ícone de unidade nacional ou somos um país perdido?

Temos o país que muitos péssimos filhos da nossa terra querem que tenhamos, mas não vamos baixar os braços. Devemos continuar a resistir e a lutar pelo país em que verdadeiramente acreditamos. Devemos reunir-nos em torno da grande figura que foi Amílcar Cabral, nas suas ideias de modo a recuperarmos a autoestima nacional. A Guiné está longe de ser um país perdido.

O que se pode esperar destas eleições? Só mais uma ou finalmente o início de uma nova etapa para a Guiné-Bissau?

Devemos esperar que elas sejam apenas um pequeno passo para a resolução de todos os nossos holísticos problemas. É preciso fazer mais: reformar a Constituição; reformas em todos os sectores; criar condições para que haja maior coesão interna; pacificar a sociedade guineense, etc, etc. Essas eleições podem ser o início de uma nova etapa, mas não será certamente fácil enquanto não tivermos uma só ideia na nossa cabeça: a defesa intransigente dos interesses dos nossos povos e da nossa terra e a colocação dos interesses nacionais acima dos interesses pessoais, de grupo ou de classe.

APÊNDICE II

ENTREVISTA 2

Queira por favor apresentar-se?

Sou um simples cidadão, mas também um cosmopolita militante, na medida em que acredito piamente na universalidade das coisas e dos processos. Nasci no início da década de 60, do século passado, e já vivi o suficiente, creio eu, para me considerar alguém que entende minimamente os meandros através dos quais se estabelecem as dinâmicas várias da vida e das sociedades. Tenho, contudo, a agudeza da consciência de que é no estudo e na promoção do saber e da instrução permanente que reside a chave da dilucidação do nosso meio envolvente. Talvez, por isso mesmo, tenha dedicado parte considerável da minha já longa vida ao ensino e ao estudo ou, se quiser ao estudo e ao ensino, tanto é que só aprendemos se partilharmos o pouco ou o muito que aprendemos e só ensinamos, verdadeiramente, quando somos portadores de um grande sentido de partilha.

De resto, tive a sorte de pertencer a uma família urbana, protestante, da classe média-alta, que me incutiu rígidos valores éticos e de justiça que, *mutatis mutandi*, explicam consideravelmente o que hoje sou, os valores que defendo e os posicionamentos que perfilho. É essa educação rígida que também explica, para o bem e para o mal, o meu exaltante processo de socialização, pois tive o privilégio de vivenciar momentos únicos como a luta de libertação e o advento da independência do meu país.

Olhando para a minha vida, até hoje e, se pudesse voltar para trás, corrigiria certamente imensos erros cometidos, isto tudo, apesar de também me orgulhar, aqui e acolá, da minha trajetória, pois os fracassos e os sucessos foram arrancados com sacrifício consentido e tenaz labor, afinal, o preço da aprendizagem, tanto é que nem sempre as coisas correram de feição para o meu lado, como em geral acontece, aliás, com o comum dos mortais. Em suma, também provei já, em variadíssimas circunstâncias, o amargo do fel. Afinal, não existe amadurecimento sem dor.

Como descreve a situação sociopolítica, económica e militar atual da Guiné-Bissau?

Apesar da gravidade da situação, encaro-a com a naturalidade própria que um processo de reconfiguração social e política normalmente acarreta. Essa situação não é exclusiva da Guiné-Bissau, existiu e ainda existe. Ao longo da História, sobretudo a moderna e a

contemporânea, assistimos a imensos casos similares, embora cada caso seja um caso. Na generalidade dos casos, são períodos e processos caracterizados por um lento processo de transfiguração de valores socialmente eleitos, acompanhados os mesmos de fenómenos tais como a utilização da violência, cíclica ou conjuntural, ao que igualmente acresce a detioração dos valores simbólicos das instituições. Em suma, são períodos e processos caracterizados por convulsões sociais e políticos que dão a ideia do absurdo e do caos, tal a amplitude das transformações que engendram tanto no tecido social como no sector produtivo e ainda nos fundamentos políticos unitários.

No caso da Guiné-Bissau, a presente crise de reconfiguração política e social surgiu na sequência de uma luta de libertação nacional extremamente violenta, apesar de bem-sucedida. Ocorre também que apesar de a luta de libertação ter lançado os gérmenes da nação, acabou por revelar-se insuficiente, pelo menos por ora, para congregar as diversas pertenças identitárias (inclusivamente as étnicas) e os diversos projetos de emersão social e política em propósitos unitários indispensáveis a paz, a estabilidade e ao desenvolvimento, dando claramente a ideia da necessidade de um maior período de interação e de uma maior comunhão de propósitos, não apenas em função de processos que resultam de processos de partilha do atual território da Guiné-Bissau, mas fundamentalmente baseadas em pressupostos unitários fundados s num maior adensamento global do sentido da nação, resultante este último, hipoteticamente, da diluição dos diferentes sectarismos e de projetos identitários em torno de Estado Nacional forte. Por outras palavras, dir-se-ia que o desejável era que as identidades particulares pudessem subsistir e até reforçar-se, conquanto não sufoquem e não enfraqueçam a identidade nacional.

Feliz ou infelizmente, não são os decretos-leis, nem as eleições democráticas ou ainda a boa vontade dos homens que podem, por si sós, inverter este estado de coisas, apesar de serem importantes fatores de catalisação nesse sentido. A comunhão de propósitos almejada, só se alcançara, pelo menos em níveis desejáveis quando, esses fatores catalíticos forem capazes de configurarem, cumulativamente, uma real e geral melhoria das condições de vida, traduzida a mesma na criação de condições que favoreçam uma maior mobilidade social e a efetividade do princípio constitucional de igualdade de oportunidades. Da Educação à Saúde e desta a outros sectores que legitimamente requerem uma cada vez melhor satisfação das necessidades básicas, é inadiável a necessidade de maiores e mais racionais investimentos. Em suma, isso só será possível quando se criarem as condições necessárias a um pleno resgate da

administração do Estado e do próprio Estado, ambos atualmente reféns por parte de forças em presença que, sub-repticiamente, se digladiam pelo seu controlo.

É justamente isso que explica, a meu ver, o grande e o já longo ciclo de instabilidade na Guiné-Bissau, com o seu cortejo de golpes de Estado e contragolpes, “inventonas”, rixas e tricas políticas, quezílias institucionais, assassinatos políticos seletivos, ao que acresce, claro está, a subversão da Democracia, o disfuncionamento dos serviços da Justiça, da Educação, da Saúde, o desmantelamento do sector produtivo, a corrupção, a incapacidade do Estado de cumprir com as mais elementares obrigações, em suma, a quase inexistência do Estado.

Contudo, há sinais positivos de que este ciclo esteja já a aproximar-se, gradualmente, do seu ponto de inflexão, à semelhança, aliás, do que aconteceu historicamente com outros casos similares, onde se experimentou igualmente um duro processo de reconfiguração política e social. A própria comunidade internacional parece disso ter dado conta e já não trata o caso da Guiné-Bissau com as habituais fórmulas estandardizadas com que, em geral, trata os países em situação de conflito ou pós-conflito. Há também a registar positivamente uma tímida transição geracional em que, timidamente embora, as novas gerações vem assumindo, sem complexos, a gestão do país.

Há ainda a realidade incontornável, encorajador a todos os títulos, de a Guiné-Bissau possuir, aqui e acolá, imensos quadros altamente qualificados, para além de uma população extremamente jovem e ainda as potencialidades todas (económicas, sobretudo) para ser internamente um país perfeitamente normal e, no concerto das nações, inverter a má imagem de Sem-Estado ou a de um Não-Estado ou ainda a de um Estado-Pária ou a de um Narco-Estado. Por parte de guineenses, faltava (e ainda falta, em certo sentido) a consciência e a crença nisso tudo, designadamente, junto da classe política. Essa situação, felizmente, começa já a dar sinais de uma notável retração, principalmente porque os guineenses em geral, sobretudo os da nova geração, aspiram com a normalização e a modernização da sociedade guineense. Se esta tendência se acentuar, creio bem, essa consciência e essa crença poderão rapidamente transformar-se fatores catalíticos adicionais para a reversão do atual estado de coisas.

Quanto aos militares, os mesmos têm sido injustiçados em juízos de valor que, infelizmente, denotam o desconhecimento da realidade política vertente na Guiné-Bissau. É verdade que um certo sector castrense prestou-se também a práticas corrosivas ao bom nome do país, interna e externamente, mas não é menos verdade que essas práticas atentatórias sejam

igualmente transversais a toda a sociedade. Aliás, as contantes acusações segundo as quais os militares possuem uma propensão de intromissão em assuntos de foro governativo, paradoxalmente, explicam-se também pelo prolongamento das rixas e tricas políticas até aos quartéis, mas situando-se sempre o epicentro dos *complôs*, na maior parte dos casos, na esfera do poder político ou nos círculos próximos daqueles que ambicionam guindar-se ao seu controlo.

Considera o estado guineense um estado falhado? E a quem podemos responsabilizar este falhanço?

Grosso modo, assistimos, nos últimos cinquenta anos, a uma profusão de conceitos relativamente aos Estados africanos em dificuldades. O conceito de “Estado falhado” é mais um para a coleção e vale o que vale. Toda a África era considerada Terceiro Mundo ou Países em vias de Desenvolvimento, consoante as apetências ideológicas do classificador. A seguir assistimos também, mesmo ao nível da produção intelectual, a classificativas que de referiam vagamente aos países africanos como sendo África Negra, Subsarianos ou Países ao Sul do Sara. Depois, mais recentemente, sobrevieram conceitos como Países Menos Avançados, Estados Falhados ou ainda Estados Frágeis.

Portanto, o que se nota é que esses conceitos, apesar de aparentemente apenas possuírem uma motivação classificatória, não deixam também de dar a ideia de uma certa má imagem de África e dos africanos, aos olhos de Outros. Apesar de África ter mudado substancialmente no que tange a sua inserção no concerto das nações, sintomaticamente, os novos conceitos emergente, portanto, substitutos caíram já caíram em desuso, invariavelmente, apenas revelam um esforço eufemístico quanto a forma de sua projeção, não se conseguindo, na generalidade dos casos, escamotear a imagem depreciativa que os Outros possuem de África e dos africanos.

Vale a pena, pois, um exercício de questionamento do conceito “Estados Falhado” que aqui coibimos de fazer. Mas podíamos aqui multiplicar-nos em questionamentos vários para apenas aferir que o leque interpretativo do conceito enquanto tal, tal como o de seus predecessores, presta-se a um infinito sincretismo interpretativo. Ocorre ainda a contingência de a expressão “falhado” dar a ideia de uma total irreversibilidade, ou seja, falhado” uma vez, falhado para sempre, facto esse que refutamos de todo, não apenas por ser castrador da nossa legítima esperança de construção da Nação de paz e de progresso, mas também porque sabemos que muitos dos atuais países desenvolvidos são altamente tributários de unidades

políticas que, na Idade Média ou no período Moderno e/ou Contemporâneo, eram caracterizados como sendo de profundas convulsões políticas e sociais, sem que em nenhum momento tivessem sido apodados, pelo menos pela historiografia Ocidental, como sendo “falhados”. Dois pesos e duas medidas? Julgamos que sim. Por isso, não só refuto energicamente o conceito de “Estado falhado” como igualmente abomino a sua injusta aplicação ao caso guineense, apesar de reconhecer que o Estado guineense, provavelmente em razão do profundo processo de reconfiguração política e social a que já nos referimos, não cumpre ainda, no essencial, com as funções vitais de um Estado, apresentando aqui e acolá debilidades várias, em quase todos os sectores da vida nacional.

Quanto aos culpados da situação em que nos encontramos, não adianta muito procurarmos, através de pseudoteorias de conspiração, a parte que nisso tudo cabe ao colonialismo ou a injusta ordem económica internacional. Também não subscrevo asserções que atribuem ao PAIGC toda a sorte de culpas, as reais e as imaginárias. A culpa é nossa e é coletiva, na medida em que também não adianta muito o exercício de atirmos sempre a culpa aos outros, quando esse “outro” não é senão nós mesmos. Aliás, a tarefa de resgate do nosso Estado, assim como a da imposição Imperio da Lei, da Ordem e do Progresso é, por maioria de razão, nossa.

Durante a luta pela independência, o povo ambicionava a liberdade, o progresso e o desenvolvimento para uma vida melhor. Hoje, conquistou-se a independência mas perdeu-se o progresso, o desenvolvimento e a paz. Na sua opinião, qual é a causa dessa instabilidade toda?

Podemos encontrar algumas pistas de resposta nalgumas asserções já feitas no âmbito desta entrevista. Seria fastidioso aqui procurar esboçar uma resposta suficientemente elaborada, mas posso assegurar-lhe, em resumo, que uma das grandes contradições da luta armada, com todo o seu arsenal ideológico de luta pela dignidade humana e pela independência, acabou paradoxalmente por ignorar e mesmo reprimir as historicidades anteriores a luta de libertação e a construção do Estado Nacional. Resultado: essas historicidades interpelam-nos hoje sem que sejamos capazes de entender as motivações e muito menos equacionar as soluções.

Outrossim, a luta de libertação da Guiné-Bissau ocorreu um período em que os nacionalismos assumiram a forma organizativa de movimentos de libertação, com a assunção clara de práticas e modelos marxizantes e mesmo marxistas, a exemplo dos princípios ideológicos como a unidade e luta, o centralismo democrático ou mesmo a democracia nacional

revolucionária. Tudo somado, estes e outros princípios, incluindo outros que aqui não menciono, objetivam a criação de um Homem Novo, para além de uma sociedade sem exploração do Homem pelo Homem e outras quimeras que não resistiram ao primeiro choque de novos paradigmas emergentes, gerando uma situação de caos ideológico e de um vazio que não se chegou propriamente a colmatar-se. Veja, por exemplo, a forma como a completa desagregação da economia estatizada (outra quimera então perfilhada pelos países chamados progressistas ou em vias de desenvolvimento) deu lugar a um vazio gritante em termos de gestão económica atual, caracterizada quase como uma não-economia ou mesmo uma anti economia, em que até a classe dos empresários foi atabalhoadamente inventada, enfim, situação essa matizada com erros de opção sobre erros que até hoje condicionam negativamente o país!

Mergulhamo-nos depois, por quase uma década, a aplicar o Programa de Ajustamento Estrutural, com elevadíssimos custos para os sectores sociais e para o tecido produtivo nacional, para logo depois darmos conta que a eficácia do Programa em questão foi colocado em causa pelas próprias instituições financeiras nacionais que as promoviam, pelo que tivemos que dar uma guinada de 360 graus para nos adaptarmos ao novo paradigma assente em vantagens comparativas, como nova forma de atracção de investimentos e de criação de riqueza, caindo praticamente em saco roto todos os esforços de saneamento macroeconómico, onde até tínhamos feito progressos assinaláveis.

Dir-se-ia, aliás, que a ausência de pragmatismo e de realismo na gestão da coisa pública, associada a corrupção e ao uso da violência (sobretudo a chamada violência legítima), acabaram cumulativamente por propiciar as condições para que o país entrasse naquilo a que tenho chamado de reconfiguração político e social, matizado, também este ultimo, por uma guerra surda entre as elites (as tradicionais e as emergentes), não criando essas lutas fratricidas, consequentemente, nem espaço propício e nem condições de estabilidade suscetíveis de alavancar o desenvolvimento e a modernização.

Os sonhos e as miragens que serviram de “leitmotiv” a luta de libertação diluíram-se e os atores políticos revelaram-se incapazes de compreender e interpretar os novos tempos e os novos desafios. Porém, penso que a paz, o progresso e o desenvolvimento estão perfeitamente ao nosso alcance. Não os perdemos, tal como afirma. Adiamo-los somente. E não podemos permitir que nos impeçam de sonhar com etiquetas do tipo “estado falhado”. Afinal, é o sonho que comanda a vida, já o dizia o poeta.

Na sua opinião, que papel desempenha estes atores: partidos, militares e a sociedade civil?

Excetuando o caso da Sociedade Civil, creio que já me referi ao papel dos militares e, de alguma forma, ao dos partidos políticos. Começamos poio pela Sociedade Civil. A primeira nota é que a Sociedade Civil tem ou deveria ter um importante papel numa sociedade em que quase apenas se nota a presença do Estado nas cobranças ilícitas das autoridades. No caso da Guiné-Bissau, registou-se nas décadas de 80 e 90, do século passado, a uma verdadeira explosão do movimento da Sociedade Civil, com a aparição de milhares de associações e agrupamentos socioprofissionais, para além de ONG's mais ou menos bem estruturadas que tiveram um ativo em matéria de organização comunitária, promoção do desenvolvimento local e educação ambiental, Direitos Humanos, entre outros sectores.

Nos dias que correm, creio ser justo aferirmo-nos a implosão deste movimento da Sociedade Civil, não apenas porque são cada vez mais escassas as fontes de financiamento, mas fundamentalmente porque é evidente uma certa erosão do papel que na lhes era reservada, seja porque tornou-se cristalino a sua excessiva politização, prestando-se mesmo algumas ONG's a jogos de cintura políticos, baseadas em alianças contranaturas, seja porque algumas das organizações, mesmo as mais ativas ou mais representativas, não conseguiram esconder o facto de que, afinal, as ONG's também são um instrumento de garantia de interesses particulares, como de resto acontece com o próprio Estado.

Portanto, sou de opinião de que colocam-se, atualmente, sérios desafios de sobrevivência e mesmo da necessidade de redefinição do papel das organizações da Sociedade Civil, apesar de reconhecer o importante papel que poderiam desempenhar na presente conjuntura.

Há ou não uma falta de liderança no país?

No caso da Guiné-Bissau, antes de mais, é preciso fazer uma nítida distinção entre líderes e liderança. Líderes, vamos tendo muitos, aqui e acolá, mas lideranças, infelizmente, ainda não, entendendo-se este último como uma espécie de vários atributos que pudessem reunir num só governante, desde visão a autoridade, portanto, alguém com firmeza suficiente para resgatar na nossa sociedade os valores tais como a ordem, a organização e a disciplina, em suma, o primado da lei. Aliás, a falta de lideranças é d tal modo notória que, em desespero de causa, muito dos nossos compatriotas vêm advogando a necessidade de um Jerry Rawlings, fazendo paralelismo e alusão a forma musculada como o Ex-Presidente do Gana foi capaz de tirar o seu país do lamaçal.

Efetivamente, faltam-nos e têm-nos faltado lideranças esclarecidas na Guiné-Bissau. E veja que não é apenas porque a instabilidade e os golpes de Estado enraizaram no nosso sistema político, com nenhum Presidente ou Governo a conseguir completar os mandatos respetivos, mas essencialmente porque desde as primeiras eleições a esta parte que, em matéria de eleições, infelizmente, temos a pirâmide invertida, na medida em que, ou seja, as elites políticas e mesmo o eleitorado têm optado permanentemente pelo mal menor, num eterno exercício de suavização de ódios que, por seu turno, tem conduzido invariavelmente o país ao mais do mesmo, ou seja, a uma verdadeira situação de “venha o Diabo e escolha”, com a opção clara pelos piores candidatos e, conseqüentemente, o adiamento do país.

Numa entrevista à televisão cabo-verdiana, apelidou de “doutorzinhos” a nova elite política/castrense. Quer esclarecer?

Há aqui um equívoco que é necessário esclarecer: nunca apodei a elite política ou castrense de “doutorzinhos”. Estava, lembro-me bem, a dirigir umas farpas a uns chefes de Gabinete, por sinal, jovens e competentes, mas que amiúde prestavam-se a tarefa ingrata de defender publicamente o indefensável, em perfeito alinhamento com as asneiras do seu então Chefe. Apenas exteriorizei uma revolta, pois choca-me ver jovens promissores a viver à míngua e a venderem-se intelectualmente. E o diminutivo assentou-lhes bem no momento, pois não se admite que pessoas bem formadas, competentes e promissores sejam pau para toda a obra de um Chefe corrupto e, por cima, incompetente. É o calvário com que inúmeros quadros qualificados guineenses se confronta hoje e com o qual, infelizmente, alguns se conformam.

Quais são os maiores problemas que impedem ou inviabilizam o normal funcionamento das instituições?

As instituições nada mais são do que o conjunto de leis, de normas e de regulamentação diversa que constituem o seu aparato organizativo. A tudo isso associam-se os recursos humanos, o valar primordial das instituições, mas igualmente a experiência, o valor simbólico e efetivo da organização em matéria de prestação de serviço público.

Ora, no nosso país, feliz ou infelizmente, a administração do Estado está há anos votada ao abandono e entregue a si própria. Sendo as dotações orçamentais mais nominais que efetivos, está visto que um autêntico salve-se quem puder. Nada é escrutinado, nada ou quase nada é inspecionado e nada ou quase nada é auditado. Por exemplo, no sector da Justiça, onde impera a impunidade e a lei do mais forte, existem imensos processos acusados mas que não são julgados. E mesmo que tivessem sido julgados, não prisões dignos desse nome para reprimir e

dissuadir práticas atentatórias a dignidade e ao bom funcionamento das instituições. Consequências: as instituições públicas são pouco ou nada atrativas para os quadros qualificados; o pagamento de salários é a conta-gotas; as instituições sobrevivem como podem e, pior ainda, a noção de serviço público é permanentemente relegada a um plano secundário, em face de taxas e impostos ilícitos que os funcionários cobram quase que coercivamente, mas sem garantia de prestação de um serviço de qualidade. Eis, em traços largos, a situação delicada do estado em que se encontram as nossas instituições.

Será que a falta de uma Sociedade Civil ativa e crítica favorece a ausência da autoridade do Estado e a impunidade dos militares?

Claramente. O desejável não é apenas uma Sociedade Civil ativa, mas igualmente politicamente descomprometida com os jogos de poder, de modo a que possa eticamente apresentar-se, perante as autoridades públicas, como o porta-estandarte credível e o fiel da balança no processo de intermediação entre o Estado e as aspirações dos sem voz e das comunidades que representam. Infelizmente, pelas razões que já aduzimos, a Sociedade Civil da Guiné-Bissau vem perdendo, paulatinamente, este importante capital social.

Para si, os problemas atuais resultam de conflitos étnicos, lutas partidárias ou da falta de um Exército coeso e disciplinado?

Os problemas atuais resultam de tudo isso e não só. A compreensão da nossa crise atual, que é simultaneamente estrutural e conjuntural, portanto, complexa, requer que analisemos as várias dimensões da mesma. Mesmo as suas causas bifurcam-se entre as que poderíamos considerar remotas e imediatas, na medida em que há passivos de historicidades anteriores, mesmo os anteriores a luta de libertação, que em muito ajudam a compreender a nossa crise atual. A compreensão das dinâmicas étnicas hoje em curso, por exemplo, tem necessariamente que ser entendidas na esteira da historicidade dos grandes Impérios Africanos da nossa região africana, mas também na ótica da História demográfica do atual território da Guiné-Bissau, sem esquecer ainda as intersecções dessas dinâmicas com o sistema colonial e a sua projeção na luta de libertação nacional, esta última considerada como a pedra de toque, pela importância intrínseca de se reveste, enquanto polo dinamizador do projeto unitário e ponto de partida para a construção do Estado Nacional.

Com efeito, outras dimensões têm que ser aquilatadas, mormente a sociologia das dinâmicas partidárias em contexto da nossa jovem democracia e, entre outros aspetos, a não menos importante compreensão do alcance da geopolítica e da geoestratégia em que estamos

inseridos atualmente inseridos atualmente, sob pena de sermos redutores ao considerar apenas os conflitos étnicos, as lutas partidárias ou os problema das Forças armadas como os responsáveis diretos e grandiloquentes da nossa crise atual.

O projeto “La Grand Guinée” ambicionado por Sékou Touré mas resumido por Amílcar Cabral favorece ou não a disputa de interesses externos (Senegal, França, Guiné Conacri) na instabilidade da Guiné-Bissau?

Há muito que o projeto “La Grand Guinée”, perfilhado por Sékou Touré, caiu em desuso. E caiu não apenas pela megalomania do seu mentor, mas também pela impossibilidade prática de sua materialização. Não há dúvidas que a Guiné-Bissau possui e mantém relações históricas com os países vizinhos, nomeadamente, com o Senegal e a República da Guiné. Mas essas relações históricas, por si só, revelaram-se insuficientes, por si só, para alimentar projetos unitários mais alargados, a exemplo do fracassado projeto de unidade da Guiné e Cabo Verde, do Senegal com o Mali ou da Gâmbia com o Senegal, apenas para ilustrar alguns exemplos de projetos afins que fracassaram. Os propósitos unitários que presidiram a criação da OUA e que ainda alimentam hoje o sonho de um eventual Estados Unidos de África, através da União Africana, feliz ou infelizmente, esbaram-se fortemente com as fronteiras herdadas do período colonial e com uma série de outros interesses particulares dos próprios Estados africanos.

É evidente que a historicidade que nos uniu no passado aos países vizinhos funciona, para o bem e para mal, como um importante elo de ligação entre nós e eles. Mas elas hoje já não explicam, nem de perto nem de longe, a teia de interesses particulares de cada um dos desses Estados, nomeadamente a Guiné-Bissau. Hoje em dia, em matéria de interesses, fala muito mais alto a geopolítica e a geoestratégia das relações internacionais em que cada um dos Estados se insere. E não creio que o problema crónico de instabilidade com que a Guiné-Bissau se confronta se deva a ações de desestabilização ligadas a interesses particulares dos nossos vizinhos. Creio sim que precisamos, à semelhança do que fizeram e fazem, de definirmos claramente os nossos interesses estratégicos, com um equivalente conceito nacional de defesa nacional para então, lá onde for possível e desejável, utilizarmos a nossa diplomacia e a nossa capacidade de dissuasão e persuasão. Creio até que uma cooperação nesses moldes é desejável e é salutar ao nível da nossa Sub-região.

Como avalia a atuação da CEDEAO na resolução do conflito Guineense?

Vejo-a com a naturalidade própria de quem entende perfeitamente de que é ao nível da CEDEAO que temos de direccionar as nossas articulações fundamentais, não apenas em razão da História comum, mas também em função da proximidade geográfica, da similitude de problemas e, sobretudo, do alto potencial de complementaridade de que devemos e podemos tirar partido.

Pese embora o facto de a atuação da CEDEAO se ter caracterizado, aqui e acolá, por solavancos e ziguezagues próprios de interesses particulares de alguns dos Estados-membros, por vezes mesmo em contracorrente com os princípios e práticas internacionais comuns, pensamos que a CEDEAO, no geral, acabou por conduzir a bom porto o último processo de transição na Guiné-Bissau. O poder não caiu na rua e as instituições, frágeis embora, foram capazes de manter e consumir uma agenda de retoma da ordem constitucional democrática, através da realização de eleições legislativas e presidenciais, consideradas livres, justas e transparentes.

E a CPLP tem ajudado ou faz um alinhamento partidário e ideológico com o PAIGC?

Não creio. Segundo julgo conhecer da CPLP, não é a sua vocação o alinhamento com partidos políticos de qualquer um dos Estados-membros. O que aconteceu não pode ser interpretado como um alinhamento político com o PAIGC. E o que aconteceu é que a CPLP, aquando do último golpe de Estado, condenou o ato e exigiu o retorno à ordem constitucional e, também, o retorno ao poder dos titulares legitimados por eleições democráticas. É normal que a CPLP assim se tenha posicionado desta maneira. É uma questão de princípio.

Agora, podemos não concordar com um mero posicionamento de princípio por parte da CPLP e isso é uma outra questão. Por exemplo, sou dos que perfilham a ideia de que a CPLP devia e podia, preventivamente, ter ido mais longe, até para não aparecer depois, após o caldo entornado, a condenar e repetir até a exaustão apenas aos princípios da legalidade internacional. A CPLP conhecia ou devia conhecer as fragilidades endémicas da Guiné-Bissau, sempre em situação de pós conflito e em permanente transição política para a ordem constitucional. Para tal, tinha que ter um escritório credenciado e devidamente mandatado para monitorizar “in loco” a evolução da situação. Estamos em crer que a presença da CPLP na Guiné-Bissau, por si só, seria não só um factor de dissuasão de tentativas de alteração violenta da ordem constitucional estabelecida, mas também fator de dissuasão por parte dos legítimos titulares relativamente a situações de abuso de poder e mesmo de alteração administrativa da ordem constitucional, como aconteceu, por exemplo, com o último chefe do

Governo e com o Presidente da República interino, acabando essa situação, aliás, por ameaçar a justiça eleitoral e por provocar o golpe de Estado militar que se lhe seguiu.

Tenho para mim, e é dado assente, que golpes de Estado não se fazem apenas com armas. Há-os também através de manigâncias administrativas. É preciso inscrever no ordenamento jurídico internacional a ilegalidade das alterações da ordem constitucional por via administrativa, bem como a sua condenação e atuação. É necessário até que se declare também – à semelhança do que se fez com situações de golpes de Estado por força – a tolerância zero a esse tipo de golpes de Estado. Afinal, ambos os malabarismos são antidemocráticos e abrem precedentes de igual gravidade relativamente ao funcionamento normal das instituições democráticas.

Finalmente, penso que CPLP era um projeto que tinha tudo para dar certo, pese embora as façanhas dos seus Estados membros, sobretudo os três mais influentes, que se digladiam diplomaticamente para aí terem um maior protagonismo e preponderância. Por ora, julgo também que a CPLP seja ainda uma miragem, com fragilidades de todo o tipo, inclusivamente as organizacionais e que, apesar disso, justifica-se plenamente a sua existência, até para que se possa continuar a equacionar os melhores momentos e meios para a uma objetivação dos seus propósitos nobres. Porém, receio que a suspensão da Guiné-Bissau, na sequência do último golpe de Estado, tenha cavado um profundo fosso nas aspirações e expectativas dos guineenses relativamente a CPLP. Aliás, quem cobriu consideravelmente as lacunas ocasionadas por essa espécie de lar as mãos por parte da CPLP foi justamente a CEDEAO e outras organizações sub-regionais que, quer se queira quer não, aproximaram o país com a CEDEAO, durante esta última fase de transição.

A ONU e os EUA têm, na sua opinião, ajudado ou facilitado os interesses da França naquela zona?

Não creio. A ONU é uma organização multilateral e não possui a vocação de projetar interesses ou tomar partido por interesses particulares de país A, B ou C. É verdade que a ONU é amiúde instrumentalizada por países mais desenvolvidos, sobretudo os que possuem o poder de veto. Mas também não é menos verdade que os grupos de países menos desenvolvidos, às vezes, juntam-se em torno de posições que acabam por vincar. Mas isso são jogos diplomáticos complexos e nada têm a ver com eventuais interesses que a França tem na África Ocidental. Por parte da França, existem, efetivamente, interesses. Seria ridículo pensar-se o contrário. Mas relativamente ao caso da Guiné-Bissau os interesses da França são

tão empolados a ponto de ficar-se com a ideia de que o território da Guiné-Bissau é, estrategicamente, vital para a França ou que temos incomensuráveis riquezas naturais que são ou podem ser objeto de cobiça por parte da França. Nada mais absurdo!

O apoio de Angola na formação de um Exército regular e de novos oficiais superiores deu origem a um novo golpe e a expulsão da missão da Guiné. Recentemente registou-se o caso TAP. Estes incidentes não desacreditam a imagem da Guiné-Bissau?

Não creio que foi o apoio de Angola a razão do golpe. Aliás, a missão angolana nem sequer foi expulsa. Saiu de livre vontade. É uma decisão soberana que respeitamos, assim como agradecemos como agradecemos ao Governo angolano o gesto de ter dado ou ter querido dar uma substancial ajuda a reforma no sector da defesa e segurança, tanto é que os laços históricos e de amizade justificam-no plenamente. Aliás, no passado, apesar da nossa pequenez, militares guineenses estiveram em Angola e contribuíram consideravelmente para sustentar o avanço sul-africano nas investidas que então fizeram contra Angola. Portanto, não está em causa e creio que nunca estará as relações e os laços históricos com o povo e o Governo angolanos.

Outra questão diferente é a de saber se a presença resumia-se apenas a ajuda que não duvido que estariam dispostos a dar. Uns pensam, inclusivamente, que essa presença militar, diminuta que seja, obedecia claramente a propósitos expansionistas de Angola em África, designadamente, na África Ocidental, enquanto outros viam, nessa presença, uma tentativa do então Governo da República de impor, através de uma força dissuasiva, o princípio da obediência da sociedade castrense em relação ao poder civil. Como quer que seja, não penso que a presença militar angolana, por si só, tenha sido a causa do golpe de Estado último.

Quanto a questão dos cerca de 70 sírios que entraram em Portugal via Guiné-Bissau, tanto quanto julgo saber, é um processo rocambolesco que não iliba as autoridades da Guiné-Bissau, mas que também não isenta Portugal de responsabilidade partilhada, pela permissividade de que, afinal, apresentava na altura. Do lado da Guiné-Bissau, contudo, não deixou de ser um caso gravíssimo de paródia e de corrupção inqualificáveis e que, como diz, muito manchou a imagem da Guiné-Bissau.

Sendo o PAIGC um partido histórico, um partido do arco da governação, como define o seu percurso nos últimos 30 anos e como vê o seu desempenho na renovação de quadros?

Escrevi, em muitas ocasiões, que o PAIGC, para o bem e para o mal, continuará por muitos anos a ser uma organização política importante no país. Isso se deve não apenas ao facto de

ter sido o Partido que protagonizou a luta pela libertação ou ao facto de ser o Partido de Amílcar Cabral, mas fundamentalmente ao facto de ter sido o Partido que agregou as diversas etnias, os diferentes estratos sociais, num projeto unitário de construção do Estado Nacional. É evidente que, passados já quase 60 anos da data da fundação do PAIGC que este Partido esteja fortemente a ressentir-se do próprio peso da História. Os partidos políticos, tal como os seres vivos, nascem, reproduzem e morrem. Às vezes, fica-se com a impressão que o PAIGC já cumpriu com esse ciclo evolutivo, sobretudo em momentos de acentuadas crises internas de pendor ideológico, que acabam por se revelar, afinal, como mais uma rutura de continuidade. Como quer que seja, a agenda unitária da construção do Estado Nacional é ainda uma premência para o país e o PAIGC só não resistirá aos novos ventos de mudança se se revelar incapaz de adaptar-se às exigências de modernização do país e se se demitir da sua responsabilidade, como Partido do arco da Governação que é, da sua velha promessa de promoção efetiva do progresso e do bem-estar das populações. Impõe-se ainda ao PAIGC, em face da necessidade de um apetrechamento intelectual, uma acentuada renovação geracional dos quadros técnicos do Partido, em ordem a elevação dos níveis de intervenção nas esferas governativas.

Porém, a sua capacidade de sobrevivência não é eterna. Chegará o dia que poderá entrar em profundo processo de letargia, de transfiguração ou mesmo de agonia prolongada e mesmo de morte. E tal como não se pode desejar a morte a ninguém, também não se pode ficar a espera que o PAIGC entre, nos próximos, numa espécie de agonia irreversível. Antes pelo contrário, creio que o PAIGC terá, por muitos mais anos, uma decisiva influência no devir da Guiné-Bissau, para o bem e para o mal, convenhamos.

Como vê o futuro da Guiné face a conjuntura atual?

Com um otimismo moderado, mas “*quand même*” com otimismo. Há sinais ténues, mas encorajadores, de que o ciclo de profunda reconfiguração política e social, que atravessamos há décadas, esteja já a chegar ao seu término. É uma dolorosa experiência para país, com sonhos de gerações adiados ou simplesmente deitados ao mar, mas é também uma lição preñe de ensinamentos que podemos transformar positivamente, desde que a classe política e os diferentes atores sociais os interpretem corretamente. Acresce a isso tudo o cansaço. Na verdade, tanto os guineenses quanto a comunidade internacional, vêm-se já gregos para lidar com tanta irracionalidade e instabilidade. O último processo de transição para a ordem constitucional, com todo o devaneio de que não se isenta, pôs em marcha um conjunto de

boas intenções, traduzidas as mesmas em exercícios de planeamento estratégico, Pacto de Regime e/ou medidas de emergência para fazer face a difícil situação vertente. São sinais positivos que não se podem ignorar. Tudo dependerá, doravante, da forma como o próximo Governo lidar com o *dossier* da reformas que são necessárias introduzir na administração do Estado, incluindo a do sector da Defesa e Segurança, o mais delicado, mas igualmente da capacidade deste mesmo Governo de mobilizar fundos para financiar o alavancamento da economia, num contexto internacional, também de crise. Os problemas são muitos e os meios para a sua resolução escassos. Mas creio que devemos continuar a ser moderadamente otimistas e moderadamente ambiciosos. Apesar destes desafios todos, penso também que há metas que estão perfeitamente ao nosso alcance, a curto e médio prazo, nomeadamente, o saneamento e a modernização do aparelho de Estado e o crescimento da nossa economia a níveis percentuais ousados.

Na sua opinião, serão os militares os principais culpados pelos sucessivos golpes de estado?

De alguma forma, já respondi a essa questão. E repito: os militares são parte integrante da sociedade guineense e, como tal, não é curial e nem justo assacar-lhes por inteiro essa enorme responsabilidade que, em última instância, é coletiva. Podíamos deter-nos, um pouco que seja, em exercícios teóricos que procurassem aferir os níveis parcelares de responsabilidade e de culpa a partir da enorme teia de responsabilidades partilhadas. Mas adiantaria isso? Não cremos. O importante é percebermos que, da nossa independência a esta parte, as coisas não nos correram de feição e que a haver culpados, todos temos uma parte de responsabilidade, inclusivamente a chamada comunidade internacional, com toda a sua boa vontade e boas intenções. Mas isso tudo, convém se diga, não iliba os militares da sua quota-parte de responsabilidade.

E qual é o papel da diáspora, têm espaço político? Terão alguma influência na estabilidade interna?

A diáspora deve e pode ter um papel de primeira importância. Na minha opinião, há, contudo, duas ordens de fatores que impedem uma mais efetiva participação da diáspora. De um lado, a distância, que vem alimentando junto a essa diáspora a ideia de um certo derrotismo e uma certa descrença na capacidade de o país se reerguer e, por outro, a ideia dos que na terra labutam e que, por isso mesmo, ancoram-se numa pretensa legitimidade e ascendente que advém disso mesmo. Está visto que esta bifurcação é uma falsa questão. Mas há que saber

geri-la porque, de facto, existe, e tem-se revelado como um empecilho real que em nada favorece a aproximação dos guineenses. Uns e outros têm de compreender que, não obstante o diapasão em que se movem serem algo distinto, aspiram todos a uma Guiné-Bissau próspera e moderna. A diáspora tem que conseguir deixar de ver o país como uma miragem e, os que estão na terra têm que perceber que a diáspora sofre triplamente: o desenraizamento em relação ao país; a inadaptação nos países de acolhimento e as dificuldades inerentes ao regresso. Sazonalmente, vem-se falando bastante da necessidade do concurso dos quadros guineenses altamente qualificados da diáspora. Até ao momento presente, esta vontade ainda não passou de mera intenção. A ver vamos como o novo Governo e o próprio país lidará com esta premência.

Temos o país que merecemos? Amílcar Cabral ainda é o ícone de unidade nacional ou somos um país perdido?

Há chavões que, na realidade, parecem ter algum sentido, quando aplicado a certas realidades. Não sei se merecemos o país que temos. O que sei é que merecemos um país melhor. Para uns, sobretudo estrangeiros, somos um povo extraordinário. Entre nós, essa apreciação ganha outros contornos. Na realidade, a nossa auto-apreciação não é positiva, havendo mesmo quem pense que é o *ethós* guineense o responsável por todas as nossas desgraças.

Quanto a segunda parte da sua pergunta, creio que Amílcar é e será, por muito tempo, um ícone e uma referência incontornáveis. Não podia ser de outro modo, apesar de alguma erosão, aqui e acolá, deliberada ou não, do papel simbólico que Amílcar Cabral encarna. No entanto, o país não é um caso pedido. Sou dos que defende que os que nos rotulam de “Estado falhado” precisam de o comprovar. Até lá, apesar dos problemas todos, continuarei a acreditar que vale a pena continuarmos a ter um país e a acreditar na sua regeneração.

Após o conflito de 1998, sugeriu para a Guiné-Bissau uma espécie de protetorado, de pelo menos dez anos. Na altura, a julgar pelas opiniões veiculadas, a proposta não foi bem acolhida. Será que já era evidente o que se iria suceder?

Antes de mais, gostaria de melhor perceber o que era evidente que ia acontecer. De qualquer modo, e julgando perceber o sentido da sua pergunta, tenho a dizer-lhe que, no momento em que fiz a proposta, não previa, por exemplo, o último golpe de Estado. Mas estava perfeitamente consciente de que estávamos num beco sem saída e que o ciclo da violência gratuita, de assassinatos e de golpes de Estado, bem como da impunidade, iriam continuar o seu livre curso. A minha proposta surgiu, justamente, porque pareceu-me que a comunidade

internacional ainda não tinha entendido a complexa dimensão do problema guineense, apesar da exiguidade do nosso território. Então, tomei o risco de fazer a proposta de protetorado, sabendo de antemão nem os meus compatriotas e nem a comunidade internacional cairiam no engodo. Mas não tinha dúvidas de que o teor da proposta, pela sua originalidade e acuidade, chamaria a atenção para a situação na Guiné-Bissau. E creio que consegui isso. A prova é que, depois disso, o Conselho de Segurança da Nações Unidas passou a encarar o caso da Guiné-Bissau com maior atenção.

O que é que se pode esperar destas eleições? Será só mais uma ou finalmente o início de uma nova etapa para a Guiné-Bissau?

Disse já que há fortes sinais de reversão deste ciclo de instabilidade e mesmo de reversão do atual processo de reconfiguração política e social com que ainda nos confrontamos. Nessa esteira disso, acredito que estas eleições representam um passo decisivo rumo ao retorno da ordem constitucional e a normalização do país. Refiro-me a normalização, na medida em que as eleições em si, tomadas isoladamente, não resolvem todos os problemas. Com já realizadas as eleições e com a entrada em funções do novo Governo, serão necessários medidas complementares de manutenção da paz e, outras tantas, em prol da normalização do país. Até aqui, todas as eleições que realizamos após um golpe de Estado ou após um período de transição pareciam-nos ser o início de uma nova era ou uma etapa. Estas últimas, contudo, tiveram o condão de ser o início de um processo de reconciliação que se impõe com a comunidade internacional, de modo que esperamos, também, venha a ser o início de um processo em que a coragem política dos atuais dirigentes venha a por cobro ao imperativo da moralização da vida pública e da promoção socioeconómica.

APÊNDICE III

ENTREVISTA 3

Quer-se apresentar?

Considero-me um investigador. Sou formado em antropologia e filosofia social, tenho trabalhado muito na área de sociologia política, e neste momento estou a desempenhar as funções de diretor de pesquisa. Portanto estou no departamento de pesquisa aqui no Codesria que é o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África. Bom, acho que isso chega como apresentação.

Como descreve a situação sociopolítica, económica e militar atual da Guiné-Bissau?

Bom, eu acho que se a palavra de transição serve para alguma coisa, eu diria que a situação é uma situação de transição, quer no aspeto político e económico talvez, também e militar. No aspeto político porque nós estamos – como sabemos – estamos a vir de umas eleições que foram convocadas por um processo (digamos) de rutura com ordem constitucional que vigorava até abril de 2012. Essa ordem constitucional foi interrompida por um golpe de Estado que (digamos) ocasionou na formação de um novo governo, governo de transição, e tudo isto, como dizia, digamos a essa situação de eleições gerais embora não incluía eleições locais. Mas tanto legislativas e as presidenciais, dizem-nos que nós estamos num momento de transição, estamos a construir um novo poder legislativo, mas também um novo poder, (digamos) em termos de governação. Para mim, não passa de mais uma transição daquelas que diria que a Guiné-Bissau tem vivido nos últimos anos, para aí 20 anos o se calhar até mais. Em termos, (digamos) militares, também podemos dizer que é uma situação de transição na medida em que as forças armadas que temos, neste momento estão numa reforma profunda. Estamos à espera para ver até onde é que irão as reformas, mas a verdade é que o dispositivo está montado para que de facto as Forças Armadas sejam transformadas em forças regulares que tenham capacidade técnica e institucional de (de facto) serem «o garante» - digamos assim – da estabilidade em termos de defesa da soberania do país. Portanto, estamos a crer que talvez vamos conseguir as reformar as Forças Armadas que temos que são umas Forças Armadas que muita gente não considera republicana na medida em que têm elementos

que definem mais como um conglomerado de pessoas em armas. E portanto desse ponto de vista também estamos numa fase de transição do ponto de vista militar. Do ponto de vista económico, a economia sofreu muito com esta instabilidade, a economia estava a retomar em 2012 – creio eu, se a minha leitura não estiver incorreta – com algum crescimento (digamos) razoável de Produto Interno Bruto, mas esse processo (digamos) da retoma económica também foi interrompido e acho que a economia deixou de crescer durante algum tempo, mas também não tenho dados que me confirmem a retoma (digamos) de conhecimento económico. Seja como for, eu acho que do ponto de vista económico, assistimos, com o golpe de 2012, a um retrocesso e estamos a crer que se essa estabilidade se ela perdurar, vamos ter uma retoma económica porque a Guiné-Bissau tem todas as condições para se desenvolver, para crescer, quer no setor (digamos) agrícola, que no setor das pescas que são (digamos) os setores essenciais, setores-chave para o desenvolvimento económico do país. Portanto, por tudo isto considero que n'ós estamos numa situação de transição, numa situação de (digamos) económica precária, de um ambiente político precário, de umas Forças Armadas precárias, por isso a situação global do país é de muita precariedade e de muita fragilidade.

Eu posso observar nas suas palavras que o Dr. apresenta uma espécie de vontade, de um otimismo,. Mas tendo em conta tudo o que acabou de descrever, é mais do que recorrente, porque é que desta vez acha que será diferente?

Bom, eu acho que de facto – como disse – eu estou muito marcado por alguma esperança enquanto guineense que as coisas algum dia vão melhorar. Eu estou convencido que a Guiné-Bissau tem todas as potencialidades para de facto sair desta situação que tanto mal tem causado. Tem uma economia liberal, portanto é uma economia aberta ao investimento do estrangeiro, ao investimento privado. A Guiné-Bissau tem recursos humanos diria – diria sim, até – bons, até razoáveis para assegurar alguma funcionalidade das estruturas estatais mas não só, mas as estruturas privadas também, quer na economia quer noutros setores-chave na administração. Mas a verdade é que, de facto, como diz a Celisa é um país em constante instabilidade, não há garantias que as coisas venham a ser outras. Agora neste momento só podemos ter esperanças, acho que umas das coisas que nos alimenta essa esperança é que há um cansaço (digamos assim) das populações, da sociedade civil, dos políticos penso eu, que os próprios estão cansados desta instabilidade permanente, portanto há um ponto de saturação permanente que acho que nós atingimos há também um ponto de saturação em termos de tolerância por parte de toda a comunidade internacional. Está concentrada e está a envidar

esforços para que o país não retroceda do ponto de vista político e militar, portanto isso tudo leva-me a querer que é para valer... mas...

Mas em 2012, pelas opiniões, já estávamos nesse ponto de saturação sobretudo quando fala da comunidade internacional. Havia até, a nível da União Africana, uma resolução que dava tolerância 0 (zero) mas que entretanto, ao que parece, a própria comunidade internacional teve assim um papel um bocadinho dúbio em que não houve um granjear de esforços e de opinião comum para a resolução da situação da Guiné Bissau, do golpe que acabou por se confirmar, quando tudo indicava que não deveria ser assim?

Sim, tem razão, mas infelizmente a sociedade é assim, quer dizer, como eu lhe digo, desta vez ninguém pode dar certezas mas há um conjunto de elementos que apontam para que seja desta vez de outra vez também. Da outra vez também muitos destes elementos – senão todos – estavam reunidos, mas se calhar faltou alguma coisa por isso é que as coisas acabaram por descambar. Desta vez nós somos capazes de identificar esses elementos que podem induzir a uma mudança no sentido positivo, mas também talvez não estejamos em condições de identificar outros fatores que se calhar vão fazer com que as coisas também não aconteçam desta vez. Infelizmente as sociedades evoluem assim não há certezas que nós devemos basear as nossas análises, as nossas perspetivas e, determinados dados, mas de repente podemos constatar que afinal falhámos na nossa leitura, na nossa análise... isso é mesmo assim. A Guiné-Bissau não seria exceção neste caso.

Então considera a Guiné-Bissau um estado falhado tendo em conta tudo o que nós falamos ?

É um estado falhado na medida em que quando de seu a independência em 74-75, nós tentamos, se calhar até antes, antes ainda tentamos construir um estado e os escritos do PAIGC de Amílcar Cabral todos apontavam nesse sentido de um esforço com vista a construção de um Estado que fosse capaz de minimamente fazer, de construir uma vida nova que se começou de facto começou-se a construir nas zonas libertadas instituir determinadas estruturas, determinados órgãos. Isto começou-se a fazer progressivamente e acho que o Estado assumiu, e chamou a si determinadas funções que depois progressivamente mostrou-se incapaz de cumprir e por isso deste ponto de vista acho que não vale a pena fazer história ...

Na sua opinião, existe um responsável, um motivo, uma razão a que se pode apontar como sendo a razão de falhanço ?

Sim, há vários. Eu costumo dizer que a crise, por exemplo, quando nós tentamos analisar a crise que aconteceu em 1998 eu dizia que a crise resultava de um conjunto de conflitos mal resolvidos e de soluções (digamos) que não foram adotadas a começar pelo facto de as Forças Armadas não terem sabido renovar-se, reforma-se, nas forças Armadas meteram-se um conjunto de pessoas que vinham da luta de libertação, outras que foram mobilizadas depois em nenhum critério (digamos) assim razoável para tal problema foi mal resolvido a nível das Forças Armadas e em termos de liderança penso que não fomos muito felizes em termos de não termos sabido colocar pessoas certas nos locais certos, portanto nós criámos um Estado Mega Céfalo com uma grande entrada de pessoas para a administração pública e outras instituições do Estado, portanto isso foi um erro e erros deste tipo foram-se acumulando o sistema (digamos) judicial não funcionava corretamente e muitos casos (digamos) assim de atropelos à lei à estabilidade governativa foram cometidos portanto fomos acumulando um conjunto de má gestão, de coisas mal geridas (digamos) assim inclusive conflitos a nível da própria sociedade, a nível do setor político, penso que tudo isso conduziu a esse estado de coisas, a essa crise governativa mas também crise de liderança.

Voltando um bocadinho a um termo que usou «grupúsculos», se um país consegue produzir esses grupúsculos, isso quer dizer que temos uma grande falta de liderança?

Eu não tenho dúvidas sobre isso. Eu acho que a Guiné-Bissau durante muito tempo tem vivido (digamos) num contexto, num ambiente de crise de liderança, e não surgiu com todo o respeito que tenho pelos colegas que estão na política, não surgiu uma liderança em que fomos capazes de produzir uma liderança à altura dos desafios do país. Portanto a mim notoriamente a nossa crise de liderança. Neste momento estamos a aguardar para ver se surgem líderes, infelizmente eu... as notícias que eu tenho acompanhado até aqui não me dão a garantia de que de facto esteja finalmente a despontar, a aparecer no horizonte o líder que todos nós desejamos para a Guiné-Bissau.

Através das pesquisas que eu já realizei, tive uma surpresa agradável que a Guiné-Bissau felizmente até tem uma sociedade civil bastante interveniente, bastante contributiva na vida, naquilo que é a dinâmica do país. Mesmo tendo essa sociedade civil

ativa, capaz, muitas vezes com provas dadas, como é que ainda assim essas atividades todas não serviram para melhorar, por exemplo, a atuação dos políticos?

Eu costumo dizer, e aí estamos de acordo que de facto a Guiné-Bissau tem a sociedade civil bastante ativa, bastante interveniente. Mas parece-me, ao que tudo indica, que isso não foi suficiente para evitar muitos males. Mas estou a crer que isso foi suficiente para evitar que o pior acontecesse. Eu recordo-me, por exemplo, a crise de '98 onde a sociedade civil, através da igreja ou através das diferentes configurações (digamos) religiosas, eles conseguiram ter um papel muito importante na resolução do conflito. No regresso do país à paz, a sociedade civil não foi suficientemente forte, eu diria, para evitar que novas crises acontecessem. A sociedade civil, acho que não é o único fator que contribui para a estabilidade, para outros ingredientes (digamos assim) quais seja a intervenção dos partidos políticos, dos próprios corpos (digamos assim) do Estado. Portanto todos esses elementos que deviam contribuir para que a situação fosse outra. Por isso, se por um lado a sociedade civil – podemos dizer que a sociedade civil foi interventora e continua a ar provas disso (acho eu) não foi suficiente para evitar uma catástrofe maior que o país de facto resvalasse para uma crise mais permanente. Nós temos crise, mas convínhamos sair (digamos) da crise. Nós conseguimos sair da situação de conflito dominada pelas armas, isso acho que se deve um pouco à acção da sociedade civil mas não foi suficiente para evitar o aparecimento de novos conflitos.

Já vimos a questão dos militares, um problema que não é recente é se calhar até sempre houve, sempre se falou na Guiné mas que tem estado nos últimos anos na ordem do dia, são os conflitos étnicos. Na sua opinião, existem mesmo os conflitos étnicos no bom sentido da palavra, na Guiné ou não?

Eu acho que não. Eu acho que se analisarmos a história política recente na Guiné-Bissau, eu diria que não. Estou profundamente convencido disso. Também já escrevi sobre isso. Eu penso que nós temos (como é que eu hei de dizer) os sentimentos também não podemos tão pouco ignorar a existência das etnias existência essa que se traduz em várias manifestações, por exemplo no momento do voto vimos isso, penso eu, mesmo nas últimas eleições também. Portanto aí, há esse sentimento étnico de pretensa étnica, identidade étnica que se manifesta (digamos assim) em certos momentos, em certos ... processos (digamos) sociais, o que eu acho absolutamente normal. Não sei até que ponto é sabotar mas é de alguma maneira natural que as pessoas voltem, por exemplo, por pessoas que elas consideram ser mais próximas

delas. E aqui os laços (digamos) étnicos, de parentesco, decerto contam *plânicos* e para mim isso é nítido. Agora dizer que os conflitos étnicos atingem aquele nível que tornaria qualquer evolução, qualquer processo insustentável. Eu acho não, felizmente não temos isso, o que eu acho é que as etnias, os grupos étnicos têm sabido conviver umas com as outras. Vê-se os casamentos que se fazem *intraétnicos* e os *interétnicos* sobretudo. Penso que isso é uma das – se é que se pode falar nesses termos – é uma das provas dessa convivência pacífica entre as etnias. Pelo pouco que eu sei não consegui ler nenhum ódio que possa existir entre o fula e o balanta ou que possa existir mesmo que no passado que tenho havido casos que apontam um pouco nessa direcção entre fulas e mandingas, por exemplo, tanto... há rivalidades que históricas, que aconteceram mas que acabam por ser superadas, que acabam por ser suplantados quanto a mim por essa convivência pacífica.

Há pouco, o Doutor falou dos militares, embora tenha dito que na sua opinião, os militares foram instrumentalizados. Mas a questão também que se verifica é a impunidade quase constante dos militares que tiveram um papel de destaque nos sucessivos golpes de Estado. Nunca se fez nada nesse sentido, ninguém foi verdadeiramente condenado/responsabilizado pelas suas ações?

Eu concordo. Eu acho que o que explica talvez a repetição desses momentos de crise, eu acho que não só os militares, a impunidade faz um valor na Guiné-Bissau. Pode-se cometer a mesmas (a nível de crimes) mais comuns. Eu não sei se isso é uma característica do Guineense, o Guineense perdoa muito facilmente. Perdoa, o que pode ser bom, essa postura (digamos) mas por outro lado, acho que nós temos que introduzir essa componente que ... que nos faça punir os que cometem atrocidades, cometem crimes etc. E de facto a história da Guiné-Bissau é repleta de impunidade e os militares não fogem à regra. Acho que o Estado, é um Estado fraco, é um Estado débil, frágil, os políticos são fracos, débeis, não temos com ... a postura que se exigiria para de facto por ordem na casa, e portanto, resumindo a impunidade é um valor que infelizmente domina na sociedade guineense.

Falando um bocadinho das questões regionais, sabe-se que houve um projecto ambicionado por Sékou Touré tendo em conta a actual situação da instabilidade na Guiné, não será este projeto «La Grand Guinée» um bocadinho o contributo também da situação de instabilidade na Guiné?

Não me parece. Não me parece porque esse projeto «*La Grand Guinée*» é um projeto que acho que se chegou a existir sempre, mas é um projeto que não teve pés para andar, quanto a mim. Não teve pés para andar porque os diferentes Estados caminharam lado a lado um do outro. Portanto, todo o processo poderia conduzir a alguma integração económica, política, etc... Esse processo não teve pernas para andar.

Mas esquecendo a questão de «*La Grand Guinée*» porque essa já ficou para a história, a atuação, por exemplo, da Guiné Conacri, do Senegal, em todos os problemas que vão surgindo na Guiné-Bissau, não terão favorecido, de certa forma, essa nossa constante instabilidade?

Não vejo uma relação direta entre uma coisa e outra. Sabe, os nossos Estados são Estados fracos. O Estado Senegalês é um estado fraco, embora que também defende a tese de que no Senegal existe um Estado e há diferentes manifestações, há diferentes expressões dessa existência do Estado. Na Guiné Conacri, o caso já é muito mais complicado. É um país dilacerado, fragmentado, é um país que não tem um rumo certo e o Senegal tem, se calhar, uma estratégia política, ou seja, estatal, regional, mas fora o Senegal aqui na nossa pequena sub-região, eu não vejo esses países jogarem ao papel aquilo que deviam jogar em termos de (qualquer coisa). Mas também é pouco o papel em termos de provocar instabilidade. Há muita gente que pensa que o Senegal, embora possa esfregar as mãos, uma certa perspetiva quando há instabilidade mas não acredito muito nessa tese.

Mas não podemos esquecer que tanto o Senegal como a Guiné Conacri estiveram ao lado da CEDEAO, por exemplo, no caso do último conflito no último golpe de estado?

Isso são alianças que se fazem. Eu acho que há uma coisa que os Guineenses tendem a ser que eu acho que é ironia. Eles pensam que o Senegal pode beneficiar imediatamente da situação do país da Guiné. Eu acho que não, eu acho que pelo contrário. Acho que o Senegal não pode beneficiar da instabilidade da Guiné-Bissau, portanto, não vejo o Senegal numa posição de atizar instabilidade na Guiné-Bissau. Agora, isso não impede que ainda sugerida, nós sabíamos, por exemplo, as convivências, de alguma maneira, alguma amizade, o Nino Vieira e o Lassana Conté, portanto há simpatias no ar em relação ... agora é mais que uma simpatia no ar de Koumba Yalá na altura. Portanto, eu sinceramente ... agora há interesses, isso não quer dizer que devamos ignorar que os interesses de França, a sub-região (qualquer coisa) entre os Estados Unidos mas.. eu acho que os nossos problemas são devido a problemas

internos. Os Guineenses têm de compreender e resolver esses problemas e não desculpar-se alegando a intervenção, as manobras. Outra coisa que está ligada a sua pergunta em relação à CEDEAO. A CEDEAO é um organismo de comunicação que tem interesses, jogos de poder, etc.. Objetivamente a CEDEAO tem um papel muito prejudicial na Guiné-Bissau por causa dos conflitos ou das relações das forças que existem na própria CEDEAO, acabou por jogar um papel nocivo, ganancioso, como no caso da crise da Guiné-Bissau.

Mas assim, isto é preocupante se temos uma organização sub-regional da qual fazemos parte em que existe um problema. Esse problema não é resolvido, não é debatido a luz das normas das convenções internacionais então estamos mal nesse sentido?

Eu acho que estamos mal, estamos todos mal, porque a gente tem que se compenetrar de que o que conta são os interesses, quando falamos de Estados, como alguém dizia não há propriamente amizades, há interesses e as instituições internacionais, regionais etc.. são regidas muito por essas relações de forças e pelos interesses que consubstanciam digamos assim a posição de cada um deles , como é que eles vêm o próximo, os vizinhos etc.. portanto há aí interesses em jogo que eu acho que por isso é que têm que ser ponderados e em relação a isso todos os Estados estão mal e aí do Estado que não consegue defender-se, e a Guiné está a ser vítima da sua fragilidade enquanto Estado. Não conseguimos defender quase nada internacionalmente, é preciso estarmos sempre a contar com a solidariedade dos outros para resolver os nossos problemas, e acho que esta lógica é uma lógica que não faz sentido se olharmos para o modo que as instituições internacionais ou regionais funcionam. Veja mesmo nas Nações Unidas a posição que acaba por vingar é a posição dos mais fortes, eles é que mandam

Por exemplo, no último golpe de Estado, não ficou surpreendido com a posição da ONU em acatar, se posso assim dizer, as resoluções da CEDEAO?

Não sei se acatou, mas pelo menos tolerou quanto a mim, porque não houve um posicionamento forte ao que eu saiba da parte das Nações Unidas para se imporem , deixaram as coisas às mãos da CEDEAO e acabou por dar naquilo que deu, portanto as Nações Unidas foram fracas outra vez aqui.

Voltando às Nações Unidas, em 2012, quando houve o último golpe de Estado, o Primeiro Ministro que era candidato acabou por exilar-se. O processo eleitoral agora

concluído foi quase todo conduzido pelas Nações Unidas, como é que vê o facto desse processo todo decorrer sem que esse Primeiro Ministro que era candidato na altura do golpe cujo processo não foi concluído, não foi permitido regressar ao país e concorrer como qualquer cidadão. Que legitimidade pode ter um processo conduzido desta forma?

Bom, se analisarmos as coisas sob o prisma da legitimidade, desse ponto de vista não é legítimo, mas quem confere e quem retira a legitimidade? É certo que era um dos potenciais vitoriosos do processo que não foi concluído e no processo seguinte foi completamente afastado, mas aí não sei se basta só ver as coisas sob o prisma da legitimidade ou não, eu acho que o que motivou a comunidade internacional a alinhar num processo desta natureza que exclui Carlos Gomes Júnior, acho que eles agiram mais no interesse da estabilidade, eles acharam que o regresso de Carlos Gomes Júnior, a participação dele no processo iria provocar mais mal do que bem. Penso que esta foi a razão

Então, vistas as coisas desta forma, premiaram-se os golpistas?

Acho que sim, nesta perspetiva sim e esta é a minha perspetiva pessoal. A partir do momento em que a CEDEAO constituiu um governo e impôs um presidente acho que o problema maior está aí, e a CEDEAO acabou por fazer cumprir os próprios princípios acabou por atropelar completamente os acordos e toda a aparelhagem jurídica que própria CEDEAO está a tentar implementar.

Então a única conclusão que se pode retirar disto é que a Guiné-Bissau neste momento encontra-se no meio de uma turbilhão de interesses geopolíticos em que sendo um Estado frágil, o que se pode esperar?

O que se pode esperar é que a Guiné-Bissau depois de algum tempo aprenda a lição que a história ensina que é enquanto não formos capazes de arrumar a casa internamente e nos entendermos internamente, vamos continuar a ser um Estado fraco, e mesmo que o façamos, continuaremos fraco, mas passaremos a ser um Estado com alguma dignidade, e há muitos Estados pequenos fracos do ponto de vista económico mas com alguma dignidade

APÊNDICE IV

ENTREVISTA 4

O Dr. Quer se apresentar por favor?

Chamo-me Eduardo Fernandes, tenho formação em economia, mas dentro da economia sou macroeconomista, nasci em Bissau, fiz a minha formação no exterior, e voltei para a Guiné em 1975, e desempenhei várias funções a nível da administração pública guineense e também ao nível do executivo, tendo ocupado durante 8 anos cargos governativos, nomeadamente como secretário de Estado do Tesouro e como Ministro das Pescas da Guiné-Bissau.

Antes de regressar a Lisboa em 1997, dirigi uma empresa comercial e de *Trading* chamado Euro comercial durante 3 anos.

Voltei a Portugal por dois motivos, uma delas era a necessidade de dar formação aos filhos que estavam em idade escolar e segundo porque havia possibilidade de continuar a ter uma atividade dentro do meu ramo, digamos dentro da economia e por isso regressei a Portugal.

Sou consultor económico, tenho uma Empresa ligada à consultoria, neste momento estamos mais ligados à internacionalização das empresas, e sou comentador de um programa da RDP África chamado debate africano e sou colaborador e comentador também para a televisão da RTP África e por vezes também na RTP2.

De acordo com o que acabou de dizer, faz de si um excelente conhecedor da atual situação da Guiné-Bissau?

Sim, conheço a Guiné, tenho uma visão relativamente interessante sobre a realidade do meu País, porque julgo que é muito importante que nós os quadros guineenses tenhamos de facto uma boa informação sobre a realidade do nosso País para que haja sempre a possibilidade de darmos um contributo com conhecimento de causa, porque onde não se conhece, pouco contributo se pode dar.

Na sua opinião qual é a descrição que faz da situação sociopolítica, económica e militar da Guiné-Bissau?

No momento atual estamos numa transição, a guiné está a viver um período extremamente difícil e extremamente complexa, que resultou de um golpe de Estado de 12 de Abril de 2012 e que ao longo dos quase 26 Meses criou uma situação extremamente grave e complexa na Guiné-Bissau, nomeadamente, um quase desaparecimento da administração e sobretudo, o que podemos considerar um autêntico aniquilamento do Estado na Guiné-Bissau, a situação de facto desses dois anos, que a ser classificado, é a negação completa daquilo que deve ser uma governação, portanto houve falhas gravíssimas da governação a ponto de ter terminado esse período, com situações de autêntica rapina, saque aos recursos naturais da Guiné-Bissau, portanto vivemos um período de transição que não havia razão de ser, a não ser pelo facto dos perdedores potenciais das eleições em curso em 2012, verem que era a única saída que tinham para chegar ao poder, seria um golpe de Estado, pela via que todos nós conhecemos, utilizando os militares, e a partir daí ocuparem as suas posições ao nível do executivo, da presidência, do governo e dos vários postos.

Pelas suas palavras, o Dr. é dos que defendem que neste momento pode muito bem ser considerado um estado falhado?

Eu não gosto do termo falhado, porque aí é preciso um período muito mais longo para que o Estado desapareça a 100%, como ainda existe o Estado, mas que funciona mal, prefiro o termo Estado frágil. É um Estado frágil, e na verdade o é, e agravado com esta período de transição, em que o poder do Estado ficou posto em causa, não havia de facto um verdadeiro Estado na Guiné-Bissau.

E na sua opinião, existe algum culpado...uma causa a que apontar a essa fragilidade, já que não gosta do termo falhado?

A responsabilidade como se costuma dizer é de todos nós, de todos nós os guineenses, uns com mais responsabilidades que outros. A Guiné neste momento tem um sector que sem dúvidas é fator desencadeante, aquele que é o principal culpado, mas não é o único culpado, que são as forças armadas. As forças armadas, depois do processo da luta de libertação nacional, não foram convenientemente reestruturadas, não houve uma atenção particular relativamente às forças armadas, e o que resultou numa estrutura muito semelhante àquela que existia durante o período da luta de libertação nacional, portanto com um conjunto de militares com espírito de guerrilha e não de umas forças armadas republicanas, e portanto o erro foi, a primeira república da Guiné-Bissau, portanto que vai de 1974 até 1980, não terem

mexido na estrutura das forças armadas e terem profissionalizado as forças armadas, para se tornarem de facto numas forças armadas submetidas ao poder político, e o golpe de Estado de 1980 deu azo a que as forças armadas da Guiné se sentissem com força suficiente e capazes de fazer alterar e bascular os poderes políticos guineenses, portanto a culpa primeira será possivelmente das forças armadas, em segundo lugar uma classe política emergente sobretudo depois de 1990 com abertura política, que partidos políticos e líderes políticos oriundos todos do grande partido libertador que é o PAIGC, acabaram por ter dificuldades em ascender ao poder e utilizaram sempre as forças armadas como instrumento para terem acesso a esse mesmo poder, portanto estes são os segundos culpados, finalmente uma certa passividade da sociedade civil que durante muitos anos era receosa, não era atuante. Não é aquilo que se passa hoje, hoje é muito diferente, quem pense que a Guiné-Bissau não tem uma sociedade civil, está enganada, antes pelo contrário, está de boa saúde e recomenda-se, e mostra de facto que temos uma sociedade civil muito muito ativa e que consegue fazer tremer os próprios poderes públicos, nomeadamente o governo.

Falou dos partido, e, tendo em conta a constante instabilidade, que papel desempenham os partidos nesta instabilidade?

Os partidos políticos, nem todos, não podemos generalizar. Mas contextualizando, na Guiné-Bissau, o maior empregador é o Estado, isso cria problemas muito graves, portanto o sector privado é débil, é frágil e pouco criador de empregos, portanto, os políticos os cidadãos normalmente procuram ir para a política porque sabem que através da política podem chegar ao governo e a administração, é uma forma de se lá chegar, acontece que como por vezes não é muito fácil pelas vias legais e de forma mais correta chegar-se a ocupar posições ao nível da administração e muito menos ao governo, como a expressão eleitoral é muito fraca para a maioria dos partidos, excetuando o PAIGC, o PRS, e mais um ou outro partido, que chegam a eleger 1 ou 2 deputados, a via mais fácil é através de mobilizar os militares para uma alteração da vida constitucional e perpetuarem um golpe para que esse mesmo partido possa chegar ao poder, aliás como se viu, no golpe de Estado de 12 de Abril de 2012.

Há bocadinho falou da sociedade civil, uma das situações que é notória, que é visível na Guiné, é que às vezes é complicado distinguir onde acaba a figura de um político e começa a de um líder de uma organização da sociedade civil, sabemos que muitas vezes, muitas pessoas chegam à política após terem passado por uma ONG, ou então

quando saem da politica e deixaram de poder fazer parte, vão para uma ONG, isto não será?

Nós chamamos isso em politica o *revolving door*, ou seja, a porta rotativa, isto é, não me parece que os casos que existem na Guiné possa ser generalizado, por vezes, e há exemplos muito concretos de pessoas que saíram da politica e foram constituir a sua ONG, possivelmente para dar continuidade ou pelo menos realizarem aquilo que eram os seus objetivos da vida politica, por outro lado também pode ser um certo oportunismo, porque existe também essa vertente que é o facto das ONGs serem apoiadas por organismos de apoio multilateral, nomeadamente o Banco Mundial (BM), a União Europeia (EU), vários organismos que financiam as ONGs porque a ideologia neoliberal que critica muito o papel do Estado prefere canalizar as ajudas para as populações não via Estado, mas via ONGs, e portanto houve muita gente com uma visão muito correta da realidade, viu uma grande oportunidade de emprego e de tocarem a sua vida para a frente através da constituição de uma ONG, porque sabem que têm um financiamento garantido, portanto passam a ter um salário garantido, e podem até desenvolver atividades muito interessantes e que pode até mais tarde criar votos, se regressarem à politica.

Como é sabido, houve em tempos o projeto la Grand Guinée, muito ambicionado por Sekou Touré e que foi recusado tanto quanto sei tanto por Amilcar Cabral como por Luís Cabral que também foi sondado nesse sentido, será que não existe nenhum resquício desse projeto, uma vez que se tivermos em conta que nas várias crises que a Guiné teve, o papel tanto do Senegal como da Guiné Conacri, não foi muito no sentido da defesa daquilo que são os reais interesses do povo guineense?

Em primeiro lugar devo dizer, eu conheço razoavelmente Sékou Touré, tive o privilégio de almoçar algumas vezes com Hahmed Sékou Touré, a última vez, cerca de 7 meses antes do seu falecimento, durante uma missão dirigida Por Carlos Correia então Primeiro Ministro, onde fomos recebidos no *Petit Palais*, devo dizer que conversamos durante cerca de duas horas e meia onde se falou diretamente acerca do assunto, a resposta foi... ele não deu grande importância a esse tema, e a interpretação que faço é, Sékou Touré era um grande Pan-africanista um verdadeiro Pan-africanista juntamente com Nkrumah, isso não invalida a critica que faço a Sékou Touré como um grande ditador e um homem da barbárie porque ele eliminava todos os seus opositores, e todos nós sabemos que uma das cenas mais tristes e

Conacri era quando em certas manhãs quando as pessoas iam para o trabalho e viam penduradas na principal via que liga o centro da cidade à Kindia, vários cadáveres de opositores, e chamavam a isso au potó, que significa no poste.

Ele tinha uma visão para o continente africano que levava a que ele defendesse uma integração ao nível continental, ele era um dos sonhadores dos Estados Unidos de África, e portanto, o contexto da Grand Guinée, na minha opinião que vai ao arrepio daquilo que grande parte das pessoas pensam, mas sobretudo a antiga potência colonial que é Portugal. Os portugueses continuaram a insistir na Grand Guinée, era uma arma que Spínola utilizou bastante para amedrontar as pessoas relativamente à questão independência, dizia: independência? Porque é que vocês estão a pensar em independência? Vocês vão ser integrados na Grand guinée que Sékou Touré tem preparado para vocês. Era uma arma de luta. Eu pessoalmente estou convencido de que não era esse o objetivo, era sim a integração não só da Guiné no continente, primeiro na sug-região e depois.... Quem esteja muito atento verifica que Ghana e a Guinée chegaram a declarar uma união política no tempo de Nkrumah, e portanto esta era a ideia do Sékou Touré, como lhe digo, não estou a querer defender o Sékou Touré, que era um verdadeiro déspota. Agora, a Grand Guinée não era a submissão total por Conacri, tanto mais que o poder militar da Guiné-Bissau sempre foi mias forte que a da Guiné Conacri, quando houve a operação Mar verde, foram as tropas do PAIGC que tenderam resolver o problema, portanto Sékou Touré até tinha receio nessa matéria, ele sabia que era praticamente impossível a conquista da Guiné pela força, eu acredito sim que esta Grand Guinée estaria no quadro do pan-africanismo de que ele era um dos grandes defensores.

Ou seja, na sua opinião não faz sentido nenhum falar-se dessa influência, tendo em conta a nossa instabilidade neste momento?

Temos que dissociar as duas realidades porque o Senegal e a Guiné Conacri sempre estiveram de costas voltadas porque os líderes estavam em polos opostos, quer o Senghor quer o Sekou Touré não se podiam ver, mal se falavam e portanto ou estávamos com um lado ou estávamos do outro, e portanto a verdade é que estávamos com a Guiné Conacri que nos deu apoio, abriu-nos as portas e permitiu-nos a criação de bases dentro da Guiné Conacri, enquanto o Senghor nos dificultava imenso a nossa vida no Senegal, portanto a influência negativa que esses dois países tiveram deveu-se ao comportamento do Presidente do Conselho de Estado

Nino Vieira que chamou as tropas, pediu apoio quer ao Senegal quer à Guiné Conacri, e deixaram uma péssima imagem, a Guiné Conacri foi o primeiro a sair até, e não tiveram o comportamento que teve a tropa do Senegal.

Mas como é que avalia a atuação da CEDEAO?

Uma coisa é o ideal que existe de uma unidade africana, mesmo seja regional e outra é o facto das instituições que existem não estarem a cumprir cabalmente as funções para a qual foram criadas. A Guiné é um dos países fundadores praticamente da CEDEAO, fiz parte da primeira delegação que esteve na origem da criação da CEDEAO, e devo dizer que os estatutos da CEDEAO são muito claros, e houve dessa matéria um pontapé nos próprios estatutos, porque a tolerância zero não foi cumprida, o conselho de paz e segurança da própria CEDEAO que existe quer na União Africana quer na CEDEAO, não atuou de forma mais correta porque foi influenciada pelas duas grandes potências da CEDEAO, primeira a Nigéria e segunda a Costa do Marfim, que tinham digamos um certo prurido com a presença angolana na Guiné-Bissau, portanto a Guiné no fundo, foi objeto de uma luta geoestratégica devido à presença das tropas angolanas. Isto porque a Nigéria tinha e tem a noção e defende que é a grande potência regional, tem o maior número das forças armadas da região, é o país mais populoso da África Ocidental com 170.000.000 de habitantes, e portanto sente-se com obrigação de dominar todas as questões de rodem militar dentro da região. Outra questão, a Costa do Marfim teve um conflito de guerra civil em que a Angola apoiou a parte perdedora de Laurent Gbagbo, e portanto, perante a presença das tropas angolanas os dois maiores países da CEDEAO estavam contra esse presença pelos factos que relatei.

Partido do princípio de que as organizações são criadas para dar apoio aos seus membros, ser isenta nas suas atuações, por isso é que existem os estatutos, abriu-se no caso deste último conflito na Guiné e a posição da CEDEAO um precedente gravíssimo?

Sem dúvida, os próprios membros da CEDEAO, alguns deles já reconheceram de forma enfim encapotada de que o caso da Guiné não foi tratada da melhor maneira, porque se apoiou uma das partes, e a parte que não tinha razão e que estava a cometer mesmo atos inconstitucionais, quando devia apoiar digamos a ordem constitucional.

E as Nações Unidas no meio disto tudo?

É preciso perceber como funciona estes organismos multilaterais, como é o caso das Nações Unidas, o que é que poderia fazer? Mandar para lá forças? Não era fácil.

Mandar forças não, mas, por exemplo, fazer-se representar ao mais alto nível, porque havia dois polos: a CEDEAO de um lado e a CPLP do outro e que sempre defendeu a constituição, neste caso, as Nações Unidas podia e devia posicionar-se nesse sentido?

Há aqui uma segregação de funções a nível do papel das Nações Unidas que é em África ou qualquer continente, primeiro as organizações regionais e supletivamente as Nações Unidas.

E quando as organizações regionais não defendem os reais interesses dos seus estados-membro?

Aí é que está. É que os relatórios feitos apontavam para o seguinte: que se não fosse esse o caminho aplicado, poderíamos chegar a uma situação muito mais grave do que aquela que seria. Porque é que eles dizem isso? Dizem que as forças armadas que deram o golpe com o apoio dos políticos, aliás, os políticos anunciaram o golpe antes do golpe, nomeadamente o falecido Kumba Yalá, dizem que se voltassem a colocar no poder os governantes legalmente eleitos, que era o caso de Carlos Gomes, como primeiro-ministro ou se travassem o golpe, se voltássemos ao *status quo ante*, e voltássemos à segunda volta das presidenciais isso poderia levar as forças armadas a não aceitarem e então agravarem a situação militar na própria Guiné, e como não tinham lá forças e não têm capacidade de projeção de forças por parte da CEDEAO, que é muito limitado de vido a questões de financiamento. Todos querem ser superpotências, como o caso da Nigéria, mas quando chega a altura de projetar forças para defender a tolerância zero, não conseguem fazê-lo, portanto a Guiné-Bissau foi vítima de um conjunto de circunstâncias e de repente começaram a dizer a solução terá que ser ir imediatamente às eleições, e estavam previstas para dentro de um ano, e repare, foram sendo adiadas por questões financeiras etc..., portanto as Nações Unidas ficaram, de certa forma, amarradas a estes problemas.

Ainda que amarradas, as Nações Unidas ficaram mal vistas?

Sim. Podiam ter atuado de outra maneira. O próprio representante do Secretário-Geral que é um prémio Nobel da Paz, teve sempre o cuidado de tentar conciliar o irreconciliável, muitas vezes. E sobre Ramos-Horta, a ideia que me ficou é que dava uma no cravo e outra na ferradura, queria estar bem com Deus e com o Diabo, aliás, durante todo o seu mandato, foi

isso e é evidente. Mas lhe devemos muito, porque se não fosse o ramos-Horta, as eleições ainda estariam por realizar.

E a CPLP?

A CPLP é uma organização de pés de barro. Não tem uma estrutura que permita, para além do papel de influenciar, não tem capacidade de levar a cabo qualquer tipo de missão que possa por em sentido os beligerantes. E pelo que já ouvi, está fora de causa que a CPLP venha a ter uma organização militar, não estão a pensar nisso, mesmo a questão económica que eu defendo desde a primeira hora, só agora, nos últimos tempos, por força da crise em Portugal é que se está a pensar no desenvolvimento dessa cooperação económica mais aprofundada, e portanto limitamo-nos a dar conselhos e a fazer uma coisa importante que as pessoas podem pensar que não tem muita importância, que foi o facto do não reconhecimento das novas autoridades. É a primeira vez que a comunidade internacional tomou uma posição que inviabilizou o próprio regime, porque sem os meios financeiros, que a União Europeia dá à Guiné-Bissau, e a cooperação portuguesa também dá apoio direto ao orçamento de estado, os governantes de transição não tinham meios para poder prosseguir, aliás, eu disse isso em maio de 2012, perante o anúncio do corte da comunidade internacional, de apoio direto ao orçamento, este governo não tinha qualquer condição para governar a Guiné-Bissau e verificou-se. E isso também teve alguns aspetos negativos, é que não tendo recursos, eles inventaram recursos, agravou a sua situação do crime organizado e houve um assalto aos recursos naturais. Fizem-se contratos que hoje são questionáveis e também a questão da floresta é um exemplo mais que acabado da situação grave que foi criado no país.

Mudando um bocadinho de rumo outra vez, sendo o PAIGC um partido histórico, um partido de estado, qual é a avaliação que faz do seu desempenho nos últimos 30 anos na Guiné, sobretudo na renovação de quadros?

O maior erro que eu aponto ao PAIGC foi o facto de que no período pós-independência, o PAIGC não se tenha aberto à sociedade civil de forma mais adequada porque embora a sua base de apoio tenha muito a ver com o mundo rural, com o mundo das regiões de onde saíram grande parte dos guerrilheiros que vieram consumir a independência guineense, a verdade é que o partido como estrutura manteve-se no seu casulo, não se abriu à sociedade quando devia ter feito, pelo menos para conquistar novos militantes e renovar ideias dentro do próprio partido não o fez e isso foi um grande erro. Os próprios quadros que chegavam, a sua

admissão no partido era muito limitada. Estes iam começar como simpatizantes do partido, depois fazer uma militância que passava necessariamente para ir para baixo dos mangueiros fazer comícios para depois chegar e quando as portas se abriam eram quase por favor, não era uma coisa que se processava de uma maneira muito natural, abriam-se aqui umas certas exceções para que o outro quadro pudesse entrar no partido. E quem diz partido, diz governos e quem diz governo está ligado ao partido que é o partido de estado, era papel de um partido único na Guiné-Bissau. Este foi um erro muito grave. A não abertura à sociedade e outro, que foi numa fase posterior, o facto de sabermos que existiam sensibilidades dentro do próprio partido e não ter havido a coragem de autonomizar qualquer uma dessas sensibilidades e criar-se um sistema multipartidário, embora com uma raiz comum que seria o próprio partido e isso foi mau. Talvez se tivéssemos ido para o multipartidarismo muito mais cedo porque havia, de facto dentro do partido - o partido era um movimento, não era um partido verdadeiramente, era um movimento onde havia muitas sensibilidades – havia comunistas, havia sociais democratas, havia socialistas, havia várias tendências e portanto, se tivessem autonomizado, possivelmente desde os anos 80 nós teríamos a abertura política na Guiné-Bissau, mas tiveram falta de visão nessa matéria.

O Partido neste caso ficou fechado, não deu possibilidade de entrada da sociedade civil, tivemos pessoas na esfera política reconhecidamente incapazes, mas que por força de fazerem parte da estrutura multipartidária e da luta de libertação...?

Na Guiné, faltou os primeiros 15 anos de independência, faltou-nos aquilo que se chama de sociologia, a massa crítica. O que é a massa crítica? Massa crítica é exigência que uma sociedade tem para o seu desenvolvimento, de o número mínimo de quadros que trabalham em determinados setores para que faça avançar e progredir estes setores de um patamar onde se encontra para o patamar imediatamente seguinte, o que não pode ser feita com apenas uma ou duas pessoas, não é possível. Por isso se existe uma ou duas pessoas dizemos que não existe massa crítica, portanto é apenas com um conjunto de quadros é que se consegue fazer-se este grande salto de um nível para um nível imediatamente superior. Eu dou o exemplo mais acabado desta matéria: em 1975, janeiro quando eu regresssei à Guiné, eu fui acompanhado de um especialista guineense de Saúde que era ginecologista e obstetra ao mesmo tempo, e ele ia, como eu, embuído de vontade de ir para a terra desenvolver a sua atividade. Quando chegou, os meios à sua disposição eram praticamente inexistentes. Para fazer uma cesariana, ele não tinha ajudante chamada parteira (ainda existiam parteiras) mas

quem lhe passava os ferros era pessoas que praticamente não tinham preparação. Porque aqui na Europa, toda a gente sabe e não é preciso falar, é só por a mão e vem logo. Às vezes punham uma coisa na mão que se ele viesse a utilizar era um problema, mas isto foi um exemplo. Outro [exemplo] foi os cuidados pós-parto. Não havia incubadoras na altura, os serviços da maternidades eram ... e ele desgostoso, eu fiquei e ele disse-me “Eduardo, não dá. Não dá.” Portanto, isto foi um erro e não havia nenhuma política de quadros, que era outro problema. Quer dizer, o próprio estado, o governo não tinha política de quadros.

Então, isso justifica ou explica o facto de a Guiné-Bissau chegar ao ponto de ter analfabetos na esfera política na governação?

Tivemos gente que não sabia nem ler nem escrever a nível de ministro.

Mas como é que é possível?

O PAIGC sentia-se na legitimidade do poder pelo de ter lutado na independência e ter conseguido a independência. A legitimidade que a própria luta lhe deu, era isso que ele sentia e portanto todos aqueles que participaram de forma, enfim .. podiam entrar para a governação. Mas sobretudo, outras solidariedades surgiram sem ser a solidariedade da luta, como a solidariedade, por exemplo, do golpe do 14 de novembro em que aqueles que foram mais dinâmicos e atuantes no golpe apareceram comunistas sendo um deles como toda a gente sabe quem é perfeitamente ignorante? Que mal sabia escrever o nome dele e apareceu como ministro. Mas como outros também que foram fiéis aliados e leais ao chefe do estado que era Nino Vieira.

Do período que está a falar, são todas pessoas que conviveram com Amílcar Cabral. Por exemplo, pessoas que participaram durante o processo da luta e uma das coisas que não se pode culpar a Amílcar Cabral, é ter transmitido aquilo que era a ideia, aquilo que era o projeto da guiné que se pretendia fazer ou construir. Independentemente dessa solidariedade que falou, como é que estas mesmas pessoas descuraram completamente aquilo que é o verdadeiro sentido de Estado ou da criação do Estado da Guiné-Bissau?

Para se absorver qualquer conhecimento, a pessoa que vai receber esse conhecimento ou informação tem de ter a capacidade de descodificar esse mesmo conhecimento que lhe é transmitido. A maioria das pessoas não tinha essa preparação. E por isso, temos de dividir as ideias de Cabral em dois ramos diferentes. O ramo militar, e esse eu sei absorver muito bem, e

a parte política ou administrativa que teve menos expressão durante a luta porque não tínhamos verdadeiramente um território independente para poder aplicar as ideias do próprio Cabral. E grande parte dos chefes militares não tiveram esse contato sobre o pensamento de Cabral que fosse para além da parte militar. Isso foi uma limitação muito grande que nós tivemos na Guiné. Por exemplo, vamos ver um chefe carismático que foi o Nino Vieira, quem conheceu Nino Vieira nas suas primeiras funções como ministro, tinha a sua limitação. De tal maneira era limitado que houve necessidade de se lhe dar aulas. Houve aulas, de muita gente de quadros guineenses que no fim do dia, por volta das 5 da tarde iam à casa ao lado do partido dar-lhe aulas, como no caso de Manuel Rambout Barcelos – lá está, outro guerrilheiro que ficou no governo –, o Bernardino Cardoso e tantos outros que deram explicações para ver se ele começava a ter outra perceção do que era verdadeiramente a governação. Portanto, a transmissão que o Amílcar nos fez no domingo militar, foi bem apreendido, foi bem aplicado mas não nos esqueçamos que a parte política e a parte objetiva ficou muito aquém e Cabral não teve praticamente tempo de fazer essa transmissão.

Falando agora um pouco do futuro, após essas eleições, as últimas com as autoridades eleitas, qual é a previsão que faz? Vamos ter o mesmo ou será que finalmente?

Bom, devo dizer que acabei de escrever um artigo para a revista que vai sair na Guiné chamado «*Polon*» e eu escrevo, no último artigo da penúltima página «E agora?». Como eu disse, estamos numa situação extremamente delicada porque houve quase um aniquilamento do estado, existe um fenómeno que as sociedades têm quando passam por períodos menos bons ou que lhes é imposto uma governação de uma forma menos correta e que perdura no seio dessa nação, dessa sociedade elementos nefastos e permanecem para além de um ciclo normal que é de legislatura democrática. Nós chamamos a isso a histerese que é o fenómeno de magnetização. Se a minha amiga pegar numa faca de aço, numa faca de inox e por perto do íman, passado uns segundos, uns minutos, essa faca fica magnetizada e portanto passa a funcionar como um íman. Isto significa que mesmo depois de você tirar o íman, o fator que provocou isso permanece e a isso chama-se histerese. Na sociedade isso existe também, quer dizer, o malefício desapareceu mas ficaram as sementes desse malefício na nossa sociedade que leva o seu tempo a ser alterado. Isto é uma preocupação grande que nós temos. Agora, perante vários fatores, todos que resultaram nesta transição. Nomeadamente o facto de haver praticamente de haver um ministro que é um tecnocrata, com experiência governativa e experiência internacional e sobretudo o comum de boa vontade de querer fazer, isso é

importante e sobretudo o facto de ele ter uma visão sobre o país augura um bom futuro. O mesmo posso dizer relativamente ao presidente que tem experiência governativa que a sua visão ainda ele não explicou bem, portanto eu não posso avaliar qual é essa visão. Mas a visão quando eu falo numa visão é muito importante explicar que um país não pode ser desenvolvido se os dirigentes não souberem que país é que nós temos, quais são as nossas forças, quais são as nossas fraquezas, quais são as oportunidades que o país oferece, e quais são as ameaças que o país está a correr delas ou que dependem sobre o país. Este tipo de visão que é objeto de uma análise que todos os economistas sabem como é que se faz e os sociólogos também sabem, é chamada análise SWOT é muito importante para que essa visão seja materializada. Eu sugeri, no meu artigo, a análise SWOT para a Guiné-Bissau é indispensável como o pão para a boca. Se nós aplicarmos a análise SWAT e juntarmos ao documento de estratégia da redução de pobreza a DENARP, mas do DENARP dois mas melhorado, eu conheço o DENARP e tenho, há muita coisa que pode ser enriquecida e as pessoas não podem ficar ofendidas sobre quem fez a DENARP ou grupo técnico que elaborou o DENARP. Um documento tem sempre capacidade se ser melhorado. Portanto, melhorando com a tal SWOT em que será logo o introito do documento seguindo-se o documento DENARP dois acrescentado de outros setores que não foram abarcados pela DENARP, temos uma boa base de trabalho, porque um país tem de ter uma programação, tem de ter um planeamento. Se não tiver, é feito de qualquer maneira casuisticamente, se estiver aqui a arder, vamos por isto, não, tem de haver uma linha de rumo e portanto eu acredito vivamente que há condições agora deste governo e das autoridades eleitas que levarão o país para outro domínio de desenvolvimento para outros patamares de desenvolvimento. Há uma melhoria, ainda que ligeira, mas há uma melhoria a nível dos eleitos para a assembleia nacional popular, os deputados melhoraram um bocadinho. Existe quem não esteja muito bem, começa a haver alguma melhoria. Não podemos exigir tudo de uma vez porque possivelmente muitos partidos que estão lá não estariam lá e para o PAIGC talvez não teria tantos votos portanto, infelizmente aqueles que são grandes influenciadores regionais por vezes não têm preparação para estarem como deputado mas foram indispensáveis para arranjar voto para estar. A questão é um bocado complexa nessa matéria mas eu estou convencido que agora há muitos problemas, tudo é publicado? na Guiné neste momento e portanto se nós não fizermos opções de política, não é possível resolver todos os problemas ao mesmo tempo um sinal, positivo é que a comunidade internacional o Banco Mundial, a União Europeia, o Banco Africano do

Desenvolvimento, estão disponíveis para darem o apoio significativo à Guiné já que os atuais líderes lhes merecem muita confiança e idoneidade, o que faz falta naquele país. Esta é a realidade, portanto estou muito esperançado.

No decurso daquilo que foi a sua reposta, duas questões que são importantes para o estudo em caso das etnias. O que é que pensa sobre isso? Temos conflitos étnicos na Guiné ou não ?

Eu gostaria de dizer que não existe conflito mas por tudo aquilo que se passou nos últimos tempos, temos um problema, mesmo que não seja de alta conflitualidade, existe um problema. Existe um problema porque os grupos étnicos foram utilizados por políticos menos sérios, menos honestos, para resolver os seus próprios problemas. Como eu disse, no início da nossa conversa, utilizou-se muito as forças armadas para o golpe de estado e para levar alguns elementos ao poder que, de outra forma, não poderia nunca lá chegar. Também a questão étnica é utilizada com a mesma finalidade, mas mesmo antes da abertura política, já havia, ao nível do partido – e as pessoas não gostam de falar nisso – quando alguém queria ser promovido ao nível das estruturas partidárias, invocava sempre a questão étnica. Quer dizer *anos propi mancanha nô ca sta lá, fulano tal nô ca sta la*. E invoca o desequilíbrio que existia dentro da estrutura do partido. Isto passou-se depois com a abertura política para utilização da questão étnica também para ... de tal maneira que há partidos, pelo menos um que tem uma conotação étnica forte. Portanto, aquilo que é proibido pela Constituição. Mas basta ter dois ou três que não sejam dessa etnia para ele estar a cumprir a própria Constituição. Mas toda a gente sabe que os partidos confessionais, portanto ligados à religião, ligada à etnia não são permitidos pela nossa constituição. E portanto, em princípios, nós temos um problema, sobretudo nos últimos anos – e então nestes últimos dois anos ainda pior – é uma realidade que é escusado escamotear: as forças armadas guineenses têm uma composição que privilegia um dos grupos étnicos na Guiné. E isto cria problemas, cria problemas sérios. E portanto, falar que não há problemas étnicos na Guiné de facto entre o povo, não há. Mas são os políticos que criam esses problemas e as forças armadas também através dos políticos que criam esse mesmo problema. Portanto, nós, mais uma vez, a transformação das forças armadas numas forças democráticas e republicanas passa necessariamente pelo recrutamento geral obrigatório, o serviço militar obrigatório por forma que sem ter atenção às cotas. Só o facto de os jovens serem obrigados a fazerem serviço militar como provem de todos os

quadrantes, equilibra a situação ao nível interno e aí terá que haver, numa primeira fase, alguma tensão relativamente às chefias. As chefias não podem ser apenas de um grupo étnico.

A Guiné-Bissau é uma nação? Porque há quem diga que o facto de termos etnias não se conseguiu criar uma nação?

É uma pergunta interessante, o conceito de nação varia um pouco ao longo da história, se a nossa potência colonial, Portugal tinha o seguinte conceito de nação: era um povo, um território, uma religião e uma língua. Isto caracterizava a nação portuguesa, portanto a unicidade da nação portuguesa. Tudo aquilo que eu acabei de dizer foi tudo posto em causa. E já na altura, nós quando andávamos na disciplina no 6º ou 7º ano do liceu, que era o 12º ano agora em que nós falamos sobre isso, já havia exceções. Por exemplo, nós dizíamos, a Suíça é constituída por um país que tem três ou quatro línguas, tem o francês, o alemão, tem o italiano e tem o romanche. Portanto a língua não pode ser o fator de uma constituição de uma nação. Mas a Suíça vive em equilíbrio total sem problema nenhum. Temos o exemplo do Canadá, não tão pacífico como a Suíça que tinha o inglês e o francês, mas o Québec naquela altura quis ser independente. Portanto o fator linguístico é um fator subjetivo. Depois o fator étnico, também há países que tem vários tipos de grupos étnicos ou étnico-linguísticos. A nação mais *melting pot* são os Estados Unidos. Tem caucasianos, dentro dos caucasianos temos a Europa do Leste, a Europa Central, os Ingleses, e dos britânicos em os escoceses, os irlandeses, e portanto, apesar da diversificação étnica - e tem os afro-americanos, tem os mexicanos ou latino-americanos – é um país unido, um estado-nação. Não se pode pôr em causa.

Quando se fala da nação, se deve sobressair é a vontade de partilhar um território?

Exato, é a chamada questão da identidade.

E uma das respostas que o doutor deu, que o povo, referindo-se à Guiné-Bissau, esse não tem problemas nenhuns?

Não tem, e a questão identitária é o seguinte, cada vez, e não foi mais desenvolvido por culpa dos governos, o sentimento de pertença ao nosso território, à nossa terra é que é de todos e isso é um aspeto extremamente importante. Isto não significa que cada um de nós não tenha o nosso regionalismo. Em Portugal existe, o algarvio é uma coisa, e até havia conflitos entre aldeias lá no norte. Nós não podemos pegar nos aspetos conflituais que não tenham

percussões ou que não sejam produtores da fragmentação da sociedade guineense, não devemos dar a importância que muita gente quer dar.

APÊNDICE V

ENTREVISTA 5

Queira apresentar-se?

Chamo-me Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença, sou Licenciado em Economia pelo Instituto Nacional de Administração em Lisboa, tenho Bacharelato em Economia pelo ISEG, esou Doutorado em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais pela ISCTE e sou Professor Auxiliar na Universidade de Aveiro.

Como descreve a situação sociopolítica, económica e militar atual da Guiné-Bissau?

A atual ou seja depois das ultimas eleições legislativas e a meio das presidenciais, parece ter condições para passar um novo período de calma institucional e social. Com a relação de forças existente entre militares e civis esta calma não é estável, pois a qualquer momento pode haver novo golpe por parte dos militares que não tem uma interiorização nem pessoal nem institucional do funcionamento em democracia.

Considera o estado guineense como um estado falhado? E a quem podemos responsabilizar por este falhanço?

A GB conseguiu a independência através de uma luta conduzida de forma que, no século XX, só o Vietnam contra os americanos se pode comparar. Nem sequer se pode comparar com a luta de outros povos contra o colonialismo do regime ditatorial português em moçambique e angola ou dos argelinos contra os franceses. Foram diferentes sendo que para qq critério militar, político nacional e internacional, ou social a luta da GB é sempre superior. A construção de um Estado é outra luta e mais difícil pela maior evidência das contradições que desaparecem quando existe um inimigo externo bem identificado – o colonialismo- e passa a disputar-se o poder internamente. Seja social seja mesmo individualmente (a canção de José Carlos S. sobre Apili é o símbolo). Com a perda dos quadros cabo-verdianos em novembro de 1980 sem uma aposta decidida no sistema de ensino a capacidade coletiva guineense para construir um Estado é baixa e o objetivo da luta “desenvolvimento” é hoje visto como não tendo sido conseguido pela geração que fez a luta de libertação. Assim a procura de culpados

é bom que tenha bom senso pois culpados são acima de tudo, os guineenses como um todo, como povo, que se por um lado teve o bom senso de não se envolver em conflitos destruidores do país (mesmo o de 1998 destruiu pouco e matou pouca gente guineense), por outro foi incapaz de continuar a ter a consciência coletiva que teve durante a luta para construir um país, apostando de forma pouco sustentada na educação, saúde e gestão da administração. Aí muito diferente do que fizeram os povos do Vietnam. Isto sem tirar que o país é hoje muito mais avançado em todos os indicadores do que era em 1974. Mas está longe da expectativa criada pela vitória na independência.

Durante a luta pela independência, o povo ambicionava a liberdade, o progresso e o desenvolvimento para uma vida melhor. Conquistou-se a independência mas perdeu-se o progresso, o desenvolvimento e a paz. Na sua opinião, quem é a causa dessa instabilidade toda?

Esta pergunta está repetida em relação à anterior. Mas é bom salientar que nunca há um único culpado. Há uns mais culpados que outros mas todos tem algum grau de culpa. Desde o povo maios simples que não foi capaz de exigir educação e saúde de qualidade e preferiu os esquemas das muitas formas de aproveitar individualmente as verbas publicas até à classe politica que se esqueceu muito depressa das teses de Amílcar Cabral sobre o desenvolvimento e o Estado. Um dos exemplos mais significativos é o pagamento a secretários de estado, ministros e deputados que duram a vida inteira independentemente do tempo que estiveram nos respetivos cargos.

Que papel na sua opinião desempenham nesta instabilidade, os partidos, os militares e a sociedade civil?

A sociedade civil andou bem estes anos. Os partidos fizeram uma coisa importante que foi passarem do regime de partido único para o regime multipartidário com alternância no poder sem grandes sobressaltos (em Angola e Moçambique não foi assim). Os militares e a relação com os partidos são a grande falha. É útil fazer a comparação com Portugal, onde os militares fizeram o golpe que acabou com o regime mas foram em três – quatro anos remetidos de novo para o seu papel institucional de forças armadas. Na GB isso não foi feito e os órgãos civis nunca conseguiram dominar os militares que se tornaram um grupo social próprio na sociedade guineense. Aliás basta ver como os antigos combatentes se tornaram um grupo

social com direitos políticos específicos que passam para filhos e familiares (a exemplo do que acontece noutros países desde Índia à África do Sul) obtendo recursos em bens e dinheiro que não tem nada a ver com a sua capacidade de gerar riqueza material ou imaterial.

Há ou não uma falta de liderança no país?

Quando o partido da luta PAIGC não consegue responder ao golpe de militares contra o seu governo é evidente que há falta de liderança. As últimas eleições parecem ter dado um novo líder Domingos Simões Pereira ao partido. Se for realmente assim com um presidente da mesma cor partidária falta perceber se a liderança militar vai entrar em conflito com a civil ou não. Até agora só Nino Vieira conseguiu durante bastante tempo unificar as duas lideranças.

Quais são os maiores problemas que impedem ou inviabilizam o normal funcionamento das instituições?

A má qualidade dos quadros técnicos derivada de os atuais que estudaram no país desde a independência terem tido um péssimo sistema de ensino.

A falta de consciência coletiva que se afirma pouco face à consciência étnica e individual e leva a que as instituições sejam vistas como um meio de obter recursos e não como um instrumento de promoção do bem estar e desenvolvimento.

A falta de uma sociedade civil ativa e crítica favorece a ausência da autoridade do estado e a impunidade dos militares?

Não há falta dessa sociedade na GB. Pelo contrário é de muito longe a Sociedade Civil mais ativa de todos os PALOP e Timor.

Para si, o problema resulta dos conflitos étnicos, lutas partidárias ou da falta de um exército coeso e disciplinado?

Na Europa do século 18 e 19 o exército serviu para unificar os países pois permitiu que pessoas de muitas regiões se misturassem (o que não acontecia na idade média e renascimento) e que a língua fosse uniformizada (por exemplo em França). Na GB o exército durante a luta de libertação teve também essa função misturando pessoas de diferentes etnias. Mas pós independência tornou-se um polo de poder que se afirma contra os restantes órgãos se estes não seguem o que pensa. O problema maior da estabilidade do país é a não subordinação dos combatentes (hoje nas chefias porque no ativo já não estão por não terem idade) que continuam a achar que o país lhes deve a independência e que isso se concretiza

em terem uma boa vida com casa, carro e ordenado só por terem feito a luta e terem uma voz ativa nas decisões políticas.

O projeto “La Grande Guiné” ambicionado por Sekou Touré mas recusado por Amílcar Cabral favorece ou não a disputa de interesses externas (Senegal, França, Guiné Conacri) na instabilidade da Guiné-Bissau?

Sim favorece ou sobretudo favoreceu pois hoje esse projeto já tem pouca ressonância social e política na sub-região.

Como avalia a atuação da CEDEAO na resolução do conflito Guineense?

A CEDEAO atuou como um grupo estratégico que não podia permitir que Angola criasse uma “testa de ponte” na GB. A partir daí apoiou o golpe de forma a que os angolanos saíssem. O resto da sua atuação decorre desta opção.

E a CPLP tem ajudado ou tem feito um alinhamento partidário e ideológico com a PAIGC?

A CPLP tem ajudado mas sempre dentro da lógica da legitimidade das eleições o que no caso implicou o apoio ao partido que estava no governo quando os militares deram o golpe.

A ONU e os EUA têm, na sua opinião, ajudado ou facilitado os interesses da França naquela zona?

Não me parece. Os EUA tiveram uma ação muito importante quando apanharam o Bubo e os cúmplices de tráfico. Essa ação disse aos guineenses que não tinham a impunidade que estavam convencidos que tinham mesmo no seu país se fizessem ações que prejudicassem outros países como o tráfico de drogas ou de armas. A França não tem diretamente a ver com isso.

O apoio de Angola na formação de um exército regular e de novos oficiais superiores deu origem a um novo golpe e a expulsão da missão da Guiné. Recentemente registou-se o caso TAP. Estes incidentes não desacreditam a imagem da Guiné-Bissau?

Sim como é evidente. A GB deitou fora a herança de A. Cabral e do PAIGC de prestígio internacional. Quem capitalizou esse prestígio foi Cabo Verde. O episódio do aeroporto foi mais um nessa linha.

Sendo o PAIGC um partido histórico, um partido de estado, como define o seu percurso nos últimos 30 anos e como vê o seu desempenho na renovação de quadros?

Sei pouco sobre isso. Fiquei muito admirado quando o partido não foi capaz de defender civil e militarmente o governo de Carlos Gomes Jr. Acho que o partido foi perdendo quadros e nome junto da população por não ter conseguido responder às expectativas da população de desenvolvimento.

Como vê o futuro da Guiné face à conjuntura atual?

Sou otimista no sentido em que esta direção do PAIGC parece ter uma capacidade maior que a anterior tal como o presidente eleito. E a posição geoestratégica do país que nunca contou para nada, conta agora face aos jihadistas e à expansão das fações mais extremistas do islão, podendo finalmente os militares terem um papel que satisfaça a sua identidade, o seu ego e que voltem a ter um reconhecimento da população como tiveram logo depois da independência mas que entretanto perderam completamente.

Na sua opinião, serão os militares os principais culpados pelos sucessivos golpes de estado?

Sim, com algumas alianças como Kumba.

E qual é o papel da diáspora, têm espaço político? Terão alguma influência na instabilidade/estabilidade interna?

Acho que tem pouca exceto a que está em Lisboa. Mas dado o seu alto grau de mobilização para organizações não governamentais, associações de amigos da terra de origem, etc, é possível que venha a ter um papel muito maior. Aliás o secretário de Estado do anterior governo, Nando Dias, começou a trabalhar nisso e aquilo que ele fez pode ser continuado pelo atual governo legítimo.

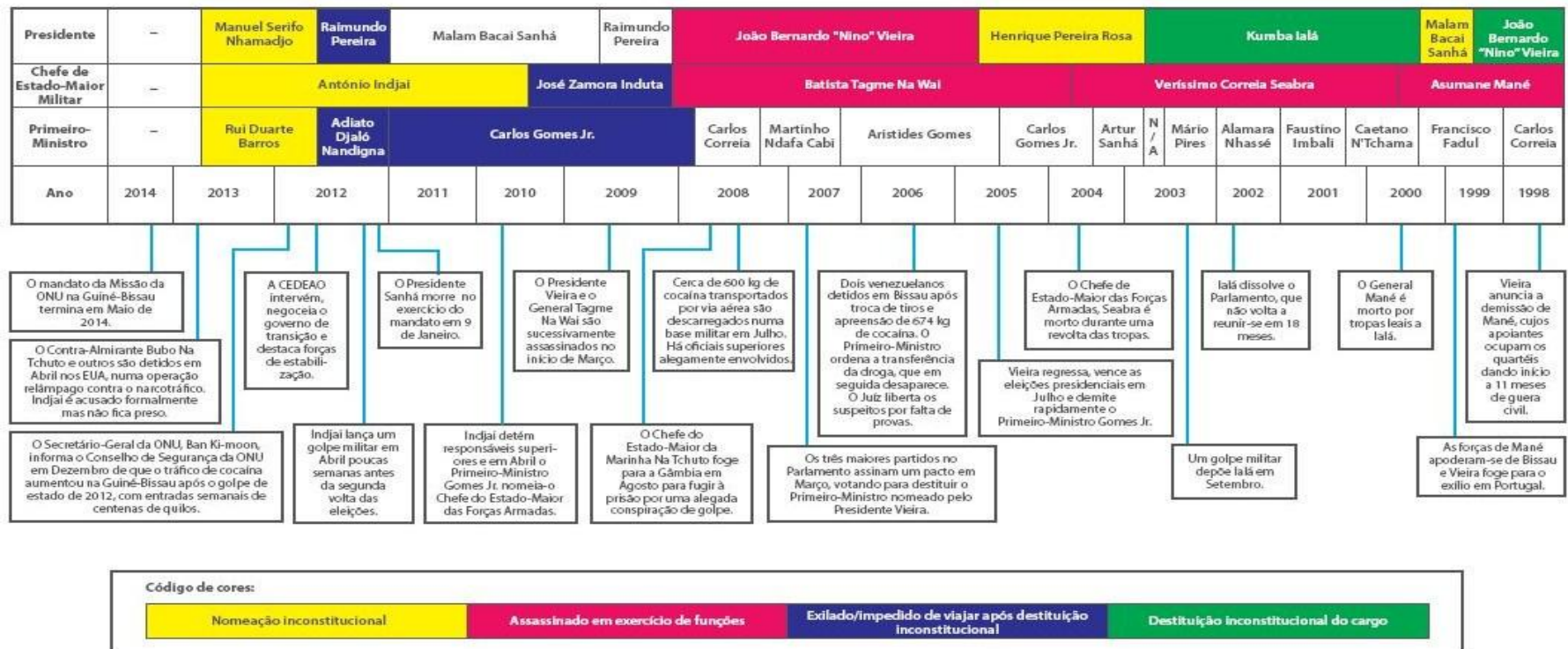
Os guineenses têm o país que merecem? Amílcar Cabral ainda é o ícone de unidade nacional ou a Guiné é um país perdido?

Todos os povos tem o país que merecem. Se for mau é porque não são capazes de o mudar. Mas em geral mais geração menos geração conseguem mudar, não há países perdidos (nem os curdos ou o Tibete). Não esquecer que os portugueses derrubaram o regime fascista e colonial

e por isso aqueles que contribuíram ativamente para isso podem ter esta opinião à vontade mas tendo consciência que houve muitos que não foram capazes de lutar para mudarem.

Anexo

Imagem 1 Alguns acontecimentos que contribuem para a instabilidade na Guiné-Bissau.



Fonte: O'Regan e Thompson, (2013, pp.28-29)